

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

DISSERTAÇÃO

**General Osorio e a República: um estudo sobre memória e
política (1879-1930)**

Ethiene Cristina Moura Costa Soares

2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

**General Osorio e a República: um estudo sobre memória e
política (1879-1930)**

Ethiene Cristina Moura Costa Soares

Sob a orientação da professora Dr^a
Adriana Barreto de Souza

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de **Mestre em História**, no
Programa de Pós-Graduação em
História, Área de Concentração em
Estado e Relações de Poder.

Seropédica, RJ
Setembro de 2012

981.05

S676g

T

Soares, Ethiene Cristina Moura Costa, 1986-

General Osorio e a República: um estudo sobre memória e política (1879-1930) / Ethiene Cristina Moura Costa Soares - 2012.

121 f. : il.

Orientador: Adriana Barreto de Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História.

Bibliografia: f. 114-119.

1. Brasil - História - República Velha, 1889-1930 - Teses. 2. Osorio, Manuel Luis, 1808-1879 - Teses. 3. Memória coletiva - Teses. I. Souza, Adriana Barreto de, 1971-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

ETHIENE CRISTINA MOURA COSTA SOARES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História, área de Concentração em Estado e Relações de Poder.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 17/ 09/ 2012

Profª Drª Adriana Barreto de Souza (PPHR/ UFRRJ)
(Orientadora)

Profº Drº Celso Castro (CPDOC/ FGV)

Profª Drª Surama Conde Sá Pinto (PPHR/ UFRRJ)

SUPLENTE

Profª Drª Angela Moreira Domingues da Silva (CPDOC/ FGV)

Profº Drº Luís Edmundo de Souza Moraes (PPHR/ UFRRJ)

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos meus pais – Vânia e Ely – meus eternos amores, e a minha orientadora Prof^a Dr^a Adriana Barreto de Souza, quem eu admiro profundamente. Se hoje posso escrever essas linhas, é graças à contribuição, paciência, incentivo e apoio incansável de vocês! Dedico, também, à minha tia Helena Silva Costa (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Ao escrever as linhas que se seguem e relembrar cada pessoa que nesses anos acadêmicos contribuiu, de uma forma ou de outra, para que esse trabalho fosse concretizado me faz “reviver” cada etapa percorrida, numa mistura de sentimentos. Esse pedaço, ainda que pequeno demais para expressar o tamanho da minha gratidão (nesses dois anos de mestrado ou, se quisermos ir mais distante, sete anos de meio acadêmico) é tão importante para mim, e tão essencial, quanto o trabalho como um todo. Afinal, na estrada da vida, é impossível caminhar sozinho. Assim, agradeço a Deus, sempre, acima de tudo, por ter me sustentado em cada segundo e por me dar forças quando muitas vezes eu já não acreditava ser capaz de caminhar. Aos meus pais, Vânia e Ely, sempre! Por vocês, cada um do seu modo, me incentivar (e financiar!), amar, apoiar, e “suportar” quando o “estresse” e a impaciência se apresentavam nessa dura jornada que é pesquisar. À minha avó, Bernardete, minha segunda mãe. À minha orientadora, Adriana Barreto de Souza por acreditar na minha capacidade, por me cobrar sempre algo a mais e me fazer repetir várias e várias vezes a mesma ação buscando aprimoramento. Agradeço a você pelo carinho, desde os tempos de graduação; pela amizade, pelo apoio nos momentos difíceis, pelas horas e horas (finais de semana, inclusive) de dedicação, por fazer parte da minha história! Ao Diego, agradeço por tentar exercer a virtude da paciência e por me ajudar em diversos momentos. Ao Miguel, pelas incontáveis idas e vindas de Seropédica (nesses sete anos, são muitos km redados!). Aos professores Surama Conde e Celso Castro, agradeço por terem aceitado fazer parte da minha banca de qualificação e, agora, de defesa do mestrado, e pela gentileza com que sempre me atenderam. À todos os professores que eu tive na graduação e, agora, no mestrado, meus sinceros agradecimentos. Cada um contribuiu muito para minha formação. À todos os meus amigos e familiares, que de alguma forma me ajudaram, agradeço. Em especial, as minhas amigas Luciana, Silvana e Lorrane, jóias raras que a Rural me deu e que estão sempre ao meu lado, mesmo distantes fisicamente. À Capes, pelo financiamento. Ao Sr. Serpa, então presidente da atual Sociedade Sul Riograndense, por prontamente abrir as portas do arquivo dessa Sociedade e permitir que eu pesquisasse documentos até então indisponíveis. É admirável ver a paixão e amor que esse gaúcho tem por sua história e tradição e o quanto ele ficou feliz ao saber que eu pesquisava sobre o “general Osorio”. Foi um longo caminho até localizar essa Sociedade e, ao encontrá-la, a ajuda do senhor Serpa foi fundamental. Aos meus “pequeninos”, por todo carinho. À “Rural” por me proporcionar tantos momentos alegres, de crescimento e superação nesses sete anos. Horas e horas em direção a esse encantador mundo que se chama “Rural” (que te prende de forma inexplicável) e que fez parte do meu mundo e me deixa muitas (ótimas) histórias! E, a minha tia Helena Costa que não está mais aqui, há exatamente um ano, mas deixou a inspiração da determinação, que eu vou seguir.

RESUMO

Este trabalho pretende analisar o processo de construção da memória do general Osorio entre os anos de 1879 e 1930. Acreditamos que diante da impossibilidade de se elevar um dos atores envolvidos no golpe de Estado à categoria de herói republicano, mas frente à necessidade da construção do mito de um herói para a República, Manuel Luís Osorio – o general Osorio – é alçado ao posto de herói do novo regime. Todavia, não foi a República que promoveu a monumentalização do general Osorio. O projeto de construção da memória do general Osorio partiu da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária, composta por gaúchos residentes no Rio de Janeiro, que tinham o objetivo de exaltar a memória de Manuel Luis Osorio e, através dessa exaltação, engrandecer o Rio Grande do Sul, sua história e tradição. Para tanto, dividimos nossa análise em três fases. A primeira delas compreende os anos de 1879 a 1894, quando um grupo de gaúchos da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária tem a iniciativa de erguer na capital federal um monumento equestre em homenagem ao general Osorio. Na segunda fase, de 1894 a 1920, analisamos como a memória de Osorio deixa de ser gaúcha para torna-se nacional, elevando Osorio à condição de herói do novo regime. E, na terceira fase, após 1920, apontamos que ocorre um declínio dessa memória, mas que esse declínio não é sinônimo de esquecimento.

Palavras-chave: memória, general Osorio, República.

ABSTRACT

This work intends to analyze the construction process of the memory of general Osorio between 1879 and 1930. We believe that given the inability to raise one of the actors involved in the Coup d'état to Republican hero category, but facing the necessity of construction of a hero's myth to the Republic, Manuel Luís Osorio - the General Osorio - is raised to the rank of new Regime's hero. However, it was not the Republic that promoted the monumentalization of general Osorio. The project of general Osorio's memory construction left from Beneficent and Humanitarian Society of Rio Grande do Sul, composed by Gauchos resident in Rio de Janeiro, that had the purpose of extolling the memory of Manuel Luis Osorio and through this exaltation, enhance the Rio Grande do Sul, its history and tradition. To this end, we have divided our analysis in three phases: The first of these includes the years from 1879 to 1894, when a group of gauchos from Beneficent and Humanitarian Society of Rio Grande do Sul has the initiative to erect in the federal capital an equestrian monument in honor of general Osorio. In the second phase, from 1894 to 1920, we analyze how the memory of Osorio ceases to be "gaúcha" to becomes national, bringing Osorio to hero of the new regime. And, in the third phase, after 1920, we point out that there is a decline of memory, but that this decline is not synonymous with oblivion.

Key words: Memory, general Osorio, Republic.

LISTA DE SIGLAS

AGC – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

BN – Biblioteca Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

MNBA – Museu Nacional de Belas Artes

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SRBH – Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. SOCIEDADE RIOGRANDENSE BENEFICENTE E HUMANITÁRIA: A CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO EQUESTRE EM HOMENAGEM AO GENERAL OSORIO	22
1.1. O Rio Grande do Sul e a Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária	23
1.2. Manuel Luís Osorio, um militar e cidadão gaúcho admirável	25
1.3. A proposta do monumento e a criação da comissão responsável	27
1.4. A execução do monumento: do esboço à escolha da Praça XV de Novembro	31
2. GLÓRIA A FLORIANO PEIXOTO: OS JACOBINOS ENTRAM NA DISPUTA PELA MEMÓRIA DE OSORIO	39
2.1. <i>A Bomba e O Jacobino</i>: apologia à atuação militar e política de Floriano Peixoto	39
2.2. Osorio no centro das comemorações: a inauguração do pantheon	50
2.3. Glória a Floriano Peixoto	62
3. AS BIOGRAFIAS SOBRE O GENERAL OSORIO E AS COMEMORAÇÕES DA BATALHA DE TUIUTI	66
3.1. As narrativas biográficas sobre Osorio (1877-1930)	69
3.2. O 24 de maio: as homenagens a Osorio (1894-1930)	78
3.3. A inversão da década de 1930	88
CONCLUSÃO	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
ANEXO I	101
ANEXO II	102

Introdução

Vamos a Praça 15 de Novembro,
Para saudar o herói riograndense.
Que no bronze ali vive! A todos lembre,
Que a glória desta data lhe pertence!
Gavroche.¹

No dia 15 de novembro de 1889 o marechal Manuel Deodoro da Fonseca, liderando tropas da guarnição do Rio de Janeiro invadiu o Quartel General (QG) do Exército, atual Palácio Duque de Caxias, no Campo de Santana, para depor o Gabinete Ouro Preto.² O Gabinete foi deposto sem nenhuma resistência ou protesto expressivo. O marechal Floriano Peixoto, futuro vice-presidente do regime que se instalaria, ocupava no citado Gabinete, no momento da ação do marechal Deodoro, o cargo de ajudante-general do Exército – função estratégica para a defesa do governo – e nada fez para impedir a ação de um restrito grupo de militares que depuseram a monarquia e “proclamaram a República”.

Porém, reduzir os acontecimentos do dia 15 de novembro ao simples ato da proclamação é acreditar, como já observou Celso Castro, que a República no Brasil era algo inevitável na “evolução” da sociedade brasileira ou era resultado de um consenso nacional, e que os militares, os principais protagonistas do episódio, atuaram de forma unida e coesa.³

No Brasil, projetos políticos republicanos e – por consequência – a ideia de república já vinham sendo discutidos desde pelo menos a década de 1870. No entanto, a ação que pôs fim ao governo de D. Pedro II foi militar, resultado de um projeto gradativamente articulado por um restrito grupo de oficiais militares, que não formavam uma unidade.

Diante da ausência de um movimento de base popular no ato que instituiu a República no Brasil e das dissensões existentes entre os militares – falta de unidade entre a Marinha e Exército, bem como no interior deste último –, tornou-se impossível elevar um dos atores envolvidos na conspiração republicana à categoria de herói do novo regime.

Acreditamos – junto com Celso Castro – que diante da impossibilidade de se elevar um dos atores envolvidos no golpe de Estado à categoria de herói republicano, mas frente à

¹ Jornal *O Paiz*, 24 de maio de 1896. Esta poesia foi escrita por Artur Azevedo, que assinava com o pseudônimo “Gavroche”, em comemoração ao trigésimo aniversário da Batalha de Tuiuti, ocorrida na Guerra do Paraguai em 24 de maio de 1866. Sobre Artur Azevedo ver: http://bib.cervantesvirtual.com/portal/fbn/biografias/artur_azevedo (último acesso em: 01/08/12).

² O Gabinete Ouro Preto foi o 37º e último gabinete ministerial do império. Empossado em 7 de junho de 1889, estava sob o comando do presidente do Conselho de Ministros do Império, Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, do Partido Liberal.

³ CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

necessidade da construção do mito de um herói para a República, Manuel Luís Osorio – o general Osorio – é alçado ao posto de herói do novo regime.⁴

Todavia, como pretendemos demonstrar, não foi a República que promoveu a monumentalização do general Osorio. O novo regime apenas legitimou a construção de uma memória do general Osorio que já vinha sendo gestada desde o final da Guerra do Paraguai (1864-1870) e se intensificou após sua morte no dia 4 de outubro de 1879. Desse modo, afirmamos que o projeto de construção da memória do general Osorio partiu da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária, composta por gaúchos residentes no Rio de Janeiro, que tinham o objetivo de exaltar a memória de Manuel Luis Osorio e, através dessa exaltação, engrandecer o Rio Grande do Sul, sua história e tradição. Uma associação claramente realizada por Artur Azevedo no texto que serve de epígrafe a essa introdução. Nela está clara a vinculação que se estabelece entre o quinze de novembro, o Rio Grande do Sul e o herói, Osorio.

Propomos pensar a memória construída do general Osorio em três fases. A primeira delas ocorre entre os anos de 1879 e 1894, onde o projeto de rememoração é gaúcho. Um grupo de gaúchos, através da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária, têm a iniciativa de erguer na capital do Império um monumento equestre em homenagem ao general Osorio.

A segunda fase ocorre entre os anos de 1894 e 1920, quando a memória de Osorio deixa de ser somente gaúcha e torna-se nacional, através de um investimento dos primeiros governos republicanos, interessados na ideologia do soldado-cidadão, segundo a qual o soldado como cidadão possuiria o direito de intervir na política, o que legitimava o nascimento do novo regime a partir de um golpe de Estado.

A terceira fase tem início a partir de 1920. Nessa década, a memória que vinha sendo construída do general Osorio é confrontada com um novo culto a outro militar do Império, o duque de Caxias. A crise política e o surgimento de novos projetos republicanos, pautados em uma centralização política de base autoritária, impunham um novo herói para o país.

O objetivo dessa dissertação, assim, é analisar em especial as duas primeiras fases de elaboração dessa memória, quando Osorio, um general gaúcho, é transformado em herói para o novo regime. Na terceira fase, quando essa memória entra em declínio, nosso objetivo será examinar as biografias escritas sobre Osorio e os cultos celebrados em sua homenagem a fim de mostrar como esse declínio não é sinônimo de esquecimento.

Dos militares presentes no episódio de 1889, o marechal Manuel Deodoro da Fonseca era o único oficial general. Poucos oficiais superiores participaram e os situados na base da hierarquia militar estiveram praticamente ausentes, assim como a Marinha. Isso significa que o golpe foi fruto da ação de apenas alguns militares, pertencentes a setores específicos do Exército. Basicamente, um conjunto de oficiais inferiores foram os que conspiraram pela República e se dirigiram ao Campo de Santana para por fim ao regime monárquico. Esses oficiais inferiores eram também chamados de “mocidade militar” – como era denominada a jovem oficialidade dos cursos científicos da Escola Militar da Praia Vermelha.⁵

⁴ Embora de acordo com as regras do português a palavra “Osorio” deva ser acentuada, a ortografia utilizada pela família Osorio não possui acento. O acento agudo não era usado nem pelo general, nem por seu filho e biógrafo, Fernando Luis. Assim, este texto optou pela grafia original do sobrenome do general.

⁵ Sobre a hierarquia do Exército durante esse período, ver anexo 1.

Os principais nomes associados pela historiografia ao golpe de Estado de 1889 são os do tenente-coronel Benjamin Constant, marechal Manuel Deodoro da Fonseca e marechal Floriano Peixoto. Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo aparecem como as principais atuações civis no movimento. Rui Barbosa aparece como um dos intelectuais que mais ardentemente defendia o federalismo como forma de organização do governo.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães aparece, na historiografia, “invariavelmente ligado à jovem oficialidade *com estudos superiores ou ‘científicos’*”.⁶ Isso porque, tendo cursado a Escola Militar, e recebido em 1860 o título de bacharel em matemáticas e ciências físicas, Benjamin pôde retornar em 1872 a essa mesma Escola como professor da mocidade militar.

Segundo o historiador Renato Lemos, por ser considerado na época o líder da jovem oficialidade e por ter sua atuação docente orientada pelo positivismo, que tinha a república como a mais desenvolvida forma de organização política da humanidade, Benjamin Constant é retratado por vários autores como o responsável por ter conduzido a mocidade militar na conspiração republicana. Entretanto, como observa Lemos – seguindo a interpretação de Celso Castro – ele é quem é seduzido por essa mocidade aos ideais republicanos. A jovem oficialidade que cursava a Escola Militar era a interessada em romper com o pequeno círculo dos bem-nascidos e letrados da sociedade imperial, apostando na república como símbolo da meritocracia.

Lemos observa que a historiografia coloca Benjamin Constant na condição de “Fundador da República.” Entretanto, o retrospecto de sua vida – cidadão pacato, infenso às atividades políticas – até a “crise final do regime não aponta qualquer circunstância que pudesse habilitá-lo ao papel de precursor da República”.⁷

A liderança do tenente-coronel Benjamin Constant foi viabilizada pela maneira como ocorreu a transição da monarquia para a república no Brasil. O jogo político e as disputas pela construção da memória oficial dos fatos, nos momentos seguintes ao golpe de Estado civil-militar, buscou restringir a participação do Partido Republicano. Por outro lado, destacou-se a atuação dirigente de líderes militares no movimento que derrubou o regime, fato inédito na história política brasileira, que até então desconhecia o golpe militar.⁸ Não queremos negar a participação de Benjamin Constant na operação que depôs a monarquia, mas é necessário destacar que seu envolvimento no movimento se deu por influência da jovem oficialidade, pouco tempo antes do golpe. Como observou Celso Castro, Benjamin Constant não era um líder da jovem oficialidade, ele foi seduzido por ela para os ideais republicanos.

Nas palavras de Castro:

Ao invés de assistirmos a Benjamin Constant “catequizando” a juventude militar do alto de sua cadeira de matemática na Escola Militar, encontramos o “mestre” a ser seduzido e convertido para o ideal republicano, justamente pela “mocidade militar”.⁹

Ao que parece a aproximação de Benjamin Constant do ativismo político resultou da “frustração provocada por sucessivas experiências pessoais negativas – como cidadão e oficial – com as elites dominantes e a máquina governamental”.¹⁰ Dentre essas frustrações, pode-se

⁶ CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Op.cit., p.17.

⁷ LEMOS, Renato. “Benjamin Constant e o positivismo na periferia do Capitalismo”. In: *Ciência, história e historiografia*. Rio de Janeiro: MAST, 2008.p. 212.

⁸ Idem, p.8

⁹ CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*. Op.cit., p.18.

¹⁰ LEMOS, Renato. “Benjamin Constant e o positivismo na periferia do Capitalismo”. Op.cit., p.8.

destacar a extrema valorização dos bacharéis em direito que ocupavam os quadros administrativos e políticos do país, enquanto os jovens “científicos” do Exército não tinham espaço dentro de uma sociedade dominada pelos bacharéis.

A não valorização do Exército brasileiro após a vitória na Guerra do Paraguai certamente está no rol das experiências negativas que o tenente-coronel Benjamin Constant teria experimentado, assim como outros oficiais do Exército que tinham participado da guerra e esperavam, ao retornarem ao Brasil, um tratamento condizente com os sacrifícios realizados no campo de batalha.

Vale observar que, diferentemente dos oficiais da Marinha, entre os quais existiam muitos membros da aristocracia, grande parte dos oficiais do Exército era recrutada em camadas intermediárias da sociedade. Esse foi, por exemplo, o caso de Benjamin Constant, que tinha optado por seguir a carreira militar mais por se tratar de um caminho de formação gratuito e, portanto, viável, do que por vocação guerreira. Enquanto o Exército era pouco valorizado, a Armada recebia um tratamento diferenciado devido às ligações históricas da própria coroa portuguesa com seus heróis navegantes e pelo fato das tropas terrestres jamais terem constituído tradição em Portugal.¹¹ Isso nos ajuda a compreender o porquê da Marinha ter estado praticamente ausente da conspiração republicana. Digo praticamente, e não totalmente, porque o episódio de 1889 contou também com a colaboração de Eduardo Wandenkolk e Frederico de Lorena, dois oficiais da Armada.¹²

A falta de tato da Corte para lidar com os anseios do Exército, que reivindicava – inspirado na doutrina do soldado-cidadão segundo a qual, antes de serem soldados, os membros das Forças Armadas eram cidadãos – ter o direito de participar da política, levou a uma crescente indisciplina entre os oficiais do Exército cujo estopim foi a famosa Questão Militar.¹³

Nesse clima de crescente insatisfação contra as atitudes do governo imperial é criado, em 26 de junho de 1887, o Clube Militar, que funcionou como um porta-voz dos militares que passaram a pleitear maior espaço no cenário político do país, e teve como seu primeiro presidente o marechal Deodoro da Fonseca.

Experimentado na guerra e respeitado por toda a tropa, o marechal Manuel Deodoro da Fonseca não cursou a Escola Militar, ascendendo na carreira mais por sua experiência e qualidades como guerreiro. Geralmente aparece na historiografia, ou ligado aos oficiais denominados “tarimbeiros” – “oficiais ligados a tropa geralmente *sem estudos superiores*”,¹⁴ – ou unindo simbolicamente todo o Exército, visto que ele era no momento do golpe a figura de maior prestígio, também por possuir a terceira mais alta patente da hierarquia do Exército.

O que nos interessa aqui, porém, não é saber a que grupo o marechal Deodoro pertencia na ocasião do golpe de Estado, mas evidenciar – acompanhando os argumentos da historiografia – as razões pelas quais ele entrou em confronto com o governo imperial.

O principal motivo pelo qual o marechal Deodoro da Fonseca adentrou o Quartel General no dia 15 de novembro teria sido a defesa dos direitos do Exército, que não foram reconhecidos ao longo do século XIX, principalmente após a Guerra do Paraguai. Associado a isso, houve os boatos espalhados no dia 14 de novembro pelo major Frederico Sólton Sampaio Ribeiro, de que o governo deu ordem de prender o marechal Manuel Deodoro da Fonseca, o tenente-coronel

¹¹ NETTO, João Natale. *Florianópolis, o marechal implacável*. São Paulo: Novo Século, 2008. p. 64

¹² *Jornal O Paiz*, 16 de novembro de 1889.

¹³ Sucessão de conflitos entre o Exército brasileiro e a monarquia entre os anos de 1884 e 1887, que teve como estopim o fato dos militares estarem proibidos por lei de discutir assuntos políticos na imprensa.

¹⁴ CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*. Op.cit., p.17. (Grifos nossos)

Benjamin Constant e atacar os conspiradores. Isso tudo fez com que o marechal Deodoro, até aquele momento indeciso, aderisse ao movimento de depor o Ministério do visconde de Ouro Preto que presidia o último gabinete liberal do império, o Gabinete Ouro Preto.¹⁵

É necessário enfatizar que o marechal Deodoro ingressou no Quartel General com a finalidade de depor o Ministério, pronunciando que se “pusera à frente do Exército para vingar as gravíssimas injustiças e ofensas por ele recebidas do governo (...). Declarou que o ministério estava deposto e que se organizaria outro de acordo com as indicações que iria levar ao Imperador”.¹⁶ Seu pronunciamento não foi o de um republicano. Ele falara de injustiças ao Exército e não em mudança de regime, propunha apenas a organização de outro Ministério para o lugar do deposto.

Na ocasião, apenas os oficiais “científicos” partilhavam com clareza os ideais republicanos, o que nos permite afirmar que, entre os oficiais que depuseram a monarquia, não existia uma unidade, uma coesão, muito menos que o sucesso do golpe tenha sido resultado de um consenso nacional.

Somente no final do dia 15 de novembro foi formalizada a instituição do novo regime, e a constituição do governo provisório com o marechal Manuel Deodoro da Fonseca como presidente, o tenente-coronel Benjamin Constant para o ministério da Guerra e o marechal Floriano Peixoto para vice-presidente – eleito pela oposição.

A atuação do marechal Floriano no decorrer dos acontecimentos é a mais emblemática. Ele não fazia parte dos oficiais denominados “tarimbeiros” e, embora tenha cursado a Escola Militar, também não era considerado na época pertencente ao grupo dos “científicos”. Politicamente, era ligado aos liberais e foi colocado no último Ministério liberal do regime monárquico, como ajudante-general do Exército.¹⁷

Dois dias antes do golpe, o marechal Floriano Peixoto assumiu posições antagônicas, o que nos impede de determinar com clareza sua real posição no conflito. A primeira atitude do marechal Floriano ocorreu quando o marechal Deodoro da Fonseca, ao lhe falar do clima de revolta nos quartéis, teria ouvido dele que “se a coisa é contra os casacas, lá tenho a minha espingarda velha”.¹⁸ Ou seja, se era para enfrentar o governo, ele estaria disposto a pegar em armas. No mesmo dia, porém, Floriano Peixoto escreveu ao Ministro da Justiça lhe informando que algo estava sendo tramado contra o governo, mas que os chefes já estavam alertas e que se confiasse na lealdade destes.¹⁹

Posição ambígua a do marechal Floriano Peixoto. Ele teria duas alternativas: a de aderir ao golpe ou mandar prender o marechal Deodoro por conspiração. Achou, entretanto, uma terceira alternativa: demonstrou aos dois lados – golpistas e governo – que poderiam contar com ele na hora do combate. No entanto, quando lhe foi ordenado o ataque aos revoltosos, o ajudante-general não cumpriu as ordens. Como apontou Celso Castro, a posição real dele nos momentos finais é impossível de se determinar:

Não sabemos se Floriano estava na verdade ‘manobrando’ a favor dos rebeldes (...), se estava aguardando uma definição da situação para se posicionar, ou se

¹⁵ Idem, p.190.

¹⁶ Apud, Idem, p.189.

¹⁷ Os três últimos parágrafos seguem as interpretações de Celso Castro. Ver: CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*. Op.cit.

¹⁸ Apud, Idem, p.186. O termo casacas refere-se aos paisanos.

¹⁹ Idem, p. 186.

permanecia leal ao governo, rendendo-se, afinal, ao ‘império das circunstancias’ – ou seria mais apropriado dizer ‘à república das circunstancias?’²⁰

A República foi instituída efetivamente sem resistência. Porém, isso se deve mais à paralisia do governo – por falta de informação sobre a conspiração ou de disposição para atacar aos revoltosos – do que necessariamente a uma unidade no interior do Exército. Os posicionamentos do tenente-coronel Benjamin Constant, do marechal Deodoro da Fonseca e do marechal Floriano Peixoto explicitam não a existência de um grupo coeso, mas dissensões no interior do Exército. Nessa medida, uma parcela do Exército, e não genericamente os “militares” – para recorremos a uma expressão de Celso Castro –, foi a responsável pelo golpe de Estado que derrubou a monarquia e instaurou o regime republicano no Brasil.

É necessário destacar também a participação de Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva e Aristides Lobos como os principais representantes civis ligados ao golpe de Estado. Como jornalistas republicanos, eles se dedicaram, principalmente após a publicação do Manifesto Republicano, em 1870, a propagar as ideias republicanas.

Rui Barbosa de Oliveira foi, além de jurista, político, diplomata e escritor, um dos intelectuais mais brilhantes de seu tempo. Defendia ardentemente, ao lado de José do Patrocínio, o abolicionismo, os ideais republicanos e o federalismo como forma de organização do governo.

Quintino Antônio Ferreira de Sousa Bocaiúva foi o redator do acima citado Manifesto Republicano, o fundador do Partido Republicano brasileiro e do jornal *O Paiz*, periódico através do qual expressava suas ideias republicanas e seu descontentamento com a já decadente monarquia brasileira.²¹ Bocaiúva era contrário as ideias positivistas, apostando numa campanha pela imprensa para o advento gradual da República. Segundo a imprensa da época, ele foi o único civil a cavalgar ao lado do tenente-coronel Benjamin Constant e do marechal Deodoro da Fonseca, com as tropas que se dirigiam ao Quartel-General do Exército, para depor o Gabinete Ouro Preto.²²

Aristides da Silveira Lobo ocupava papel de destaque dentre os que ardorosamente combatiam pela causa republicana. Esse político, advogado e jornalista ajudou a fundar em 1870 o jornal *A República*, que vinculava a maciça propaganda pelo fim da monarquia. Aristides Lobo é recorrentemente lembrado pela historiografia em virtude da sua famosa frase sobre os acontecimentos do dia 15, publicada no dia 18 de novembro em um artigo escrito no *Diário Popular*: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada”.

O recorte que por diversas vezes se faz das palavras de Aristides Lobo destaca somente a não participação do povo na Proclamação da República, nos levando a formar, sem reflexão e desmerecidamente, a concepção de um povo bestializado que esteve ausente dos acontecimentos. Uma visão monarquista dos fatos, segundo a qual a Proclamação da República não passou de um levante militar, alheio à vontade do povo. Realmente, a população não participou ativamente da conspiração republicana. Entretanto, analisando o fragmento completo das palavras de Aristides Lobo, publicadas no referido jornal, podemos ter uma dimensão mais apropriada e perceber que o foco de suas palavras recaía na atuação dos militares:

²⁰ Idem, *ibidem*.

²¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 252.

²² Jornal *O Dia*, 15 de novembro de 1889.

Por ora, a cor do governo é puramente militar, e deverá ser assim. *O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do civil foi quase nula.* O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada.²³

Se o povo de fato assistiu bestializado aos acontecimentos ou, se por outro lado, estava apenas se fazendo de bilontra não é o ponto central da nossa discussão.²⁴ O que nos interessa é apontar que, seja como for, por vontade consciente ou não do povo, os militares assumiram o papel de protagonista no episódio que derrubou a monarquia no Brasil.²⁵

O interesse pelo tema “militares”, no âmbito nacional, foi incitado por uma questão política: o Golpe de 1964 e a ditadura por ele instituída.²⁶ Assim, a historiografia sobre o tema constituiu um campo de pesquisas sistematizadas mais recentemente, a partir de 1964. Esse interesse acadêmico que nasce marcado por uma questão política acabou por gerar três grandes problemas. O primeiro deles é que os trabalhos que passam a ser publicados estão em sua maioria interessados nos militares de 1964.²⁷ O segundo problema: esses trabalhos estão empenhados em explicar um Exército intervencionista, recorrendo à história com a finalidade de encontrar a “origem” das intervenções e, assim, explicar 1964, como observou Adriana Barreto de Souza.²⁸ Por fim, esses trabalhos apresentam um problema de abordagem. Para usar uma expressão consagrada por Edmundo Campos Coelho, eles produziram a “paisanização dos militares”. Nesse processo – de paisanização – os militares inseridos na política são despidos de sua marca castrense. Ou seja, são analisados antes como políticos do que como militares. Como apontou Edmundo Campos Coelho, “a ‘politização’ produz a ‘paisanização’ dos militares”.²⁹

Os trabalhos historiográficos sobre esse tema, em sua maioria, estavam marcados por esses três grandes problemas. Uma exceção importante de ser registrada é o artigo de José Murilo de

²³ *Diário Popular*, 18 de novembro de 1889. Grifos nossos.

²⁴ Sobre essa questão ver: CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²⁵ SOUZA, Adriana Barreto de. Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar. *Varia História*. Belo Horizonte, nº 25, jul/01, p.231-251.

²⁶ No âmbito internacional, o tema “militares” se constituiu em objeto de análises mais sistemáticas para a grande área das ciências sociais – incluída aí a História – em fins da Segunda Guerra Mundial. Kurt Lang produziu em 1965 um levantamento, a partir da produção norte-americana e européia, que aponta a publicação de 528 títulos relacionados ao tema. O foco das abordagens nestes trabalhos é o papel que os militares assumiam na política internacional em uma conjuntura de guerra fria. Ver: SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p.18; CASTRO, Celso. *O espírito militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

²⁷ Os estudos sobre militares dos períodos anteriores são em grande medida negligenciados. Entretanto, o desenvolvimento desse interesse ocorre paralelamente ao fechamento dos arquivos aos pesquisadores brasileiros. Somente os pesquisadores estrangeiros – denominados pela historiografia de brasilianistas – possuíam acesso aos arquivos, o que explica o maior número de publicações estrangeiras neste período sobre os militares brasileiros. Edmundo Campos Coelho aponta as teses de June Hahner e M.Manwaring como os dois primeiros trabalhos de brasilianistas após o golpe. O trabalho de June Hahner foi publicado em 1966 e o de M.Manwaring em 1968. Ver: COELHO, Edmundo Campos. *A Instituição Militar no Brasil: um ensaio bibliográfico*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. V.19, 1985. p.6.

²⁸ SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império*. Op. cit., p.18.

²⁹ COELHO, Edmundo Campos, op.cit., p. 5.

Carvalho, “*o poder desestabilizador*”, publicado pela primeira vez em 1974. Edmundo Campos Coelho, se referindo a esse trabalho de José Murilo, afirma que é uma “importantíssima contribuição para o nosso conhecimento das vinculações entre a organização militar e o quadro político da década dos 30”, porque ajuda a romper com a ideia de se “tomar o todo (Exército) por uma de suas partes (tenentes)”, e a começar a superar o equívoco das formulações que colocam o Exército como um representante de setores políticos.³⁰ Mas esse quadro perdura até 1978, quando Alexandre de Souza Costa Barros publicou “*The brazilian Military*”. Para Edmundo Campos Coelho, esse estudo de Alexandre Barros examinou em detalhes o sistema de ensino militar e seus efeitos na construção da mentalidade militar dos oficiais do Exército brasileiro. Assim, o trabalho de Barros ao invés de “dissolver a dimensão militar em alguma particularidade paisana, explora os mecanismos que acentuam-na e lhe dão especificidade irreduzível”.³¹

Em 1990, Celso Castro publicou “*O espírito Militar*”, um marco na historiografia brasileira.³² Este estudo de Castro, sobre a formação dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), nos apresenta como se desenvolve durante a formação em nível superior dos oficiais do Exército o que ele denomina de *espírito militar*. Segundo Castro, as atividades desenvolvidas na AMAN são reguladas pelas normas gerais de Ação que estabelecem as condutas a serem seguidas pelos cadetes dentro e fora da instituição militar. Isso gera uma oposição entre o “aqui dentro” (na AMAN) e o “lá fora” (a sociedade que não está submetida às regras militares). Isso porque durante a sua formação o cadete sofre um processo de socialização profissional estando submetido a regras e práticas específicas. E é durante esse processo de formação e socialização que ele vai adquirir a consciência e espírito militar, o que vai distingui-lo dos que não possuem uma formação militar.

Os três autores – Carvalho, Barros e Castro – não pesquisavam sobre 1964, não construíam abordagens pautadas em perguntas sobre a intervenção militar na política e, por fim, tomavam o exército em si como objeto de análise, sem paisanizá-lo.

Para os limites dessa dissertação, no entanto, destaco a tese de doutorado de Celso Castro, “*Os Militares e a República*”.³³ Este trabalho analisa o tema – “militares” – e o período – a Proclamação da República, não tendo por interesse analisar esse período para explicar as “origens” das intervenções militares. Além disso, o trabalho de Castro não promove o processo de paisanização, pois apresenta um tipo novo de abordagem para pensar a relação dos militares com a política.

Cabe destacar que embora apontemos que o trabalho de Castro – ao qual retornaremos adiante – é o primeiro que efetivamente vai trabalhar o tema e o período que é de nosso interesse aqui, devemos ressaltar que inconsistências e problemas presentes na visão tradicional sobre a maneira como se chegou ao golpe de 1889 já foram discutidos em vários trabalhos de historiadores e cientistas políticos que promoveram revisões bibliográficas dos trabalhos mais antigos. Diante disso, e considerando o risco de fazermos apenas um resumo de ideias já bastante conhecidas, optamos por não realizar um debate sobre a historiografia que trata da Proclamação da República. Assim, vamos discutir aqui apenas os trabalhos que lidam mais diretamente com a participação dos militares no evento e com aqueles trabalhos que lidam com a questão do imaginário social dos primeiros anos republicanos.

³⁰ Idem, p. 6.

³¹ Idem, p. 8.

³² CASTRO, Celso. *O espírito militar*. Op.cit.

³³ CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*. Op.cit.

Dialogando com a perspectiva historiográfica iniciada a partir do trabalho de Castro, temos por interesse analisar a relação dos militares, que instituíram o regime republicano, com a política que será estabelecida. Não é nossa finalidade, portanto, analisar a “origem” da intervenção militar na política. Além dos motivos já mencionados que geraram no decorrer das décadas insatisfação no meio militar com a política seguida pelo império e, assim, conduziu alguns militares a colocarem fim no regime monárquico, devemos elencar os motivos de ordem nacional que certamente influenciaram todos os conspiradores.

Em geral, a visão consagrada pela historiografia estabelece os seguintes pressupostos para a eclosão do movimento republicano: a distância das províncias em relação ao centro do poder, as contradições entre os diversos interesses de grupos econômicos distintos e as dificuldades de acomodação política das novas forças econômicas num cenário condicionado pela nova ordem econômica mundial. Esses fatores teriam conduzido a monarquia a uma situação de inércia que a inviabilizou como projeto de governo.³⁴

Como defende José Murilo de Carvalho, somente após a entrada dos militares no processo republicano – sabendo-se, é claro, que se tratou de um grupo específico e não de todos os militares –, que foi possível desestabilizar o regime monárquico.

Nas palavras de José Murilo de Carvalho, as Forças Armadas exerciam um poder desestabilizador. Para ele, a organização militar tem características e vida próprias que não podem ser reduzidas a simples reflexos de influências externas.³⁵ Nesse sentido, essa organização gestou internamente seus próprios descontentamentos com o governo imperial agindo para a desintegração deste.

Concordamos com as duas perspectivas. Os fatores externos – problemas políticos e sociais do Império brasileiro – somados aos descontentamentos de grupos do Exército impulsionaram a ação decisiva para a retirada da monarquia no Brasil, associado, é claro, aos interesses dos grupos civis envolvidos no conflito.

José Murilo de Carvalho, em seu clássico livro “*A Formação das Almas*”, analisando a implantação da República no Brasil, busca estabelecer as tentativas de legitimação desse novo regime, que foi instituído através de um golpe de Estado. Com esse objetivo, Carvalho aponta a ideologia como o instrumento clássico de legitimação de regimes políticos ressaltando que no Brasil três correntes ideológicas, o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo passaram a disputar a definição da natureza do novo regime, até a vitória da primeira delas.³⁶ Não entraremos na discussão sobre o que propunha cada uma dessas correntes, mas é necessário destacar, como afirma José Murilo, que “tratava-se de uma batalha em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos”.³⁷

De acordo com José Murilo de Carvalho, a estruturação de um *imaginário* social é “particularmente importante em momentos de redefinição de identidades coletivas”.³⁸ Nas palavras de José Murilo:

O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também (...) por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e

³⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 6ª ed. São Paulo: UNESP, 1999.

³⁵ CARVALHO, José Murilo de. “Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p.1.

³⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³⁷ Idem, p.10.

³⁸ Idem, p.11.

mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos.³⁹

É ainda através do *imaginário* que uma sociedade organiza seu passado, presente e futuro, como também defini sua identidade, seus objetivos e seus inimigos.

Uma ideologia que é inserida no imaginário popular da Primeira República é a do *soldado-cidadão*. Para Carvalho, a ideologia do soldado-cidadão implicava justamente na suposição de que o soldado, “por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser um militar”.⁴⁰ O modelo de soldado-cidadão exaltado pela República será representado através da figura do general Osório. Esta definição que justifica ideologicamente a intervenção militar na política reúne também em si os dois lados, o militar e o civil, que deveriam coexistir para a consolidação do novo regime, estabelecido através de um golpe de Estado em 1889.

Celso Castro, em seu já citado trabalho – “Os militares e a República” – interessado em compreender como se efetivou, entre os militares, um projeto de república, analisou que relações esse projeto tinha com a cultura específica do grupo de militares que conspirou pela república e que estratégias de ação política foram seguidas para implementar o projeto.⁴¹ Para tanto, Castro fez uma etnografia da cultura dos militares republicanos e expôs sua versão de como as ações visando a instituição da República se desenrolaram.

Assim, Castro analisa os principais atores militares envolvidos no golpe, entre os quais, partindo de sua análise e adotando seu posicionamento, já explicitamos aqui – a mocidade militar; o tenente-coronel Benjamin Constant; o marechal Deodoro da Fonseca; e o marechal Floriano Peixoto. Partindo dessas análises, Celso Castro demonstra que havia mais dissensão do que normalmente se imagina entre os militares nos anos finais do Império.

O fato é que, como aponta Maria Tereza Chaves de Mello, em seu livro “*A República consentida*”,⁴² uma desafeição ao regime monárquico prevaleceu sobre a afeição que existia por d. Pedro II no momento da proclamação. Isso porque as reformas que se faziam necessárias eram tidas como impossíveis sob o regime monárquico devido ao emperramento da máquina estatal e o apego aos privilégios existentes. Diante desse quadro, os grupos reformistas contestadores que se viam marginalizados pelo sistema monárquico e não tinham no Parlamento espaço de ação política nem de expressão, a partir da década de 1880, ampliaram o espaço público através de associações, mobilizações populares, clubes e da imprensa, onde promoviam uma deslegitimação da Monarquia. Isso permitiu a criação de uma “disponibilidade afetiva para aceitar ‘os rumos da história’, que indicavam, no Brasil, a forçosa instalação de uma sociedade democrática e capitalista. A propaganda, a literatura e a imprensa conseguiram fazer derivar essa sociedade do regime republicano”.⁴³

³⁹ Idem, p.10.

⁴⁰ Idem, p.39.

⁴¹ CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*. Op.cit., p. 11.

⁴² MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

⁴³ Idem, pp. 11-12.

Seguindo as definições de Pierre Bourdieu para o conceito de *símbolo/poder simbólico* aqui utilizado, apontamos que o poder simbólico não reside no uso da força, mas numa relação determinada entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeito – na estrutura do campo em que se produz e reproduz uma crença – no campo de produção simbólica. E, ele só se exerce se for reconhecido, ou seja, deve ter legitimidade.⁴⁴

Acreditamos que a instituição de Osorio como herói republicano foi possível porque ocorreu um investimento efetivo em sua memória e porque o poder propriamente simbólico por ele exercido sobre o povo era reconhecido, ou seja, ignorado como arbitrário. Como analisaremos, a partir de uma proposta surgida na Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária, será erguido na Praça XV de Novembro, em 12 de novembro de 1894, cinco anos após a Proclamação da República, um pantheon em homenagem ao general Osorio que o retrata como um general extremamente popular. Essa memória que vincula Osorio ao povo é instituída também através de narrativas biográficas e lembranças anuais em frente ao pantheon.

O conceito de memória adotado neste trabalho se ancora nas reflexões de Michael Pollak, para o qual *memória* é uma operação coletiva ou individual dos fatos do passado que se quer salvaguardar. O monumento equestre em homenagem ao general Osorio erguido na Praça XV de Novembro que, naquele contexto, era um local simbolicamente importante visto que comemorava a Proclamação da República, vai funcionar como um *lugar de memória* – para utilizarmos a expressão de Pierre Nora – que “nasce e vive do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas”.⁴⁵ Daí a necessidade, como veremos, de manter as comemorações anuais em frente ao monumento para conservar viva a memória que se erguia sobre o general Osorio desde finais do século XIX.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo discutiremos que atores políticos e sociais se encarregaram da construção de uma memória do general Osorio, através da elaboração do monumento equestre em homenagem a ele, erguido na Praça XV de Novembro. Analisaremos o processo da construção desse monumento a partir da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária, que vai exaltar o general Osorio como herói gaúcho e nacional. A intenção é mostrar como esse movimento é iniciado por um grupo de gaúchos – militares e civis – interessados em promover a memória de Osorio.

O segundo capítulo analisa como os jacobinos – ala mais radical entre os republicanos, e defensores de um governo forte e do marechal Floriano Peixoto – tentaram se apropriar da imagem que a Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária erguia sobre Osorio. Em seguida, analisamos o momento da inauguração do monumento equestre em homenagem ao general Osorio na Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro. Inaugurado no dia 12 de novembro de 1894, ele é o primeiro grande resultado dos esforços empreendidos pelos encarregados na construção de uma imagem do general Osorio como uma figura popular e um herói nacional do novo regime.

O terceiro, e último, capítulo, analisa as biografias sobre o general Osorio, escritas na sua maioria entre 1879 e 1930, demonstrando qual a imagem que esses textos constroem e divulgam sobre Osorio. Este capítulo também se detém nas representações construídas pelo jornal *O Paiz* sobre o general Osorio através da comemoração anual – em frente ao monumento da Praça XV –,

⁴⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

⁴⁵ NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo, n°10, 1993, p.13.

em homenagem ao aniversário da Batalha de Tuiuti, ocorrida na Guerra do Paraguai, e que consagrou Osorio como um dos maiores nomes do Exército brasileiro.

CAPÍTULO I

SOCIEDADE RIOGRANDENSE BENEFICENTE E HUMANITÁRIA: A CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO EQUESTRE EM HOMENAGEM AO GENERAL OSORIO

O tema da inauguração do monumento equestre do general Osorio na Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, já foi abordado por Celso Castro e Adriana Barreto de Souza.⁴⁶ Em seus trabalhos sobre o tema, esses autores defendem uma vinculação da lembrança de Osorio – através de sua estátua na Praça XV de Novembro – à República, que o exalta como modelo de soldado-cidadão.⁴⁷

Outra interpretação sobre este tema, defendida por Rodrigo Perez Oliveira⁴⁸, entende que Floriano Peixoto é o responsável pela criação e inauguração do pantheon de Osorio na Praça XV. Segundo o autor, a ideia era cultuar Floriano Peixoto (o herói do presente) via Osorio (o herói do passado). Entretanto, como veremos neste capítulo, a monumentalização de Osorio foi proposta dias depois de sua morte, em 1879, sendo apenas reapropriada – e não criada – pelo governo do marechal Floriano, em 1894. Desse modo, divergindo da interpretação de Perez, a qual retornarei no próximo capítulo, proponho outra leitura para elaboração e inauguração do monumento equestre do general Osorio.

A partir da identificação da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária e da pesquisa que realizei em sua sede – hoje denominada Sociedade Sul Riograndense, e localizada em Santa Cruz –, procuro mostrar como a memória do general Osorio começa a ser elaborada a partir de uma iniciativa dessa Sociedade, que pretende, por sua vez, por meio da memória de Osorio, construir uma memória do Rio Grande do Sul e dos gaúchos. O primeiro passo para a realização do objetivo da Sociedade foi a proposta feita a sua Diretoria, por seus membros, em 10 de outubro de 1879 – apenas seis dias após o falecimento do general –, para a edificação de um monumento equestre, no Rio de Janeiro, em homenagem a ele.

Feita e aprovada a proposta, uma comissão foi formada para levar adiante esse projeto, cuidando detalhadamente de todas as etapas da confecção do monumento equestre em

⁴⁶ Ver: CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército Brasileiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº25, 2000/1; CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002; SOUZA, Adriana Barreto de. Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar. Op.cit; SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: O homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁴⁷ Voltaremos ao conceito de soldado-cidadão mais a frente. Ver: CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército Brasileiro. Op.cit; CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Op.cit; SOUZA, Adriana Barreto de. Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar. Op.cit. SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: O homem por trás do monumento*. Op.cit.

⁴⁸ OLIVEIRA, Rodrigo Perez. *As armas e as letras: a guerra do Paraguai na memória oficial do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado defendida no PPGHIS/UFRJ, 2011.

homenagem ao general Osorio tendo, inclusive, um bom controle sobre as escolhas estéticas. Esse projeto só viria a ser concluído após quinze anos de trabalhos, quando se inaugurou o monumento eqüestre na Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro.

De acordo com Michel Pollak, *memória* é uma operação coletiva ou individual dos fatos do passado que se quer salvar. Ela tem como funções essenciais manter a coesão interna e defender os ideais que um grupo tem em comum. Dessa forma, a referência ao passado “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis”.⁴⁹ Na visão de Pierre Nora, a *memória* “emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem”.⁵⁰

Analisamos a construção da memória sobre o general Osorio a partir desses dois eixos de reflexão sobre a memória. A Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária era, como verificaremos adiante, interessada em manter a coesão interna e os pontos que uniam os laços do povo gaúcho. Assim, por ter interesse também em definir o lugar do Rio Grande do Sul na nação brasileira, essa Sociedade investiu na construção da memória do general Osorio que, para eles, é um representante legítimo do povo gaúcho, da Sociedade e da nação brasileira.

1.1. O Rio Grande do Sul e a Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária

O Rio Grande do Sul, durante o século XIX, esteve envolvido em expressivos conflitos nacionais. Nesse período, a então província teve importante participação nas lutas da independência e, ao sentir seu crescimento limitado pelos novos rumos centralizadores da política do Império, entrou em conflito com o poder central na Revolta dos Farrapos (1835 a 1845). A Revolução Farroupilha, como também ficou conhecido o movimento, resultou na declaração de independência da então província como Estado republicano, dando origem à República Rio-Grandense. Essa separação do território nacional estendeu-se por nove anos, de setembro de 1836 a março de 1845, influenciando movimentos que ocorriam em outras províncias brasileiras durante o período.⁵¹ Nas décadas de 1850 e 60, essa capacidade de mobilização militar da província, que apoiava agora o governo do Rio de Janeiro, se tornou estratégica na guerra contra Oribe e Rosas, e durante a campanha contra o Paraguai.

No final do século XIX, já durante o regime republicano, o Rio Grande do Sul foi tomado pela Revolta Federalista (1893-1895), que instaurou uma guerra civil entre republicanos e federalistas. Aqui recorro a esses episódios para evidenciar que, no decorrer do século XIX, a província do Rio Grande do Sul e, depois, o estado, estiveram envolvidos em expressivos conflitos fazendo valer, na maioria dos casos, seus direitos e seu posicionamento político. Do mesmo modo, sempre travaram batalhas em torno da versão oficial desses fatos, buscando preservar as narrativas sul riograndenses dos acontecimentos e as tradições de seu povo, que possui um sentimento muito forte de unidade e identidade.

⁴⁹ POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. Op.cit., p.9.

⁵⁰ NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. Op.cit., p.9.

⁵¹ FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Alexandre Lazzari analisa, em sua tese de doutorado, “*Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*”,⁵² as noções de identidade gaúcha como tradição e de identidade regional como modo de pertencimento à nação brasileira. Assim, procura demonstrar o que ele denomina de “consciência de nacionalidade” entre as elites políticas rio-grandenses.

O Rio Grande do Sul é um dos exemplos mais notórios de persistência de identidade regional, fruto do investimento simbólico em torno da “gauchidade”, que estaria profundamente vinculada ao modo de conceber o pertencimento à nacionalidade brasileira.⁵³ Analisando a historiografia referente a seu objeto de estudo, Lazzari afirma que quase todos os estudos, apesar da diferença de abordagens, “parecem concordar que a identidade local rio-grandense foi e é construída por associação com a identidade nacional”.⁵⁴

O sentimento de identidade gaúcha e valorização de sua “gauchidade” eram tão profundos que, durante o século XIX, tentou-se entre os literatos locais difundir uma ideia de identidade nacional brasileira imaginada a partir de uma identidade rio-grandense ou gaúcha. Pouca repercussão obteve o trabalho dos letrados rio-grandenses no ambiente intelectual e político da capital do país. No entanto, isso nos revela que o sentimento de pertencimento tinha uma grande força ideológica e simbólica sobre a sociedade local que “não deixava de inventar, divulgar e popularizar símbolos e narrativas de um passado comum”.⁵⁵

Expressão desse sentimento é a Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária (SRBH), fundada em oito de novembro de 1857. Na ocasião, Antônio Álvares Pereira Coruja, revolucionário farroupilha, exilado no Rio de Janeiro, fundou na capital do Império, junto com outros vinte e quatro gaúchos, esta sociedade. Antônio Coruja nasceu em Porto Alegre em 1806, e faleceu no Rio de Janeiro em 1889. Foi professor e filólogo e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de ser o primeiro gramático do Brasil. Ele é considerado pela Sociedade Riograndense um dos primeiros grandes estudiosos dos usos e costumes do povo gaúcho.

Essa sociedade, quando fundada, tinha sua sede alugada na casa número quarenta e cinco, da Rua da Misericórdia, no centro do Rio de Janeiro.⁵⁶ Os sócios dessa entidade são classificados por ela em três tipos: Sócio Efetivo: somente gaúchos; Sócio Especial ou Contribuinte: não gaúcho; e Sócio Benemérito ou Remido: gaúchos e não gaúchos.⁵⁷

Os recursos para manutenção da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária são provenientes das mensalidades de seus sócios, uma taxa de contribuição mensal de quem se filia

⁵² LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese de doutorado defendida na Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2004.

⁵³ Idem, p. 14.

⁵⁴ Idem, p. 15.

⁵⁵ Idem, p.20.

⁵⁶ A Sociedade também funcionou em outros endereços alugados, como na Rua da Assembléia 8 e Rua da Quitanda 11, todos no Centro do Rio de Janeiro. Isso perdura até a compra, em 1907, de seu edifício-sede na Av. Central, número 183, mais tarde a Av. Rio Branco. Em 1972 esse edifício foi vendido e uma área comprada em Santa Cruz com 45 ha, onde passa a ser sede campestre (atualmente sede única). O nome atual dessa entidade é Sociedade Sul Riograndense, de acordo com uma reforma ocorrida em 1926 em seus estatutos. Sobre mudanças estruturais, ver: <http://www.sociedadesulriograndense.org.br>. (último acesso em: 03/03/12).

⁵⁷ O sócio efetivo paga a mensalidade e pode votar e ser votado para os cargos da Sociedade, a exceção de ser votado para o cargo de presidente, vice e conselheiros. Os sócios beneméritos não pagam mensalidades, mas freqüentam a entidade e têm direito a voto nas assembleias. Ver: MERGULHÃO, Cláudia Bezerra. *Centro de Tradições Gaúchas Desgarrados do Pago: reinvenção de memórias, identidades e tradições no Rio de Janeiro (1977-2004)*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado defendida na UNIRIO, 2005, p.62.

à entidade. Outra fonte de recurso são os rendimentos das aplicações financeiras feitas pela Sociedade.⁵⁸

Analisando as atas das reuniões da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária, é possível constatar que seu objetivo era reunir os gaúchos “de posses” residentes na capital do Império para ajudar os gaúchos “necessitados” do Rio de Janeiro, sobretudo aqueles que após o término da Farroupilha tiveram que fugir, por terem apoiado o movimento revolucionário, tomando como destino a capital imperial. Daí resulta um outro objetivo desta sociedade: proporcionar o convívio de ricos e pobres gaúchos, a exaltação do amor ao Rio Grande, por sua gente, história e tradição.⁵⁹

1.2. Manuel Luís Osorio, um militar e cidadão gaúcho admirável

Manuel Luis Osorio nasceu a 10 de maio de 1808, em Conceição do Arroio, Rio Grande do Sul. O general Osorio, como era comumente chamado, ocupava o cargo de Presidente honorário da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária, além de ser um dos militares mais admirados e respeitados do Exército Brasileiro.⁶⁰ Osorio participou das principais batalhas militares do final do século XIX, sendo o grande herói da Guerra da Tríplice Aliança, que foi o maior conflito armado ocorrido na América do Sul. O conflito teve início em dezembro de 1864 e terminou em março de 1870, com a vitória da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) contra o Paraguai. Osorio era, assim, dono de um currículo admirável, que enchia de orgulho a comunidade sul riograndense.

Com 15 anos de idade, Osorio se alistou no Exército Brasileiro não por vontade sua, mas seguindo os desejos de seu pai, Manuel Luis da Silva Borges, também militar. Em 1824 Osorio inscreveu-se na Escola Militar com objetivo de seguir os estudos militares que, entretanto, foram interrompidos com a eclosão da Guerra da Cisplatina (1825-1828). Nesse ínterim, ele alçou o posto de alferes e, depois, o de tenente. Em 20 de agosto de 1838, chegou à patente de capitão.⁶¹ Quatro anos depois, em 27 de maio de 1842, em função de sua atuação na repressão aos farrapos, Osorio foi promovido a major e, em 23 de julho de 1844, pelo apoio irrestrito às forças do Rio de Janeiro, chegou ao posto de tenente-coronel. No ano seguinte, ao lado do barão de Caxias, comandante em chefe das forças militares brasileiras, pôs fim a Farroupilha, conflito que se estendia desde 1835.

Em 1851, devido a instabilidade na região do Prata, Osorio seguiu com Caxias para Montevidéu no comando de um regimento para intervir contra o presidente argentino Rosas e o uruguaio Oribe. Daí o nome pelo qual a guerra ficou conhecida, Guerra contra Rosas e Oribe. Em 1856, Manuel Luis Osorio foi promovido a brigadeiro-graduado e, em 1865, durante a Guerra do Paraguai, chegou a marechal-de-campo.

⁵⁸ Livro de Atas da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária (SRBH).

⁵⁹ Ver: <http://www.sociedadesulriograndense.org.br> (último acesso em 03/03/12).

⁶⁰ Este título foi conferido a Osorio em sessão de assembléia geral realizada em 3 de março de 1869, no Rio de Janeiro. Ver: Livro de Atas da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária e <http://www.sociedadesulriograndense.org.br>. (último acesso em 03/03/12).

⁶¹ Todas as biografias sobre Osorio descrevem sua carreira militar e política da mesma forma, citando os mesmos eventos e promoções. As informações sobre sua trajetória que citamos aqui estão de acordo com as biografias que serão analisadas no terceiro capítulo, constando também no site do exército brasileiro. Ver: <http://www.exercito.gov.br>. (último acesso em 02/03/12).

No ano seguinte, ele participou, em 24 de maio de 1866, da Batalha de Tuiuti, maior combate travado na América do Sul, e que consagrou Osorio o maior herói da guerra. Gravemente ferido nessa batalha, ele foi obrigado a se retirar do teatro de guerra. Recolheu-se no Rio Grande do Sul por alguns meses e, durante esse período, foi promovido a tenente-general, recebendo o título de barão do Herval. Mesmo sem estar totalmente restabelecido, retornou aos campos de batalha onde permaneceu até 1868, quando deixou em definitivo a campanha, forçado pela piora de sua saúde. Neste ano foi condecorado com o título de visconde do Herval. No ano seguinte, antes de findar a guerra, seria ainda agraciado com o título de marques do Herval.

A guerra teve fim em 1870 e, nesta ocasião, Osorio já era reconhecido, tanto entre os gaúchos, quanto em outras regiões, como seu grande herói.

Em 1871, o então coronel Deodoro da Fonseca, – que viria a ser o primeiro presidente republicano – entregou a Osorio uma espada de honra, cinzelada em ouro e ornada em brilhantes, custeadas pelos próprios oficiais comandados por Osorio durante a guerra, o que revela a grande estima que nutria entre seus subordinados. No terceiro capítulo, retornaremos a esse episódio da entrega da espada de honra a Osorio.

Essa imagem, de Osorio como um general extremamente popular entre os soldados, assim como entre o povo, é reproduzida ainda em textos historiográficos. Francisco Doratioto, em seu livro “*General Osório: a espada liberal do Império*”,⁶² afirma que:

Osorio era acessível, permitindo algumas liberdades por parte dos subordinados. Assim, por exemplo, em 1865, o Exército brasileiro marchava em direção ao Paraguai sob seu comando quando Paulo Alves, conhecedor do gosto do general em escrever poesias, arriscou solicitar-lhe uma promoção em versos. O despacho de Osorio, em resposta, veio em igual forma:

Quem faz versos tão formosos,
Há de ter grande talento e ser valente.
Por isso, defiro o requerimento.
Mas não se repita
Que sai-se mal
Falando em verso
Ao general.⁶³

Em 1877, ele é escolhido pela Princesa Isabel, a partir de uma lista tríplice, senador pela província do Rio Grande do Sul. Em discurso no Senado, declarou a seguinte frase, que se tornaria uma das mais citadas por seus biógrafos: “a farda não abafa o cidadão no peito do soldado”. Essa frase é apontada por seus biógrafos como exemplo maior de seu caráter popular, um chefe sempre próximo de seus subordinados porque – ainda segundo seus biógrafos – via nestes cidadãos como ele próprio o era, parte do povo brasileiro. Associação que, bem explorada, resultaria na imagem do soldado-cidadão. O soldado, como cidadão, teria o direito de intervir nos conflitos sociais, bem como na política da época – sempre que fosse necessário para o bem de sua pátria. Característica essa sempre presente nas atitudes de Osorio.

Além do título nobiliárquico, Osorio também alcançou a maior patente do Exército Brasileiro: por decreto de 2 de junho de 1877, ele recebeu a patente de marechal-do-exército. No ano seguinte, com a ascensão do partido liberal ao poder, Osorio foi nomeado ministro da Guerra

⁶²DORATIOTO, Francisco. *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁶³ Apud, Idem, p.17.

no gabinete Sinimbu, permanecendo no cargo até sua morte, em 4 de outubro de 1879, no Rio de Janeiro.

Imediatamente após o falecimento do general Osorio, os membros da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária articularam, em 10 de outubro, o primeiro movimento em homenagem ao ilustre sócio, general e marquês de Herval. Assim é que em 10 de outubro de 1879, pela Ata nº 121 da Diretoria da Sociedade, é proposta e criada uma comissão para angariar fundos, visando erguer na capital do Império uma estátua em homenagem a Osorio. A proposta, tal como anunciada nesta ata era perpetuar entre nós a imagem do digno militar representante do povo gaúcho e, em conseqüência, do povo brasileiro.⁶⁴ Tal atitude – também política – demonstra a exaltação do amor do Rio Grande do Sul por seus cidadãos ilustres e por sua história.

Pensamos política de acordo com o conceito estabelecido por Norberto Bobbio, sendo esta entendida como forma de atividade ou de práxis humana, que está estreitamente ligado ao poder.⁶⁵ Há várias formas de poder do homem sobre o homem, no qual o poder político é apenas uma delas. Este poder, segundo Bobbio, “se baseia na posse de instrumentos mediante os quais se exerce a força física: é o poder coator no sentido mais estrito da palavra”.⁶⁶ As outras duas formas de poder que Bobbio destaca em um âmbito, como ele aponta, amplíssimo desse conceito, são: o poder econômico e o poder ideológico. O econômico, “é o que se vale da posse de certos bens, necessários ou considerados como tais, numa situação de escassez, para induzir aqueles que não os possuem a manter um certo comportamento, consistente sobretudo na realização de um certo tipo de trabalho”.⁶⁷

O poder ideológico – o que nos interessa aqui, devido a ideologia do soldado-cidadão – se baseia na “influência que as ideias formuladas de um certo modo, expressas em certas circunstâncias, por uma pessoa investida de certa autoridade e difundidas mediante certos processos, exercem sobre a conduta dos consociados”.⁶⁸

1.3. A proposta do monumento e a criação da comissão responsável

A ata nº121 da Diretoria na qual é proposta a criação da estátua em homenagem a Osorio é a primeira a nos fornecer os nomes dos envolvidos nesse projeto, que formaram uma primeira comissão encarregada de obter os recursos necessários para sua execução. Os cargos foram assim ocupados:

Presidente: Barão de Andaraí

Vice Presidente: João Valverde de Miranda

1º Secretário: Bernardino de Ávila e Souza

2º Secretário: Cândido Gaffrée

Tesoureiro: Manoel Vicente Lisboa

Adjuntos: Domingos José Campos, Manoel Joaquim Ferreira Dutra, Faustino Alves Vianna, Antonio da Silva Lisboa

⁶⁴ Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária (SRBH), Ata nº121, 1879.

⁶⁵ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UnB, 2007. p.995.

⁶⁶ Idem, *ibidem*.

⁶⁷ Idem, *ibidem*.

⁶⁸ Idem, *ibidem*. A discussão sobre política segue as orientações de Norberto Bobbio.

No que diz respeito à fonte dos recursos para a construção da estátua, os documentos afirmam que estes vieram de uma subscrição popular que os cidadãos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul teriam apoiado com empenho. Fica claro também que a Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária é a grande fomentadora financeira do monumento, visto que ela possuía um bom fluxo de capital proveniente de aplicações financeiras e das mensalidades e investimentos de seus membros. Além, é claro, do fato de a proposta para tal empreendimento ter partido dela.

Todos os envolvidos, desde a proposta para a criação do monumento até sua inauguração – à exceção de Rodolfo Bernardelli, escultor contratado para construir a estátua – eram naturais do Rio Grande do Sul e membros da Sociedade. Saber que todos os membros das comissões eram gaúchos, assim como Osorio, nos permite pensar que havia em cada um, fosse em maior ou menor grau, um sentimento de identidade com o Rio Grande do Sul e com sua história. Assim, simbolizar Osorio através de um monumento na capital imperial era uma maneira de o próprio Rio Grande do Sul se fazer presente na capital e, com isso, atualizar a memória de seus feitos históricos. Como militar do Império, Osorio havia participado da repressão ao movimento Farroupilha, que havia sustentado, por nada menos que nove anos, uma República no Rio Grande do Sul. Contudo, esse era um fato que deveria ser secundarizado no projeto de construção da memória do general Osorio como herói republicano. Isso porque resgatá-lo geraria um problema: como associar a memória do general à República se ele havia reprimido um movimento republicano? Possivelmente, isso fragilizaria a memória de Osorio. O general havia pegado em armas para defender a monarquia. Certamente ajudaria a lembrar que o herói da nascente república havia sido agraciado pela monarquia com o título de marquês. Tratava-se de um nobre. E, desse modo, o caminho seguido pelos homens que se empenhavam em erguer uma memória do general foi recuperar o Osorio da Guerra do Paraguai. Os feitos históricos que são lembrados por esses homens secundarizam a memória Farroupilha e Osorio é rememorado como o herói do “24 de maio”, da Batalha de Tuiuti, a maior batalha da Guerra do Paraguai.

Embora ao longo dos anos (1879-1894), em diferentes momentos, tenham ocorrido entradas e saídas de sócios na comissão, é possível identificar duas comissões principais: a primeira, formada logo no início, em 1879 e responsável por angariar fundos, e a segunda responsável por executar o projeto. A comissão que aparece no convite da inauguração da estátua – e que entra para a história como a responsável pela construção do monumento equestre do general Osorio – é o resultado das modificações que a segunda comissão sofreu ao longo dos anos, com o falecimento de sócios e com a entrada e a saída de outros por motivos que serão mencionados nas fontes.

O presidente da primeira comissão era Militão Máximo de Sousa, o barão de Andaraí. Comerciante e político brasileiro, ele exerceu diversos cargos públicos, dentre eles, o de presidente do Banco do Brasil. Como vice-presidente da comissão estava João Valverde de Miranda, comendador que, juntamente com Antonio Pereira Coruja, fundou a Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária. João Valverde também era professor do Liceu de Artes e Ofícios e membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro.⁶⁹

Outro nome que exerceu importante papel no processo de construção do monumento em homenagem a Osorio, e já estava presente nessa primeira formação da comissão, é o de Candido Gaffrée. Não foi possível encontrar informações substanciais sobre Gaffrée, assim os dados que

⁶⁹ Ver: <http://www.senac.br>. (último acesso em: 01/03/12).

apresentamos sobre ele são resultado de cruzamentos de informações encontradas principalmente em *sites* sobre a construção do Porto de Santos. Como engenheiro e empresário, Candido Gaffrée fundou, ao lado de Eduardo Guinle – ao qual vamos nos referir adiante –, a “Gaffrée, Guinle e CIA”, posteriormente denominada “CIA Docas de Santos”, construtora responsável pelo Porto de Santos. Essa Companhia recebeu em 1888, da Princesa Isabel, uma concessão para exploração do porto por noventa anos.⁷⁰

Manuel Vicente Lisboa, que ocupava o cargo de tesoureiro da comissão, era diretor-presidente da CIA América Fabril – indústria de tecidos da região da atual Magé, no Rio de Janeiro. É clara, portanto, a predominância na comissão de homens vinculados ao comércio e à indústria. Todos gaúchos.

Angariados os fundos necessários, em 1880, outra comissão foi criada para, então, construir o monumento. Esta nova comissão, a segunda, ficou organizada da seguinte maneira:

Presidente: Barão de Andaraí

Vice-presidente: Cândido Gaffrée

1º Secretário - Eduardo Guinle

2º Secretário - João Evangelista Vianna

Tesoureiro - Manuel Vicente Lisboa

Adjuntos - Faustino Vianna, Manoel Joaquim Ferreira Dutra, João Valverde de Miranda, Antônio da Silva Lisboa e Rodolfo Bernardelli.

A presidência da comissão não sofreu alteração, permanecendo com o barão de Andaraí. Cândido Gaffrée, no entanto, que antes era o segundo secretário, assume agora uma posição de maior destaque, como vice-presidente da nova comissão. A parceria de Cândido Gaffrée com os Guinle na construção do Porto de Santos refletiu na comissão, que ganhava um novo secretário, o também engenheiro Eduardo Palassin Guinle. Manuel Vicente Lisboa permaneceu na segunda comissão no cargo de tesoureiro o qual ocupou praticamente durante todo o processo até a inauguração da estátua, se afastando apenas algumas vezes para tratamento médico.

Na transição da primeira para segunda comissão temos a saída de dois membros: Bernardino de Ávila e Souza e Domingos José Campos. Este último não fez parte da segunda comissão, pois faleceu antes da formação desta, e a razão da ausência de Bernardino D’Ávila Souza é relatada nas atas das reuniões da comissão como “indeterminada”. Em contrapartida, dois novos membros entraram para comissão: Eduardo Guinle – que assumiu o cargo de primeiro secretário no lugar de Bernardino de Ávila – e João Evangelista Vianna que ocupou o cargo de segundo secretário, antes ocupado por Gaffrée. Sobre João Evangelista Vianna, não temos informações para além daquela que é comum a todo o grupo: era gaúcho. Além disso, vale destacar que ocupou uma posição chave na comissão: era o responsável pela troca de informações entre a comissão e Rodolfo Bernardelli, o escultor contratado para construir o monumento eqüestre de Osorio. A mediação entre a comissão e Bernardelli – que estava fora do Brasil nos primeiros anos do projeto do monumento, como veremos a frente – era realizada por João Evangelista.

José Maria Oscar Rodolfo Bernardelli nasceu em 18 de dezembro de 1852 na cidade de Guadalajara, México. Conhecido pelo nome de Rodolfo Bernardelli, era o único integrante da comissão que não era gaúcho. Todavia, vale destacar que, ao deixar o México em 1866 para vir

⁷⁰ Ver: <http://www.docas.com.br>. (último acesso em: 01/03/12).

morar no Brasil, residiu por quatro anos no Rio Grande do Sul. Só em 1870, mudaria para o Rio de Janeiro, onde residiria até 1876. Embora as fontes não permitam entender como se chegou à escolha do nome de Bernardelli, é certo que o prestígio de que o artista já desfrutava na época, sendo considerado o maior escultor existente no Brasil, teve peso.

No Rio de Janeiro, Bernardelli freqüentou como aluno as aulas da Academia Imperial de Belas Artes e, em 1876, ganhou o ambicionado prêmio de viagem, oferecido pela Academia Imperial, ao aluno que se destacasse com o melhor trabalho em um concurso. Bernardelli só pode receber o prêmio porque, dois anos antes, havia requerido a nacionalidade brasileira, indispensável para concorrer ao prêmio. Assim, como aluno-pensionista da Academia Imperial, partiu para Roma em 1877, permanecendo lá por sete anos, até 1884.⁷¹

Se observarmos as datas de viagem e de retorno de Bernardelli, perceberemos que na ocasião da morte do general Osorio (1879) e do lançamento da proposta de criação de uma estátua em sua homenagem, alguns dias após seu falecimento, o escultor estava em Roma. Não há, entre as fontes analisadas, nem uma correspondência que revele a data exata de quando Bernardelli foi convidado para ser o escultor da estátua equestre de Osorio. Entretanto, uma correspondência encontrada no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, da comissão do monumento para Rodolfo Bernardelli, datada de 14 de março de 1880, confirma que nesta data o escultor já teria aceitado o trabalho. Na carta, é solicitado a Bernardelli que “envie as fotografias do modelo da estátua que está a concluir e uma descrição de qual o custo desta ou daquela matéria, altura, se o pedestal é da mesma matéria que a da estátua ou não”.⁷²

É pedido a ele ainda que:

para aproveitar o tempo mande de mão o modelo de uma estátua em coluna de modo que seja ela de bom efeito (...). A quantia já arrecadada arca por trinta contos e está certo que irá muito além, porém como sabe nem tudo será para a estátua, mas sim igualmente para as obras necessárias.⁷³

A comissão acompanhou constantemente a execução dos trabalhos, desde este modelo feito a mão, passando pela preocupação com as obras e o local escolhido, até a inauguração.

Ao que tudo indica, somente a partir de 1887 foi intensificado o projeto da construção do monumento. Desse modo, entre 1879 – ano da morte do general e de lançamento da proposta de criação do monumento – até 1887, foram dedicados à mobilização da sociedade civil, a fim de angariar fundos para o projeto, e à contratação, realizada através de um contrato provisório, de Rodolfo Bernardelli, que só ocorreu em março de 1880, achando-se ele ainda na Europa, onde elaboraria os primeiros esboços do monumento.⁷⁴

⁷¹ WEISZ, Suely de Godoy. Rodolpho Bernardelli, um perfil do homem e do artista segundo a visão de seus contemporâneos. **Dezenovevinte**, Rio de Janeiro, v. II, n. 4, out. 2007. Este artigo encontra-se disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/rb_sgw.htm>. (último acesso em: 01/03/12).

⁷² Museu Nacional de Belas Artes (daqui por diante MNBA). Pasta 27, Doc. n°1, 1880. Arquivo Rodolfo Bernardelli.

⁷³ MNBA. Pasta 27, Doc, n°1, 1880. Arquivo Rodolfo Bernardelli.

⁷⁴ As atas da comissão, que se encontram no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, e as correspondências trocadas entre a comissão e Bernardelli, que estão no Museu Nacional de Belas Artes, nos permitem chegar a essa conclusão.

1.4. A execução do monumento: do esboço à escolha da Praça XV de Novembro

Muito provavelmente as reuniões presenciais da comissão do monumento ao general Osorio só começaram quando do retorno de Bernardelli. Assim, a primeira ata da sessão da comissão do monumento ao general Osorio é datada de 4 de junho de 1887. Reunidos na sede da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária, no primeiro andar do prédio número onze da Rua da Quitanda, no centro do Rio de Janeiro, — os senhores barão de Andaraí, Candido Gaffrée, Manoel Vicente Lisboa, Antonio da Silva Lisboa, Faustino Alves Vianna, Eduardo Guinle e João Evangelista Vianna convidaram o escultor Rodolfo Bernardelli, já de volta ao Brasil, para participar da reunião. Nesta, ele apresentou o desenho do esboço do monumento.⁷⁵ Seis meses depois esse esboço foi executado por Bernardelli em barro na Igreja Nossa Senhora da Candelária e, ao concluí-lo, o escultor convidou a comissão a visitar o mesmo. Entusiasmados com a proposta, os integrantes da comissão autorizaram Bernardelli a converter o esboço em gesso, executando-o em proporções maiores.

Pronto, em 19 de dezembro de 1887, o esboço em gesso foi exposto à avaliação da comissão que, ainda mais entusiasmada, deliberou acertar o contrato definitivo com Rodolfo Bernardelli para execução do monumento. Até esse momento, 1887, o que havia era apenas um contrato provisório entre o escultor e a comissão. O esboço ficou exposto à visita pública por quinze dias, de 26 de dezembro de 1887 até 10 de janeiro de 1888, no novo edifício da Praça do Comércio. Como se pode ver no convite assinado pelo próprio Bernardelli, o objetivo era iniciar, já naquele momento, o culto ao maior herói da pátria, ao soldado do povo:

Ill.mo Ex.mo Snr.

Tenho a honra de convidar a V.Ex., para ver o projeto em relevo do Monumento Equestre ao general Osorio, que por encomenda da muito digna comissão executei.

Ficará exposto numa das salas do novo edifício da Praça do Comércio do dia 26 do corrente até o dia 10 de Janeiro, das 10 às 4 horas da tarde.⁷⁶

O jornal *O Paiz*, um dos maiores periódicos em circulação na época, noticiava a exposição do esboço na edição de 25 de dezembro de 1887, dizendo que:

Amanha estará exposto, no edifício da Praça do Comércio, o esboço da estátua do general Osorio. Esse notável trabalho do laureado Bernardelli é digno do herói que viverá no bronze do artista tão bem como no bronze da História. O escultor parte, em breve, para a Europa, onde encontrará operários que venham aqui fazer a fundição da estátua. (...). O público sem dúvida irá visitar o esboço que amanhã é exposto a sua admiração.⁷⁷

⁷⁵ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (daqui por diante AGC). Setor de manuscritos. “Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio”. Notação: 46.3.41. Ata de 4 de junho de 1887.

⁷⁶ MNBA, APO 166 – RB.

⁷⁷ *O Paiz*, 25 de dezembro de 1887.

Depois da exposição, Rodolfo Bernardelli retornou a Europa com dois objetivos. O primeiro, como já anunciava a nota acima, era contratar operários para a fundição da estátua. O segundo objetivo de Bernardelli era comprar o material necessário para a construção do monumento. Bernardelli precisava de mão-de-obra especializada e material de qualidade e, como se vê, a comissão não economizou os recursos angariados com a subscrição popular. O tesoureiro da comissão, Manuel Vicente Lisboa, liberou, para isso, a soma de cem mil francos, autorizando sem restrições as compras que fossem feitas por Bernardelli em Paris ou em qualquer outra cidade europeia que viesse a interessar ao escultor.

Nessa etapa dos trabalhos, foi anunciada a saída de João Valverde de Miranda da comissão. Nas atas não consta o motivo de sua saída, está escrito somente que ele resignou ao cargo, sem maiores explicações. Para seu lugar foi convidado o, também gaúcho, capitão de fragata Frederico Guilherme de Lorena.

Após retornar da Europa, Rodolfo Bernardelli, em sessão da comissão do dia 11 de janeiro de 1888, ficou encarregado de elaborar finalmente a minuta do contrato definitivo que seria estabelecido entre ele e a comissão, levando em consideração as exigências estéticas da mesma na construção da estátua do general Osorio.⁷⁸ O texto do contrato nos permite perceber o quanto o escultor e a comissão se dedicaram ao monumento equestre, cuidando dela de forma muito profissional, e em seus mínimos detalhes. Vejamos abaixo as cláusulas do contrato:

Artº1º O abaixo assinado, artista brasileiro, fica obrigado a executar todo o trabalho de escultura do Monumento ao general Osorio conforme o projeto apresentado (um quarto do tamanho real), podendo modificá-lo em algum detalhe, quando isso for necessário para maior grandeza e beleza.

Artº2º O tempo máximo para a execução completa do dito monumento será de três anos (3) salvo força maior, devendo sempre a muito digna comissão ser prevenida com antecedência por ofício que justifique o atraso.

Artº3º Só ao artista cabe a responsabilidade e a criação completa do monumento.

Artº4º O artista abaixo assinado deverá oficiar a muito digna comissão sempre que tiver concluído algum trabalho relativo ao Monumento.

Artº5º No caso de falecimento do artista abaixo assinado ficará encarregado de concluir o dito monumento nas mesmas condições, o afamado artista Italiano Eugenio Maccagnani estabelecido em Roma.

Artº6º No ato de assinar o contrato, o artista abaixo assinado receberá a quantia de dez contos de reis, 10:000\$000, recebendo em seguida dez contos de reis por ano em pagamentos semestrais.

Artº7º A Comissão é fiadora e principal pagadora dos contratos que o abaixo assinado tem de fazer, tanto aqui como na Europa relativamente aos trabalhos do Monumento.

Artº8º Finalizado todo o trabalho do Monumento, a muito digna comissão, concluirá o pagamento integral da soma estipulada entre o abaixo assinado e a mesma Comissão. O orçamento presente e detalhado é feito baseado sobre trabalhos executados pelo abaixo assinado [Rodolfo Bernardelli].⁷⁹

⁷⁸ AGC, Setor de manuscritos. “Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio”. Notação: 46.3.41. Ata de 13 de janeiro de 1888.

⁷⁹ MNBA, mapoteca, pasta 27, nº 12/IX. Arquivo Rodolfo Bernardelli.

O contrato também versava sobre as características da estátua a ser erguida, como o general Osorio seria esculpido. É a comissão quem está de fato erguendo a estátua que ganharia expressão através do trabalho de Bernardelli. O general Osorio deveria ser retratado no monumento a partir da seguinte descrição:

O general Osorio em uniforme simples de espada em punho deu o comando e ainda com o olhar anima seus soldados a marchar avante. O cavalo tem o movimento do trote, este grupo pousa sobre um pedestal de gênero renascença, a parte anterior e posterior é circular, e os lados são retos, na parte anterior e posterior deverão ser colocadas as inscrições e coroas de louro e carvalho. Dos lados irão dois altos relevos representando batalhas. O pedestal e degraus serão de granito do nosso mais belo e harmonioso com o bronze, pousara sobre três degraus sobre formas variadas; no primeiro degrau junto ao pedestal serão colocados na parte anterior os emblemas em bronze das grandezas civis por ele adquiridas durante sua vida, na parte posterior a espada, o poncho e o livro da historia onde será gravado o dia do nascimento do grande homem. Dos lados serão colocados troféus militares.⁸⁰

Há, portanto, uma imagem, idealizada pela comissão, que deve fundamentar a confecção do monumento. Desde já, vale ressaltar alguns pontos com os quais a comissão se preocupou e que analisaremos mais pormenorizadamente em outro capítulo. O projeto aproxima Osorio do soldado ao representá-lo com o uniforme simples de campanha e busca destacar uma imagem gaúcha através do poncho. A comissão demonstra grande preocupação também com as grandezas civis e militares de Osorio, destacando a ideia de Osorio como um grande homem que merece ter o dia do seu nascimento gravado no livro da história que fará parte do monumento.

Lida em sua íntegra por Eduardo Guinle na reunião do dia 13 de janeiro de 1888, a minuta do contrato definitivo apresentado por Rodolfo Bernardelli foi aprovada, em todos os seus artigos, sem discussão. O presidente da comissão, barão de Andaraí, autorizou a conversão da minuta em escritura pública, sugerindo que, no dia seguinte, a mesma fosse assinada pelo escultor e por todos os membros da comissão na presença do tabelião Francisco Pereira Ramos. E assim aconteceu. Todos os membros da comissão compareceram diante do tabelião e assinaram o contrato definitivo. Na ata do dia 14 de janeiro de 1888, o presidente da comissão proferiu as seguintes palavras:

Como todos sabemos acabamos de firmar o contrato para a execução do monumento do grande cidadão que se chama Osorio, nome que ecoa do Prata ao Amazonas com a veneração que merecem os grandes patriotas, que merecem aqueles que, como Osorio, não consideram fadigas sacrifícios a serviço da Pátria, a que ele serviu com inexcedível valor e lealdade. Congratula-se com os membros da Comissão por ver a caminho este grande cometimento (...) que foi confiado muito acertadamente a um artista que se esforçará por fazer um monumento digno de herói, cuja memória nos orgulhamos de perpetuar.⁸¹

⁸⁰ MNBA, mapoteca, pasta 27, n° 12/IX. Arquivo Rodolfo Bernardelli.

⁸¹ AGC, Setor de manuscritos. “Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio”. Notação: 46.3.41. Ata de 14 de janeiro de 1888.

Após firmar contrato com o escultor Rodolfo Bernardelli para execução do monumento em homenagem ao general Osorio, a comissão responsável enviou um ofício à Câmara Municipal, relatando o ocorrido e solicitando conhecer o local que seria cedido para erguer o monumento:

Ilustríssimos Excelentíssimos Senhores Presidente e demais membros da Municipalidade do Rio de Janeiro.

Deve estar no espírito de todos os dignos cavalheiros que fazem parte dessa Nobre e Popular Instituição a lembrança do grande golpe que sofreu nossa pátria no dia 4 de outubro de 1879 com a prematura morte do grande brasileiro que se chamou Manuel Luis Osorio, Marques do Herval.

Não deve também ser estranho à essa digna Instituição que em dias do mesmo mês de Outubro de 1879 se organizou nessa Corte uma comissão de nove membros com o fim de, por meio de uma subscrição popular, erigir um monumento que ateste a gratidão aos grandes serviços que prestou o ínclito general que tanto exalou o nome brasileiro.

Esta subscrição ficou a seu termo e em sucessivas reuniões da Comissão ficou deliberado cometer-se ao laureado escultor Rodolfo Bernardelli o encargo de executar uma estátua eqüestre do nosso legendário Osorio.⁸²

É clara a falta de iniciativa do governo, fosse municipal ou federal, em promover uma homenagem ao general e, diante disso, destaca-se a iniciativa da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária e a autonomia de sua comissão. Ela é que está à frente do projeto, cuidando detalhadamente de cada etapa de sua execução.

A comissão informa ainda à Câmara Municipal que contratou definitivamente o escultor Rodolfo Bernardelli para execução do monumento, e solicitava o terreno próximo a Secretaria de Agricultura para erguer o monumento em homenagem ao general Osorio. Isso mostra que a ideia inicial não era colocar a estátua onde ela seria erguida futuramente. Ou seja, de início a estátua não seria erguida no Largo do Paço, nome da Praça que após a Proclamação foi rebatizada de XV de Novembro. Ofício anterior trocado entre a comissão e a Câmara Municipal também confirma essa informação. Em 10 de agosto de 1885, a comissão enviou à Câmara Municipal da Corte um ofício destinado à Diretoria de Obras, solicitando outro lugar, a praça existente entre o Jardim da Aclamação e o Quartel Militar,⁸³ atual Praça da República. Não encontramos nenhum documento da Câmara Municipal respondendo aos pedidos feitos pela comissão em 1885 e em 1888, mas a ata de 11 de junho de 1888, que descreve a reunião da comissão no lugar de costume, na sede da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária, relata que foi lido nesse dia, durante a reunião, um ofício da Câmara Municipal da Corte, datado de 30 de abril, em resposta à comissão, concedendo o terreno solicitado para instalação da estátua do general Osorio.

Com a notícia do falecimento do presidente da comissão, em junho de 1888, Candido Gaffrée, na qualidade de vice-presidente, passou a assumir a presidência da comissão e a direção dos trabalhos. E, após agosto desse ano, não houve mais encontros oficiais da comissão. Ou, pelo menos, eles não foram mais registrados em atas.

⁸² AGC. Setor de manuscritos. Ofício de 29 de fevereiro de 1888. Notação: 4.3.34.

⁸³ AGC. Setor de manuscritos. Notação: 43.1.68.

Até essa data, no entanto, é possível perceber que os membros da comissão acompanhavam de perto o andamento dos trabalhos do escultor Rodolfo Bernardelli, liberando os recursos necessários de acordo com o andamento do trabalho. Na reunião da comissão do dia 21 de fevereiro de 1889, o secretário da comissão, Eduardo Guinle, afirmava, por exemplo, que tem seguidamente visitado a oficina de Rodolfo Bernardelli acompanhado de alguns membros da comissão e de seu tesoureiro, Manuel Vicente Lisboa. Os resultados eram positivos: o trabalho da estátua do general Osorio se achava adiantado.⁸⁴ Assim, estando o trabalho adiantado, e sem ter assuntos pendentes para deliberar, a comissão passou a ter sessões cada vez mais espaçadas e, avaliando-se pelas atas, chegou ao ponto de ficar sem se reunir por mais de dois anos – entre junho de 1889 e outubro de 1891.

Desse modo, para o período que compreende a Proclamação da República, não temos registros oficiais, não há atas que demonstrem como seus membros se posicionaram diante da mudança de regime, nem se a mudança interferiu na construção do monumento eqüestre em homenagem ao general Osorio.

Por outro lado, encontramos ofícios desse período, enviados pela comissão à Câmara Municipal da Cidade, que nos fornecem novos dados. O primeiro ofício foi enviado no dia 31 de janeiro de 1890, apenas dois meses após a mudança de regime. Nele é dito que a comissão, ao requerer a posse do local destinado para a estátua, e concedido pela Câmara para tal fim, recebeu desta uma nova proposta, indicando um lugar mais apropriado e compatível com os méritos do grande cidadão que se queria por em bronze. Esse local era o antigo Largo do Paço, atual Praça XV de Novembro. No ofício assinado por Faustino A. Vianna, a comissão se posiciona da seguinte maneira:

Illmo e Exmos Presidente e demais membros do conselho da Intendência Municipal da Capital Federal

Tendo a Comissão do monumento ao general Osorio requerido em 18 do corrente mês [janeiro de 1890] a esta nobilíssima corporação a posse de um terreno que lhe havia sido concedida pela Câmara Municipal para a colocação de uma estátua eqüestre daquele que tanto exalou os brios pátrios e o valor do nome brasileiro – o Legendário Osorio, antes de qualquer deliberação *uma comissão dessa nobilíssima corporação veio oferecer-nos um local mais apropriado e compatível com os méritos do grande cidadão que queremos por em bronze* para atestar às gerações futuras a gratidão dos brasileiros por tão assinalados serviços que prestou a nossa pátria; *este local é o no Largo do Paço* e no ponto ajardinado aonde existe um repincho com um aquário, e que foi aceito unanimemente pela comissão.

Nestes termos, venho em nome da Comissão do monumento ao general Osorio, pedir que lhe seja desde já concedido o dito local com as necessárias dimensões para as obras iniciais tendo de se proceder aos trabalhos de preparo do terreno para o lançamento da pedra fundamental, para cujo ato oportunamente a Comissão oficiará não podendo prescindir dizer honrada com a presença de Vossas Excelências.⁸⁵

⁸⁴ AGC. Setor de manuscritos. “Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio”. Notação: 46.3.41. Ata de 21 de fevereiro de 1889.

⁸⁵ AGC. Setor de manuscritos. Notação: 46.3.34. Grifos nossos.

Ao que tudo indica, o culto ao general Osorio começava a interessar em particular à Intendência Municipal do novo regime. É verdade que a mudança pode ter sido sugerida pela própria comissão, extra oficialmente. Todavia, independentemente do lugar de onde partiu a proposta, o fato é que o novo governo abraçava de forma mais decidida o projeto memorialista. Agora, o bravo general que os membros da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária se esforçavam para homenagear através de um monumento que seria erguido na capital federal e, assim, lembraria sempre à nação seus feitos – e, juntamente com eles, a importância do Rio Grande do Sul nas lutas políticas do Brasil – teria seu monumento equestre fixado em lugar nobre: o antigo paço imperial, sede do governo da monarquia, que, depois da Proclamação da República, se tornava a Praça XV de Novembro, símbolo do novo regime.

Ora, o Rio Grande do Sul, com a Farroupilha, foi uma das primeiras províncias a propor e efetivamente a criar – ainda que por nove anos – uma república, a República Rio-Grandense. Não por acaso, a memória que vai se estabelecendo sobre Manuel Luis Osorio se esforça por desvinculá-lo da monarquia. Paralelamente ao gradativo esquecimento de seu título de nobreza, Osorio vai sendo lembrado como um dos principais nomes do Partido Liberal no Império, e um dos fundadores do Partido Liberal do Rio Grande do Sul. Sua atuação na repressão à Farroupilha também é secundarizada por essa memória em construção. Osorio passa a ser cultuado por sua atuação na Guerra do Paraguai, como um general extremamente popular entre seus subordinados, admirado e exaltado pelo povo.

Até janeiro de 1891, as obras no novo terreno cedido pela Câmara Municipal ainda não haviam iniciado. Para que elas tivessem início, foi preciso uma interferência de Bernardelli, que escreveu diretamente à Intendência Municipal. Deixando de lado as fórmulas pomposas, expressão das antigas hierarquias, o escultor cobra a liberação oficial do terreno:

Cidadão Presidente e Intendentes do Município da Capital Federal.

Por deliberação do conselho de Intendência deste Município, em sessão de 31 de Janeiro do ano passado foi posto a disposição da Comissão do monumento ao general Osorio a Praça de XV de novembro para no centro do Jardim ai existente ser colocada o dito monumento equestre. O abaixo assinado artista brasileiro e autor do monumento, tendo que dar princípio as obras, vem pedir-vos que mandeis dar ordens para que não haja oposição por parte do fiscal e administrador dos jardins.⁸⁶

Liberado o terreno, Rodolfo Bernardelli elaborou uma planta (figura 1) onde promoveu a sistematização da Praça XV de Novembro para o monumento Osorio:

⁸⁶ AGC. Setor de manuscritos. Notação: 43.1.68.

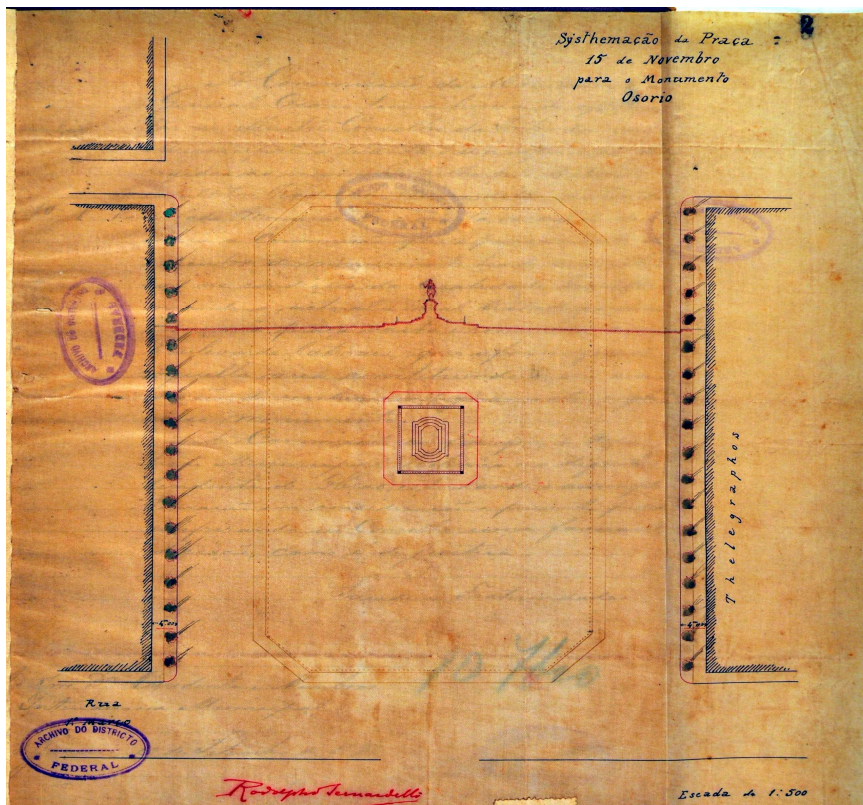


Figura 1. Sistemização da Praça XV de novembro. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Na planta do escultor, como se vê, o general Osorio deveria aparecer no centro da Praça XV, à vista de todos que por ali passassem. A estátua do grande herói deveria substituir o repincho com um aquário que existia no local e, dali, acompanhar o cotidiano da população e recepcionar o estrangeiro, visto que o local era ponto de chegada ao Rio de Janeiro.⁸⁷ Não demorou, os trabalhos das fundações começaram.

Em nova reunião, a comissão deliberou que uma sub-comissão, de três membros, fosse convidar o presidente – marechal Deodoro da Fonseca – para a inauguração dos trabalhos de fundição e que, depois de ouvida sua opinião a respeito do caráter que se deve dar à cerimônia, se iniciasse o convite às diversas corporações: corpo de bombeiros, escolas militares, escolas politécnicas, entres outras. Os três encarregados de expor o proposto ao Presidente, e de ouvi-lo, foram os senhores Candido Gaffrée, Eduardo Guinle e João Evangelista Vianna.

A família do general Osorio, como não poderia deixar de ocorrer, também foi convidada para a inauguração dos trabalhos das fundações da estátua e transladação do corpo do general da Igreja da Cruz dos Militares para o pedestal da mesma estátua, como estabelecido na sessão de 24 de outubro de 1891. Nela também foi apresentado o coronel Bibiano Sérgio de Macedo da Fontoura Costallat, novo integrante da comissão que, assim como os demais, também era gaúcho.

No mês seguinte, pressionado pela Revolta da Armada e diante da crise política e econômica geradas pelo fechamento do Congresso Nacional, o presidente da república o

⁸⁷ SOUZA, Adriana Barreto de. Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar. Op.cit.

marechal Deodoro da Fonseca renunciou. Ele não assistiu à inauguração da fundição das obras do monumento, no ano seguinte.

Após a renúncia de Deodoro, seu vice, o marechal Floriano Peixoto, assumiu a presidência da República, em 23 de novembro de 1891.

CAPÍTULO II

GLÓRIA A FLORIANO PEIXOTO: OS JACOBINOS ENTRAM NA DISPUTA PELA MEMÓRIA DE OSORIO

O governo do marechal Floriano Peixoto não foi menos conturbado que o do marechal Deodoro. Mas, em contraste com o antecessor, o novo presidente conseguiu reprimir os focos de oposição, entrando para os anais da história como “Consolidador da República”. Em um contexto tão delicado, talvez para ampliar as bases de apoio a seu governo, o marechal tentou se apropriar da memória que vinha sendo construída sobre o general Osorio, se esforçando para associar seu governo e seu nome ao do herói de Tuiuti, representado no monumento equestre erguido por Rodolfo Bernardelli.

A comissão encarregada da construção do monumento equestre ao general Osorio tinha como objetivo principal prestar culto a memória deste militar e, a partir disso, exaltar e projetar a história do Rio Grande do Sul nacionalmente. Assim, a comissão se dedicou cuidadosamente, entre os anos de 1879 e 1894, a esse projeto.

De início, como o capítulo anterior demonstrou, o projeto foi uma iniciativa particular da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária (SRBH). E esse caráter mais restrito, vinculado a uma história regional, perdurou até a entrada do novo regime. Não que o governo republicano tenha se empenhado diretamente na construção do monumento, mas passava a se interessar pela memória que se erguia sobre o general, interesse que se tornou maior durante o governo do marechal Floriano Peixoto.

O objetivo desse capítulo é analisar como os jacobinos – setor da sociedade que defendia a permanência de Floriano Peixoto no poder e provinha basicamente da classe média, operariado, da juventude civil ou militar, defendendo uma república forte em oposição ao liberalismo – tentaram se apropriar da construção dessa memória sobre Osorio com a finalidade de exaltar a imagem do marechal Floriano Peixoto.

O capítulo analisa ainda o momento da inauguração do monumento equestre a Osorio, que ocorreu na última semana do governo militar de Floriano. A inauguração, no dia 12 de novembro de 1894 foi o principal evento de uma semana de comemorações que tinha como objetivo aparente a celebração da posse do novo chefe de Estado, Prudente José de Moraes e Barros, primeiro presidente civil da nascente república, eleito desde março de 1894, mas que só assumiria em 15 de novembro daquele ano, no aniversário de cinco anos do novo regime. Digo que a posse do novo presidente era um motivo aparente para as comemorações porque, como veremos, Floriano Peixoto e os jacobinos não facilitaram, em nada, a transição de um governo para o outro.

2.1 A Bomba e O Jacobino: apologia à atuação militar e política de Floriano Peixoto

Na década de 1890, o governo republicano passou a demonstrar interesse pela construção da memória do general Osorio que vinha sendo elaborada pela comissão da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária. Primeiramente, a Câmara Municipal sugeriu a

mudança do local onde seria fixada a estátua: da Praça existente entre o Jardim da Aclamação e o Quartel Militar, atual Praça da República, para Praça XV de Novembro, local mais nobre e condizente – segundo os vereadores –, com o homenageado. Em seguida, ocorreu uma aproximação entre o marechal Floriano Peixoto e a comissão responsável pelo monumento, e o marechal tornou-se um personagem chave na concepção da primeira etapa da cerimônia de inauguração do monumento eqüestre: a de transladação do corpo do general Osorio da Igreja da Cruz dos Militares para o pedestal da Praça XV de Novembro. Foi ele quem decidiu a data e a hora para a transladação do corpo. A ata da sessão da comissão do monumento, do dia 20 de julho de 1892, dois anos e quatro meses antes da inauguração do monumento, afirma que João Evangelista Vianna, acompanhado do então coronel Bibiano Costallat, esteve no dia 14 de julho com o Presidente da República, o marechal Floriano Peixoto, e ele marcou o dia 21 de julho do ano corrente às onze horas da manhã para efetuar-se a transladação. Como consta em ata:

O Sr Presidente da República marcou o dia 21 do corrente às onze horas da manhã para efetuar-se a transladação do corpo do General Osorio da Igreja da Santa Cruz dos Militares para a cripta do monumento fundado na Praça Quinze de Novembro; (...) O Presidente da República queria dar a esta solenidade toda a pompa atendendo aos serviços prestados a Pátria pelo legendário general, sentindo que o espaço a percorrer não fosse maior, pois faria formar toda tropa aqui existente para prestar-lhe as devidas honras; que a Irmandade da Santa Cruz dos Militares, cujo provedor é o Sr general Antonio Maria Pego, mostrou-se solícito e incansável, e deliberou fazer por si a cerimônia religiosa devido ao alto apreço que ligava a memória do legendário general; e que o Sr general Francisco Antonio de Moura, Ministro da Guerra, deu com a maior solícitude todas as ordens para que nada faltasse a essa cerimônia e pôs a disposição da Comissão tudo o que ela requisitasse.⁸⁸

João Evangelista Vianna comunicou ter mandado fazer uma trolha – um utensílio e símbolo dos maçons, também conhecido como colher de pedreiro, para homenagear a Osorio que era maçom – e um martelo de prata para servir na cerimônia de inauguração das obras do monumento e mais uma caixa contendo as moedas nacionais da atualidade, os jornais do dia, o discurso do presidente da comissão e a ata de encerramento do corpo do general Osorio na cripta desse monumento. O talentoso e distinto pintor nacional Henrique Bernardelli, irmão do escultor Rodolfo Bernardelli, ofereceu à comissão um pergaminho com artística gravura a bico de pena para nele ser escrita a ata de encerramento do corpo do general Osorio.⁸⁹

Por unanimidade de votos, foi deliberado dirigir-se um voto de agradecimento ao general Antonio Maria Pego, digno provedor da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, pelos serviços e atenções que havia dispensado e pretendia, no dia seguinte, ainda fazê-lo aos restos mortais do invicto general Osorio. Foi ainda deliberado dirigir-se a Henrique Bernardelli um ofício de agradecimento pelo patriótico e inspirado trabalho que dignou-se ofertar à comissão. Por proposta de Eduardo Guinle, a comissão deliberou, também por unanimidade de votos, oferecer ao Museu Militar a trolha e o martelo de prata.

⁸⁸ AGC. Setor de manuscritos. “Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio”. Notação: 46.3.41. Ata de 20 de julho de 1892.

⁸⁹ O general Osorio era maçom da Loja – como é denominada cada unidade – Honra e Humanidade, de Pelotas (RS). Era portador do grau 18 – Cavaleiro Rosa Cruz, uma espécie de grau intermediário já que a hierarquia maçônica vai até o grau 33. Ver: www.freemasons.com.br (último acesso em: 02/03/12).

No dia e hora marcados reuniram-se, na Igreja da Santa Cruz dos Militares, os membros da comissão ao monumento do general Osorio, o marechal Floriano Peixoto e demais convidados. Foi lida na ocasião a ata de encerramento do corpo do general Osorio, a qual ficou depositada na base do monumento na caixa com as moedas e jornais da época. Esta ata de encerramento dizia as seguintes palavras:

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano mil oitocentos noventa e dois, (...), presentes o Sr Marechal Floriano Peixoto, Presidente da Republica, os Srs general de Brigada Francisco Antonio de Moura, Contra-Almirante Custodio Jose de Mello, Dr Francisco de Paula Rodrigues Alves, Dr Fernando Lobo Leite Pereira, e Tenente Coronel Dr Inocêncio Serzedello Correa, seus Ministros de Estado, o Dr Fernando Luis Osorio, os Srs Candido Gaffrée, Eduardo Palassin Guinle, João Evangelista Vianna, Manoel Vicente Lisboa, Capitão de Mar e Guerra Frederico Guilherme Lorena, Coronel Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Manoel Joaquim Ferreira Dutra e Antonio da Silva Lisboa, membros da Comissão do Monumento ao general Osorio, e mais pessoas gradas, foi transladado da Igreja da Santa Cruz dos Militares, onde estava depositado o corpo embalsamado do Marechal do Exercito Manoel Luis Osorio, Marques do Herval, nascido na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio na ex-Província, hoje Estado do Rio Grande do Sul, a dez de maio de mil oitocentos e oito, e falecido a quatro de outubro de mil oitocentos setenta e nove nesta cidade do Rio de Janeiro, para a cripta do monumento que por subscrição pública está fundado na Praça Quinze de Novembro para perpetuar os gloriosos feitos militares e relevantes serviços a Pátria deste imortal brasileiro.⁹⁰

Prosseguindo com o programa organizado para o dia, Candido Gaffrée, presidente da comissão, já na Praça XV de Novembro, leu o seguinte discurso:

Depositamos nesta cripta os restos mortais do herói cuja glória transpôs as fronteiras da Pátria e desafia a voracidade do tempo. Nem o granito nem o bronze deste monumento poderá resistir a memória do vencedor de 24 de Maio, guardada pela tradição e consagrada pela história. *A humanidade lhe deve a libertação de um povo oprimido; a America a queda do ditador, cuja crueldade a assombrava, e o Brasil a defesa de sua integridade.* O Paraguai redimido, a América desafrentada e o Brasil unido prestarão sempre ao General Osorio, marques do Herval, sincero culto de admiração e reconhecimento. Por tão santa causa ele derramou seu sangue, juntando assim à virtude o sacrifício. Os trabalhos da guerra não o escusaram dos da paz, morreu no serviço do Estado. Por seu valor, lealdade e patriotismo, sobre todas as grandezas, que lhe eram devidas, alcançou a de incorporar a história nacional os seus feitos gloriosos. Os séculos, longe de desbotar o seu renome, lhe darão mais brilho e vigor. As futuras gerações, como nós, virão neste lugar sagrado pelo corpo do imortal brasileiro, continuar o culto cívico, hoje inaugurado, e elas melhor do que os contemporâneos saberão venerar a preciosa relíquia que lhes transmitimos.⁹¹

⁹⁰ AGC. Setor de manuscritos. “Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio”. Notação: 46.3.41. Ata de 27 de maio de 1893. Grifos nossos.

⁹¹ Idem.

As palavras de Candido Gaffrée traduzem nesse discurso as razões que levaram a formação de uma comissão para se erguer na capital um monumento em homenagem a Manuel Luis Osorio, o marques do Herval, ou simplesmente o general Osorio, como era popularmente conhecido. O general Osorio representava para o povo gaúcho um herói militar e era retratado nacionalmente como tal. A humanidade, nas palavras de Gaffrée, devia a Osorio a libertação do povo oprimido, a América a queda do ditador – fazendo referência a Solano Lopez, Presidente do Paraguai, que perdeu a Guerra –, e o Brasil devia a Osorio sua integridade territorial.

Ora, isso nos remete à mesma condição que se tentava colocar, o marechal Floriano Peixoto. Se Osorio havia mantido a integridade do Brasil no Império, o marechal Floriano havia conseguido manter a integridade da República, após sufocar os movimentos opositores que levaram à renúncia de Deodoro e poderiam, muito bem, ter levado o novo regime à decadência. Assim, era muito útil, e até mesmo favorável, que a imagem do marechal Floriano Peixoto fosse ligada cada vez mais a do bravo guerreiro que se homenageava, e isso foi o que passou a ser feito. Daí a participação direta do marechal Floriano na organização da cerimônia de transladação do corpo do general Osorio para o pedestal do monumento. Uma carta de João Evangelista Vianna, secretário da comissão, enviada a Rodolfo Bernardelli evidencia o protagonismo de Floriano:

Rodolfo,

O Floriano marcou quinta-feira próxima, 21 do corrente, a uma hora da tarde para a transladação do corpo do general Osorio da Cruz dos Militares para a base do monumento. A transladação vai ser efetuada com pompas. Prepara tudo.

Saudades ao Henrique e para ti. Do amigo.

João E. Vianna.⁹²

De fato, o momento foi cercado de grande pompa e pela presença das maiores autoridades políticas da época. Celebrada a cerimônia religiosa na Igreja Santa Cruz dos Militares, operou-se o traslado do corpo e, segurando nas alças do caixão, estavam o próprio marechal presidente da República, os presidentes do Senado e da Câmara Municipal, o ministro da Guerra e o presidente da comissão do monumento. Caminharam da Igreja até a Praça XV de Novembro entre alas de tropas formadas. O ato também contou com a presença e participação expressiva do povo, que acompanhava e vibrava ao longo do trajeto, exaltando o nome do bravo general.⁹³ Com o encerramento do corpo do legendário general Osorio ficou cumprida o primeiro passo da honrosa incumbência da comissão.

A partir de 1893, com a eclosão do jacobinismo, esse movimento de aproximação entre o presidente marechal Floriano e a comissão passou a ser acompanhado de perto pelos jacobinos, base de apoio do governo do marechal Floriano.⁹⁴ Esses jovens publicavam em seus jornais, A

⁹² MNBA, mapoteca, pasta 27, n^o9. Carta de 16 de junho de 1892. Arquivo Rodolfo Bernardelli.

⁹³ AGC. Setor de manuscritos. “Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio”. Notação: 46.3.41. Ata de 27 de maio de 1893.

⁹⁴ Ver: MUZZI, Amanda. *Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil – 1893-1897*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado em História defendida na Pontifícia Universidade Católica, Departamento de História. 2006; MUZZI, Amanda, “Jacobinos: abordagem conceitual e performática”. In <http://www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/artigos/edicao13>. (último acesso em: 28/05/2012).

Bomba e O Jacobino, matérias que demonstravam o crescente interesse do grupo pela memória que se erguia sobre Osório.

O vocábulo jacobino, que já era utilizado no final do Império como sinônimo de “republicanos radicais”, durante o governo do marechal Floriano Peixoto, tornou-se sinônimo para os voluntários dos batalhões patrióticos – destacamento composto por jovens que se alistavam voluntariamente para lutar pela República, armados e incentivados pelo marechal Floriano – e que, assim como a imprensa, constituía um importante instrumento de ação política. O termo era usado ainda para designar os mais veementes florianistas, “os chamados amigos do marechal Floriano”.⁹⁵

O movimento político dos jacobinos no Brasil, o chamado “jacobinismo”, tendo o marechal Floriano Peixoto como sua maior inspiração, teve vigência entre os anos de 1893 até 1897.⁹⁶ De acordo com Luís Antônio Simas, “a eclosão do jacobinismo confunde-se com o início do entusiasmo incontido pelo marechal [Floriano], localizado na Revolta da Armada de 1893”.⁹⁷ O almirante Custódio José de Melo endereçou à nação brasileira um manifesto, acusando Floriano Peixoto e seu governo de autoritários e inconstitucionais, o que acabou resultando na chamada Revolta da Armada cujo final é conhecido: com o apoio de forças solidárias, o marechal Floriano conseguiu sufocar a revolta, derrotando aqueles que pegavam em armas contra seu governo.⁹⁸

Após o acontecimento, os jacobinos trataram de elaborar sua versão dos fatos. Segundo o grupo, a Revolta da Armada foi um movimento conspiratório que visava por fim à República e restaurar a Monarquia no Brasil. Como afirma Luís Antônio Simas, “se a historiografia posterior vê na eclosão do movimento um resultado das aspirações frustradas do almirante Custódio José de Melo em suceder Floriano Peixoto na presidência, os jacobinos defendem desde o princípio o caráter de ameaça ao sistema”.⁹⁹

A versão jacobina afirmava ainda que as forças revoltosas contavam com o apoio de países estrangeiros e tinham, com isso, mais condições materiais para vencer. De outro lado, estava o marechal Floriano Peixoto que, mesmo em condições desfavoráveis – segundo a versão jacobina – enfrentou o inimigo, colocando-se ao lado da República. Como afirma Simas, é importante salientar que:

A versão jacobina reputa à vitória de Floriano Peixoto um caráter de missão impossível e personaliza, sobremaneira, os louros do sucesso na figura de um único homem, acreditando que, se outro tivesse em seu lugar, o resultado seria diferente. A esquadra que Floriano Peixoto organizou para combater os insurretos, a famosa “Esquadra de papelão” do Almirante Gonçalves, não vence por ser superior às embarcações rebeldes, mas por ter um poder que sobrepuja o das armas: o seu ‘valor ético’.¹⁰⁰

⁹⁵MUZZI, Amanda. “Jacobinos: abordagem conceitual e performática”. In www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/artigos/edicao13 (último acesso em: 28/05/2012).

⁹⁶Idem.

⁹⁷SIMAS, Luís Antônio. *O Evangelho Segundo os Jacobinos – Floriano Peixoto e o Mito do Salvador da República*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado defendida no IFCS/UFRJ, 1994. p. 47.

⁹⁸Idem, Ibidem.

⁹⁹Idem, p. 48.

¹⁰⁰Idem, p. 49.

De acordo com Simas, os jacobinos buscavam enfatizar que se tratava de uma luta desleal: a luta de um homem contra uma conspiração. E isso, segundo o autor, fez com que os adeptos do marechal se empenhassem em ajudá-lo a combater a revolta.

Buscando definir quem compunha esse grupo denominado jacobino, e seu campo de atuação, recorro à definição de Suely Reis:

Essas associações [jacobinas] eram compostas exclusivamente de brasileiros natos e geralmente presididas por militares de baixa patente (...). Suas atividades incluíam reuniões de caráter político onde se decidia a participação de atos bélicos, a organização de comícios e homenagens e representações ao governo. Juntamente com os jornais jacobinos, tais associações mantinham vivo o culto a Floriano, promovendo romarias ao seu túmulo em datas cívicas.¹⁰¹

Apesar de a autora fazer referência à atuação dos jacobinos após a morte de Floriano, é possível notar que o culto ao general-presidente já estava instituído desde 1893. Um bom exemplo desse culto pode ser encontrado nas páginas do periódico *O Jacobino*, dirigido pelo capitão Deocleciano Martyr – também gaúcho – e publicado entre 13 de setembro de 1894 e 29 de junho de 1897. Ou seja, este periódico teve seu início dois meses antes do término do governo Floriano e perdurou até o penúltimo ano do governo seguinte, de Prudente de Moraes, a quem combatia com virulência.

O Jacobino era ainda extremamente anti-lusitano e buscava desvincular o Brasil republicano de qualquer identidade portuguesa. Para isso, produzia uma interpretação da história do Brasil, tendo como ponto central três episódios: a Independência, a Guerra do Paraguai e a Proclamação da República. *O Jacobino* denegria o episódio da independência brasileira, protagonizado por Dom Pedro I e, em contrapartida, exaltava a Guerra do Paraguai – em que o general Osório se destacou – e o quinze de novembro, visto pelos jacobinos como a verdadeira independência do Brasil, posto que o sete de setembro não teria rompido definitivamente os laços entre Brasil e Portugal. A Proclamação da República era comemorada, assim, como expressão desse rompimento definitivo, com a saída do imperador d. Pedro II do país e a implantação de um novo regime que sobreviveu, nas palavras dos jacobinos, graças à ação de Floriano Peixoto: “o consolidador da República”.

Outro periódico jacobino que difundia essa interpretação da história do Brasil era *A Bomba*, jornal dirigido por Aníbal Mascarenhas e publicado entre 1º de setembro de 1894 e janeiro de 1895. Assim como *O jacobino*, para *A Bomba* era preciso esquecer o passado português representado pelo sete de setembro e por d. Pedro I, e rememorar o passado mais recente com a exaltação da atuação do Exército da Guerra do Paraguai, cultuado como a única instituição brasileira verdadeiramente nacional. Era assim – através desses periódicos – que os jacobinos, de forma gradativa, intensificavam seu trabalho para aproximar simbolicamente o marechal Floriano da memória em construção do general Osório.

No sete de setembro de 1894, em seu primeiro número, *O Jacobino* publicou as seguintes palavras que demonstram, claramente, sua insatisfação e negação com o que consideravam ser uma falsa independência. Referindo-se a este evento político, afirmam que:

Não foi feita por brasileiros, mas sim por um Exército de galegos, sob a direção do devasso Pedro I. Encaramos esta data [sete de setembro] com o mais solene

¹⁰¹ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. Brasília: Ed. Brasiliense, 1986. p.83.

desprezo, e lamentamos que ainda permaneça na praça Tiradentes aquela mentira de bronze, que apelidaram de independência ou morte.¹⁰²

A “mentira de bronze” a que o texto faz referência é a estátua de d. Pedro I, erguida pela monarquia na Praça da Constituição, depois Praça Tiradentes. A estátua de d. Pedro I, de autoria do brasileiro João Maximiano Mafra e esculpida pelo francês Louis Rochet, foi proposta logo após a Independência como forma de homenagear d. Pedro I e recordar o episódio histórico da Independência do Brasil, mas só foi inaugurada em 1862 na cidade ainda sede da Corte Imperial. Essa estátua foi a primeira escultura urbana instalada no Brasil e permanece na Praça Tiradentes até hoje.¹⁰³

Uma matéria também publicada em *O Jacobino*, na edição do dia 10 de outubro de 1894, sintetiza como os jacobinos representavam esses três episódios – Independência, Guerra do Paraguai e Proclamação da República da história brasileira:

A falsa e desprezível independência, feita sob a direção do devasso labrego Pedro I, a campanha do Paraguai que teve em Osório a personificação do ímpeto vendido das nossas armas e o 15 de novembro, o maior dia de nossa existência nacional, o momento em que raiou a liberdade no horizonte da Pátria.¹⁰⁴

É interessante notar que negando o sete de setembro e exaltando a Guerra do Paraguai e a Proclamação da República, os jacobinos tentam produzir uma nova versão do história nacional, em que a independência é deslocada para o dia 15 de novembro de 1889. *O Jacobino* pregava abertamente a violência contra os portugueses que viviam no Brasil, chegando a criar uma coluna permanente intitulada “Bem feito!”. Nesse espaço, episódios de violência contra portugueses eram relatados e narrados como atos heróicos praticados, segundo eles, por patriotas que agiam em favor da República brasileira.

O periódico *A Bomba* também tinha, assim como *O Jacobino*, uma retórica anti-lusitana. Entretanto, não chegava ao extremismo deste. Na verdade, ao que parece, havia mesmo uma disputa entre os dois periódicos. *A Bomba* chegou a dirigir duras críticas ao jornal de Deocleciano Martyr:

Embora seja nosso ardente desejo não semear a cizânia entre os correligionários, considerando que a boa união dos mesmos resulta a solidez da República (...) não podemos, no entanto, para sermos coerentes com o programa que traçamos no primeiro número, deixarmos de saltar por cima dessa conveniência de disciplina partidária e vir patentear ao público que detestamos do fundo da alma esse jacobinismo pregado pelo Sr. Deocleciano Martyr, por consideramos completamente destituído de orientação política, não assinalar nenhuma aspiração patriótica digna de apreço e nos parecer unicamente abraçado pela deficiência absoluta de luzes do seu chefe e pela preocupação constante de notoriedade. Não aceitamos o jacobinismo do Sr Deocleciano Martyr, porque somos republicanos sinceros e não podemos afastar-nos uma linha sequer do

¹⁰² *O Jacobino*, edição do dia 7 de setembro de 1894, p.3.

¹⁰³ COLCHETE FILHO, Antonio. Praça XV: projetos do espaço público. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2008. p. 110.

¹⁰⁴ *O Jacobino*, 10 de Outubro de 1894, p.5.

lema sagrado da nossa bandeira – ordem e progresso. Ora como o órgão do *O Jacobino* prega francamente a desordem e o obscurantismo, *A Bomba* coloca-se imediatamente em oposição a tais doutrinas.¹⁰⁵

A palavra “correligionário”, presente nesse discurso, deixa evidente a ligação entre os dois periódicos. A diferença entre eles, segundo o texto, reside no fato de que o jornal de Aníbal Mascarenhas estava mais preocupado com a manutenção da ordem pública, enquanto o periódico de Martyr incitava atos de violência.

Embora discordassem da intensidade com que seria feita a propaganda anti-lusitana, um ponto unia os dois grupos jacobinos: o culto ao marechal Floriano e o propósito de apropriar-se da memória que se erguia sobre Osorio para vinculá-la ao marechal. A Guerra do Paraguai já tinha consolidado Osorio como seu grande herói. Agora, no entanto, em meio a intensas disputas políticas, tentava-se instituí-lo como o herói militar da nascente República.

Como afirma José Murilo de Carvalho, com a implantação da República, havia no Brasil “pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo”, saindo vitoriosa a primeira delas.¹⁰⁶ Não entraremos na discussão de cada uma dessas correntes, contudo, queremos destacar – seguindo as orientações de Carvalho – que nos primeiros anos republicanos travou-se uma batalha em torno da construção do imaginário do novo regime, que necessitava, assim como todo regime político, instituir símbolos e heróis para si. Uma forma para se alcançar esse objetivo era a criação de um panteão cívico e a exaltação de figuras que serviriam de modelo para a sociedade. Trata-se aqui da criação de heróis ou, nas palavras de Carvalho, do processo de “heroificação”: transmutação “da figura real a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas”, podendo ser parte real e parte construída.¹⁰⁷

Nos primeiros anos republicanos, o marechal Deodoro da Fonseca, o tenente-coronel Benjamin Constant e o marechal Floriano Peixoto estavam nesse processo de “heroificação” – através das correntes que disputavam a natureza do novo regime – e, portanto, ainda não eram considerados heróis. Em contrapartida, o general Osorio já era considerado um herói nacional cujos feitos se buscava rememorar através da construção de um monumento equestre em sua homenagem na Praça XV de Novembro, local que, naquele contexto, possuía grande força simbólica.

Para fortalecer o nome do marechal Floriano Peixoto nessas disputas políticas e memorialistas, os jacobinos tentavam convergir a imagem do marechal com a memória do general Osorio. Se este havia salvado a pátria do inimigo externo e participado intensamente das discussões políticas, o mesmo – segundo a ótica jacobina – teria feito o marechal Floriano para a República, sendo que o inimigo, neste caso, era interno. Assim, traçava-se na imprensa jacobina um paralelo entre Osorio e Floriano e, para que essa versão dos fatos vingasse, a estátua do general Osorio deveria ser inaugurada ainda durante o governo Floriano. Por isso, os jacobinos passam a pressionar a comissão do monumento, exigindo que a inauguração ocorresse antes do término do governo do marechal.

A Bomba, em uma matéria intitulada “General Osorio”, publicada em 12 de setembro de 1894, questiona a comissão responsável pelo monumento sobre quando seria inaugurada a

¹⁰⁵ *A Bomba*, 29 de setembro de 1894. p.1.

¹⁰⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. Op.cit. p. 9

¹⁰⁷ Idem, p.14.

estátua, chegando ao ponto de acusar a comissão de atrasar propositalmente as obras para que o monumento não fosse inaugurado ainda durante o governo Floriano. O periódico culpava Candido Gaffrée – a quem se referem erroneamente como “Gracie” – pelo adiamento na inauguração:

A redação de *A Bomba* tem muito empenho em saber por que razão não se dá andamento a ereção da estátua do legendário General Osorio. A comissão tem obrigação de dar uma satisfação ao público, mesmo porque circulam boatos que um tal Sr. Gracie tem firme propósito de não inaugurá-la enquanto o Marechal Floriano estiver no poder, não sabemos por que motivos.¹⁰⁸

As críticas eram direcionadas ao presidente da comissão. Na edição seguinte, de 15 de setembro, com o objetivo de corrigir o erro cometido acerca do nome, o jornal publicou novamente uma matéria, de mesmo título, a respeito do atraso na inauguração da estátua do general Osorio:

No nosso número passado, em uma reclamação que demos com a epígrafe supra, dissemos que a estátua do legendário Osorio ainda não tinha sido inaugurada, por causa da má vontade de um tal Gracie que fizera o propósito de não realizar tal obra enquanto o Marechal Floriano estivesse no poder. Houve engano de nossa parte. O indivíduo que assim se opõe a inauguração da estátua de Osorio, não se chama Gracie e sim Gaffrée. É o Sr. Candido Gaffrée.¹⁰⁹

Nas atas das sessões da comissão, não há nada sobre um possível atrito existente entre os jacobinos e a comissão representada pela figura de Cândido Gaffrée. Nos periódicos, apenas essas matérias acima expõem de forma completa a insatisfação dos jacobinos com o andamento das obras do monumento. Para eles, em suas palavras, a comissão tinha “a obrigação de dar uma satisfação ao público”, no qual eles estavam incluídos.¹¹⁰

Ora, o fato é que a essa altura, em 1894, a comissão responsável por erguer a estátua do general Osorio já havia percebido – como veremos adiante nas palavras de Cândido Gaffrée – o interesse de Floriano Peixoto e de seus representantes jacobinos em apropriar-se da memória de Osorio para exaltar Floriano Peixoto. O general Osorio, como representante do Exército, por diversas vezes – pode-se ler no livro de atas da comissão – teve atuação decisiva no campo de batalha e garantiu a integridade nacional.¹¹¹ Além disso, Osorio era tido como um general extremamente popular. Os jacobinos buscavam se apropriar dessa imagem e da popularidade de Osorio para fortalecer Floriano, que enfrentava duras críticas, sendo acusado de despotismo, de manter o poder político através da repressão. Daí receber a alcunha de “marechal de ferro”.

Levando em consideração a conjuntura política do momento em que ocorre essa disputa pela memória que se erguia sobre Osorio, vale destacar outro elemento presente nessas disputas: a transição do governo militar para o civil.

Após a Guerra do Paraguai e a Proclamação da República, o Exército passou a se colocar na posição de única instituição organizada o suficiente para garantir a integridade da nação. Com a passagem do governo para as mãos dos civis, não sendo mais o presidente um militar, o

¹⁰⁸ *A Bomba*, 12 de setembro de 1894.

¹⁰⁹ *A Bomba*, 15 de setembro de 1894.

¹¹⁰ *A Bomba*, 12 de setembro de 1894.

¹¹¹ AGC. Setor de manuscritos. “Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio”. Notação: 46.3.41. Ata de 27 de maio de 1893.

Exército passaria a ser visto apenas como uma instituição a serviço do Estado, ou como afirmaria *O jacobino* apenas como um braço armado do governo.¹¹²

Os jacobinos, base de apoio do marechal Floriano, vislumbraram na memória que se erguia sobre Osorio a possibilidade de reafirmar a posição do Exército como defensor da pátria e dos interesses nacionais. Ao colocar Floriano Peixoto na posição de herói do Exército brasileiro na semana de transição para o governo civil, se exaltaria nas festividades da semana a atuação do Exército que deveria ser o centro das comemorações e não a das elites civis que assumiam o poder.

Rodrigo Perez Oliveira, em sua dissertação de mestrado intitulada “*As armas e as letras: a guerra do Paraguai na memória oficial do Exército Brasileiro (1881-1891)*”,¹¹³ também discutiu a narrativa da memória jacobina que buscou exaltar Floriano Peixoto a partir da figura do general Osorio. Concorde com o autor no sentido de que os jacobinos de fato procuraram fazer essa associação entre Floriano e Osorio. Entretanto, discordo quando Rodrigo Perez afirma que os jacobinos e Floriano Peixoto foram os responsáveis pela construção da memória de Osorio, viabilizada por meio de sua monumentalização. Ora, a monumentalização do general Osorio foi proposta dias depois de sua morte, em 1879, pela Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária, e desenvolvida entre o final da monarquia e os primeiros anos republicanos – como analisamos no capítulo anterior. A existência dessa Sociedade, no entanto, sequer é identificada por Rodrigo Perez.

O coroamento do projeto da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária ocorreu no ano da inauguração do monumento, em 1894. Nesse ano, sim, podemos afirmar que houve uma tentativa de apropriação dessa memória em construção pelos jacobinos, com a intenção de associar a figura do general Osorio à do marechal Floriano. Antes disso, não é possível identificar qualquer investimento do governo federal no projeto em curso. Na verdade, ao que parece, a comissão do monumento em homenagem ao general Osorio não via com bons olhos as intenções dos jacobinos e de Floriano Peixoto e, em virtude disso, tentava adiar a inauguração do monumento, para que a festa não ocorresse durante o governo do marechal. Afinal, para a Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária, o homenageado deveria ser Osorio, e não Floriano. Era Osorio que deveria ser glorificado e, por meio dele, a cultura gaúcha e a iniciativa da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária.

O artigo segundo do contrato firmado entre a comissão e o escultor Rodolfo Bernardelli já estabelecia que o tempo máximo para a execução completa do monumento deveria ser de três anos.¹¹⁴ O documento foi assinado em 1888. Assim, em tese, o monumento deveria ter sido finalizado em 1891, ano em que Floriano Peixoto, em função da renúncia do marechal Deodoro, assumiu a presidência. Ou seja, o monumento só não estava pronto ainda porque, como vimos anteriormente, o prazo não foi cumprido e, no ano seguinte, em 1892, apenas as obras do pedestal haviam sido concluídas para receber os restos mortais do general.

Fernando Luis Osorio, filho do general Osorio, no prefácio da biografia que dedicou a trajetória de seu pai – texto ao qual retornaremos no terceiro capítulo – escreveu que soube, em junho de 1892, que a estátua equestre deveria ser inaugurada em 1893. A intenção de inaugurar a estátua no ano de 1893 também aparece nas atas da comissão, apresentada no capítulo anterior, e

¹¹² *O Jacobino*, 18 de novembro de 1894.

¹¹³ OLIVEIRA, Rodrigo Perez. Op.cit. O autor afirma que “foi no quadro de uma leitura jacobina da história, centrada na atuação política de Floriano Peixoto, que a monumentalização de Osorio foi desenvolvida” p.105.

¹¹⁴ MNBA, mapoteca, pasta 27, nº 12/IX. Arquivo Rodolfo Bernardelli.

a justificativa para o novo atraso recaiu no fato de o material utilizado ser importado da Europa e não ter chegado a tempo para concluir o monumento para a data planejada.

Na ocasião do atraso, maio de 1893, a comissão solicitou a Rodolfo Bernardelli que apressasse as obras. Candido Gaffrée em carta escrita à Bernardelli dizia que:

Peço a V. Exa que conclua prontamente os reparos na estátua do General. Os emissários do governo nos acusam de estar adiando por interesses políticos a realização da cerimônia de inauguração (*ilegível*). Recebemos algumas visitas de amigos do Marechal que nos informam do desejo do Presidente em que a estátua seja afixada na praça XV o mais rápido possível.¹¹⁵

Em outra correspondência, Gaffré dizia a Bernardelli:

Estamos sofrendo pressões de gente muito poderosa para que a estátua seja inaugurada até novembro. Quando organizamos a subscrição queríamos apenas louvar o maior dos guerreiros que já defenderam nossa pátria (...). Os *agentes da ditadura* insistem que a estátua deve estar pronta no próximo mês¹¹⁶.

Embora essas cartas não estejam datadas, acredito que tenham sido escritas em 1894, no mesmo momento em que os jacobinos, através da imprensa, também cobravam a inauguração do monumento. O governo do marechal Floriano, no entanto, era visto por Cândido Gaffré como uma ditadura, e os jacobinos como seus agentes, no que não deixavam de ter razão. Em 23 de novembro de 1891, após renúncia do marechal Deodoro da Fonseca, eleito pelo Congresso Nacional em fevereiro de 1891, o marechal Floriano Peixoto, então vice-presidente da República, assumiu a chefia do executivo federal à revelia da Constituição Federal, que em seu artigo 42 previa que:

Se no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição.¹¹⁷

Os partidários do governo Floriano amparavam-se nas Disposições Transitórias para defender sua legalidade:

Prescreviam como norma específica para a primeira eleição presidencial no Brasil que o presidente e o vice-presidente eleitos deveriam ocupar os seus cargos na presidência e vice-presidência da República durante o primeiro período presidencial.¹¹⁸

¹¹⁵ Apud, OLIVEIRA, Rodrigo Perez. *As armas e as letras*. Op.cit. p. 127. Cito essa fonte, assim como a seguinte, através do trabalho de Rodrigo Perez porque não consegui acesso ao documento quando o solicitei ao MNBA. Documentos antes existentes e trabalhados por autores, como Perez e Adriana Barreto de Souza, quando pesquisei no MNBA não foram encontrados.

¹¹⁶ Apud, OLIVEIRA, Rodrigo Perez. *As armas e as letras*. Op.cit.,p. 26. (Grifos nossos)

¹¹⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm (último acesso em 28/05/2012).

¹¹⁸ MUZZI, Amanda. “Jacobinos: abordagem conceitual e performática”. Op.cit., p.4.

O assunto do conflito de interesses entre os jacobinos e a comissão responsável pela construção do monumento equestre não consta nas atas das reuniões da comissão, o que não é de se estranhar. Afinal, como disse Cândido Gaffré, tratava-se de gente muito poderosa. Ao final, a pressão era tanta, que não houve negociação possível: a inauguração do pantheon de Osorio foi marcada para a última semana do governo Floriano Peixoto.

A comissão do monumento equestre do general Osorio, no entanto, ainda tenta escapar das pressões políticas que vinha sofrendo, associando as festividades da inauguração da estátua à comitiva uruguaia que chegaria à capital no dia 10 de novembro de 1894 para entregar aos que combateram na Guerra do Paraguai medalhas comemorativas desta Guerra.

A intenção de Cândido Gaffré era manter a imagem de Osorio afastada do governo Floriano Peixoto, vinculando-a aos festejos de comemoração do quinto aniversário da República, da recepção dessa comitiva estrangeira, e também da posse de Prudente de Moraes, primeiro presidente civil. Essa semana contava com um programa de festas que ocorreriam entre os dias 4 e 15 de novembro de 1894. No dia 4, estava previsto um baile em homenagem ao presidente eleito Prudente de Moraes e, no dia 15, uma homenagem à posse do presidente. Nos dias intermediários, ocorreriam algumas cerimônias: a entrega das medalhas pela comitiva uruguaia, no dia 10 de novembro, e, no dia 12, a inauguração da estátua de Osorio, – que possuía sua programação independente. Ou seja, a inauguração da estátua equestre era um evento com programação própria, inserido em uma semana de festas nacionais.

Na impossibilidade de protelar a inauguração da estátua equestre, essa semana de festas era a melhor oportunidade de concluir o propósito da comissão: glorificar o nome de Osorio na capital federal. Afinal, ele havia sido o maior nome da Guerra do Paraguai e a chegada da comitiva uruguaia, naquela conjuntura, parecia ser a única solução possível para as disputas em curso. Assim, tentava-se desvincular a imagem de Osorio da do governo: nem Floriano Peixoto, nem Prudente de Moraes, deveriam ser o centro das comemorações, mas sim o general Osorio.

2.2. Osorio no centro das comemorações: a inauguração do pantheon

Na ata da sessão do dia 27 de maio de 1893, a comissão fez constar que tinha a intenção de que o monumento em homenagem a Osorio fosse inaugurado na capital no dia 10 ou 24 de maio de 1893.¹¹⁹ A primeira data celebraria o aniversário natalício do general Osorio, já a segunda comemoraria a Batalha de Tuiuti, uma das maiores batalhas da Guerra do Paraguai e que consagrou o nome de Osorio como o maior herói do conflito. Entretanto, segundo a comissão afirma nessa reunião, devido aos atrasos nas obras para conclusão do monumento, em grande parte executado com material importado da Europa, não foi possível manter as datas previstas. A comissão ainda solicitou a Rodolfo Bernardelli, que apressasse as obras, e que, tão logo estivessem prontas, a comunicasse para que fossem providenciados os preparativos de inauguração do monumento.

Após a sessão do dia 27 de maio, ao que parece, a comissão só tornou a se reunir em 7 de agosto de 1893, para resolver questões relativas ao financiamento da obra, principalmente para

¹¹⁹ AGC. Setor de manuscritos. “Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio”. Notação: 46.3.41. Ata de 27 de maio de 1893.

levantarem o saldo existente ainda na conta que possuíam no Banco do Comércio. Nada mais, no entanto, foi decidido durante esse ano sobre as obras do monumento que, a essa altura, já era visível, não seria mais inaugurado naquele ano, como de fato acabou ocorrendo.

No ano seguinte, considerando as atas recuperadas, a primeira sessão da comissão só ocorreria em 3 de outubro. Nessa reunião, estavam presentes os Srs Candido Gaffrée, Eduardo Guinle, Faustino Alves Vianna e também o escultor Rodolfo Bernardelli, que havia sido convidado pela comissão. O capitão Frederico Guilherme de Lorena, membro da comissão, havia sido fuzilado em abril de 1894 durante a Segunda Revolta da Armada (1893-1894), agora contra o governo do marechal Floriano Peixoto. Após o episódio, o nome do capitão passou a ser ignorado, não aparecendo em nenhum documento, nem mesmo no convite que seria feito para a inauguração do monumento. Não havia sentido – aquela altura – lembrar o nome de um militar que havia se rebelado contra o governo do marechal Floriano. Certamente, a comissão seria punida e a inauguração do monumento correria riscos caso insistisse em associar o nome do capitão Frederico de Lorena às comemorações.

A Segunda Revolta da Armada, que levou um membro da comissão a ser fuzilado, ocorreu paralelamente a Revolta Federalista no Rio Grande do Sul (1893-1895), que também lutava contra os poder centralizador do marechal Floriano Peixoto e, as duas revoltas quase se uniram para derrubar o governo do marechal. É bem provável, inclusive, que esses episódios tenham encerrado a aproximação que vinha ocorrendo entre a comissão de criação do monumento e o presidente marechal Floriano Peixoto.

Ainda na sessão do dia 13 de outubro, Candido Gaffrée, presidente da comissão, lembrou que uma comissão da República Oriental do Uruguai viria a capital com o fim de fazer a entrega das medalhas comemorativas da Guerra do Paraguai e defendeu essa ocasião como oportuna para inaugurar-se a estátua de Osorio. Gaffrée já tinha, inclusive, se comunicado com o general Leite de Castro, encarregado do expediente do Ministério da Guerra, que, por suas vez, se encarregou de comunicar ao Chefe do Estado a deliberação da comissão. O marechal Floriano aprovou a ideia, solicitando que se marcasse um dia especial dos destinados para os festejos da comissão estrangeira a fim de efetuar-se a inauguração.

Faustino Alves Vianna e Rodolfo Bernardelli ficaram encarregados de se entenderem com o general Leite de Castro a fim de acordarem o necessário para a inauguração, e o tesoureiro da comissão foi autorizado a suprir as quantias que fossem necessárias para pagamento dos trabalhos e dos festejos. Candido Gaffrée defendeu durante uma sessão da comissão, tendo em consideração o cabal desempenho dado por Rodolfo Bernardelli aos trabalhos de execução da estátua do general Osorio, seu ingresso na comissão como membro honorário, o que foi unanimemente aprovado. Assim, em 4 de outubro de 1894, Rodolfo Bernardelli passou oficialmente a ser membro da comissão.

Foi deliberado também nessa data que fossem adaptados as seguintes inscrições para o pedestal da estátua equestre: na frente, estaria escrito À Osorio – o Povo; atrás, sua data e local de nascimento, 10 de Maio de 1808 na Província do Rio Grande do Sul. Ficou também deliberado que se telegrafasse as pessoas da família do general Osorio, dizendo que se resolveu inaugurar o monumento no dia 12 de novembro de 1894.

O Presidente da Republica, marechal Floriano Peixoto, ordenou que a guarda de honra da estátua do general Osorio fosse composta por um contingente do corpo dos Inválidos da Pátria e que, em sinal de gratidão aos grandes serviços prestados a nossa pátria pelo general Osorio, todo o Exército existente na ocasião na capital federal tivesse excepcionalmente no dia doze etapa dobrada, o dobro do horário de serviço, considerando-se esse dia de festa nacional.

No convite elaborado pela comissão para inauguração do monumento constava a seguinte informação:

A comissão do Monumento ao General Osorio tem a honra de convidar a V. Exa. para assistir à inauguração do mesmo monumento, que será efetuada pelo Exmo Snr. Marechal Presidente da República, no dia 12 do corrente, à 1 hora da tarde, na Praça Quinze de Novembro.¹²⁰

No convite (na figura 2) aparece também o nome de João Valverde de Miranda. Ao leitor atento, o nome dele aparecer no convite para inauguração do monumento pode chamar atenção e até mesmo causar estranheza, visto que, como foi dito antes, ele havia se retirado da comissão sem maiores explicações. Mas o fato pode ser explicado. Mesmo tendo se retirado da comissão, por motivos que não foram expostos na época, João Valverde de Miranda foi convidado pela mesma a comparecer a última sessão, a do dia 11 de novembro de 1894, e nesta lhe foi pedido que aceitasse voltar a fazer parte da comissão. Assim, seu nome foi incluído no convite oficial do evento responsável pela construção do monumento em homenagem ao general Osorio.

Entendo a proposta, e também a aceitação, como uma atitude política. O motivo para se querer incluir o nome de João Valverde nos convites deve-se ao fato de ele possuir grande prestígio nos altos círculos sociais da capital, além de ele ter sido um dos fundadores da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária, instituição de onde partiu a proposta para execução de tal monumento. Por outro lado, ao aceitar ter seu nome incorporado à comissão, que é a oficialmente reconhecida como a responsável pela construção da estátua equestre em homenagem ao general Osorio, ele teria seu nome incluído no convite da inauguração – que não retrata senão um dos momentos, o final, de um percurso bem mais extenso.

¹²⁰ Biblioteca Nacional, Setor de Obras Raras. Convite para inauguração do monumento ao general Osorio. Biblioteca Nacional, daqui por diante BN.

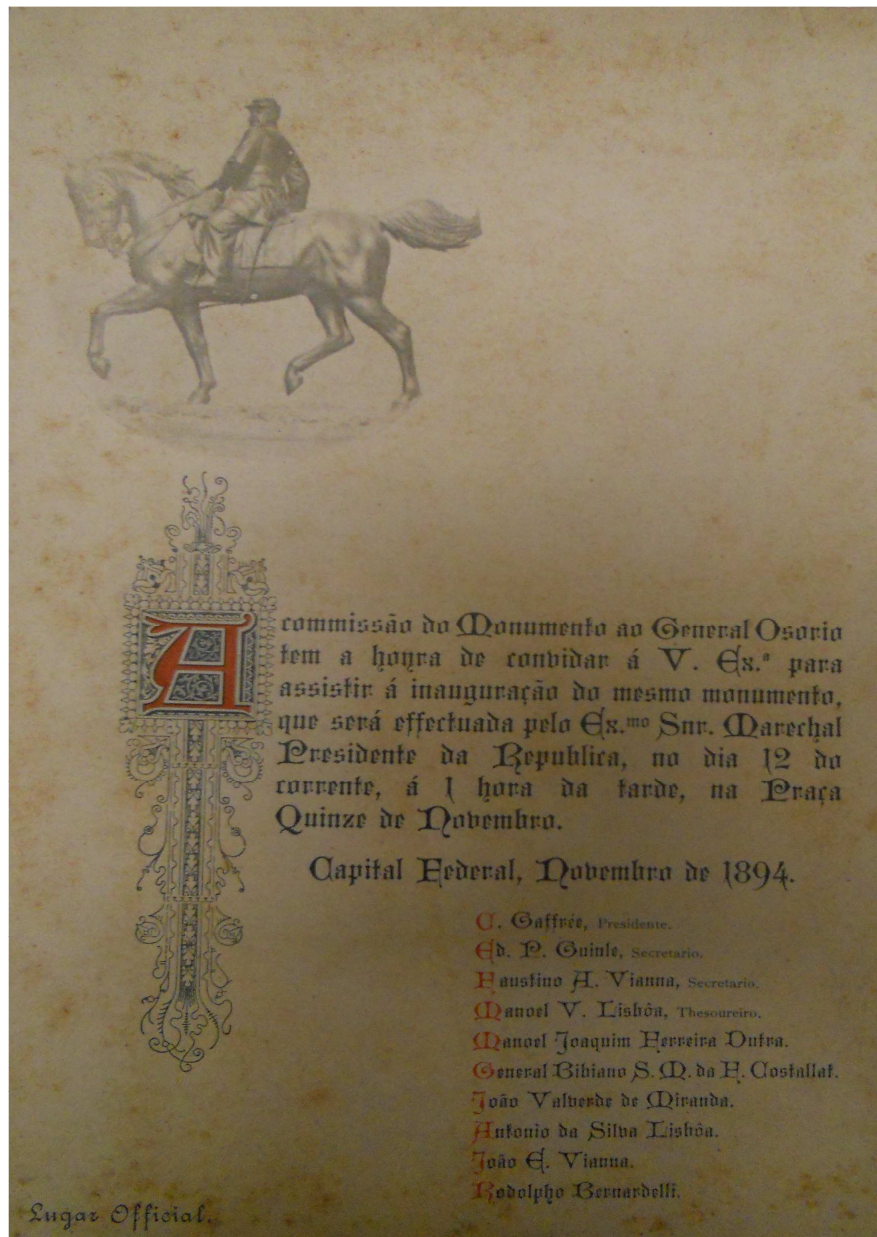


Figura 2. Convite para inauguração do monumento ao general Osorio. Fonte: Biblioteca Nacional. Setor de Obras Raras.

O programa da festa para a inauguração do monumento ao general Osorio estava completo.¹²¹ Por ele, assim que o Presidente da República, o marechal Floriano Peixoto, entrasse no local da cerimônia o sinal do toque militar de general em chefe deveria soar para avisar ao povo sobre a chegada do chefe da nação. Uma vez acomodado o presidente no local destinado, no centro do pavilhão onde aconteceria a cerimônia, outro toque militar, agora de silêncio, avisaria o povo do início da mesma.

¹²¹ AGC. Setor de manuscritos. “Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio”. Notação: 46.3.41. Ata de 11 de novembro de 1894.

Após todos tomarem seus devidos lugares e, iniciada a cerimônia, o presidente da comissão deveria fazer o discurso de entrega do monumento à Intendência Municipal, cabendo ao marechal Floriano apertar um botão elétrico para que caíssem as cortinas que envolviam o monumento. Com esse ato, se oficializaria a inauguração. Ao mesmo tempo, a artilharia daria uma salva de tiros, as bandas militares tocariam o hino nacional e as “corporações” presentes (corpo de bombeiros, escolas militares, escolas politécnicas, entre outras) depositariam as respectivas coroas de flores sobre o pedestal do monumento.

Após esse ato, quando as tropas se pusessem em frente ao presidente da república, tocaria o hino da Proclamação da República, do maestro Leopoldo Miguel.

Este era o programa previsto para a festa para inauguração do monumento equestre a Osorio, inserida em uma semana de festas nacionais comemorativas do quinto aniversário da República, que teve início com a chegada à capital do novo presidente, Prudente de Moraes.

Prudente José de Moraes Barros, eleito em março de 1894, procedente de São Paulo, chegou ao Rio de Janeiro no dia 3 de novembro daquele ano para tomar posse de seu cargo no aniversário da República. Ao desembarcar, o presidente eleito e sua família foram recebidos apenas por um grupo de populares. O esperado era que o presidente em exercício, marechal Floriano Peixoto, fosse receber seu sucessor. Isso não aconteceu. Prudente de Moraes recebeu apenas um pedido de desculpas do marechal Floriano. Nele, o marechal alegava estar doente e que, por isso, não poderia recepcioná-lo como mandava o protocolo. A partir desse momento, as indisposições da saúde do marechal Floriano se tornariam frequentes e ele compareceria somente a uma das várias cerimônias públicas que, de alguma forma, mais direta ou indiretamente, celebravam a posse de Prudente de Moraes.

Na verdade, a Floriano Peixoto nunca agradou a ideia de entregar completamente o governo nas mãos de um civil. Se tivesse conseguido apoio político, além daquele prestado pelos grupos jacobinos, para continuar no poder, é bem provável que ele o assim fizesse por meio de um golpe militar. Entretanto, esse apoio não existia.

Embora pertencesse ao mesmo partido de Prudente de Moraes, o marechal Floriano não tomou qualquer iniciativa para facilitar a transição de governo. Assim como não compareceu ao desembarque de Prudente de Moraes, Floriano Peixoto também não compareceu ao baile no dia seguinte, 4 de novembro, em homenagem a seu sucessor, realizado “no saguão do hotel ‘Os Estrangeiros’, localizado no bairro da Glória, onde estava hospedada a comitiva e Prudente de Moraes”.¹²² Acerca da desfeita do marechal, o *Diário de Notícias* relatou que:

Os convivas começaram a chegar ao local às 8 horas da noite, conforme o tempo passava aumentava o constrangimento. Alguns ainda esperavam a presença de Floriano Peixoto, outros tinham certeza de que ele não se faria presente. Quando o relógio marcava 9 horas e trinta minutos chegou na porta do hotel um amanuense do Ministério de Obras Públicas que trazia um bilhete assinado por Floriano que pedia desculpas e culpava um enigmático mal-estar pela sua ausência.¹²³

A terceira festividade prevista para essa semana de festas nacionais era a inauguração do monumento em homenagem a Osorio, marcada para o dia 12 de novembro de 1894. O programa específico para a festa de inauguração do monumento estava pronto e tudo transcorria como planejado. Às 10 horas da manhã, uma tropa militar ocupou as ruas da capital no entorno da

¹²² OLIVEIRA, Rodrigo Perez. *As armas e as letras*. Op.cit.,p. 114.

¹²³ *Diário de Notícias*, 5 de novembro de 1894, p.1.

Praça XV de Novembro, local onde foi erguido o pantheon. Uma tribuna foi erguida em frente ao monumento para as autoridades políticas convidadas. Estiveram presentes na festa, cinco ministros: o da pasta do Interior; o do Exterior e da Fazenda; o da Indústria e das Obras Pública; o da Guerra; e o da Marinha. Senadores e Deputados compareceram em grande número, assim como altas patentes do Exército e da Marinha. O comandante superior da Guarda Nacional, o prefeito municipal e a comissão de Intendência Municipal também compareceram.



Estátua do general Osorio antes da inauguração, 12 de novembro de 1894. Setor de iconografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (Figura 3).

A comitiva uruguaia composta de três generais e alguns oficiais que vieram trazer as medalhas comemorativas da Guerra do Paraguai também esteve presente. Ministros das Repúblicas Argentina e Oriental do Uruguai (que formaram ao lado do Brasil a Tríplice Aliança) com seus secretários e respectivos cônsules também compareceram à cerimônia de inauguração. Aliás, a ocasião reuniu diversos ministros de nações da Europa e da América com seus secretários e respectivos cônsules. A família do general Osorio foi representada pelos filhos do homenageado: Fernando Luis Osorio, Francisco Luis Osorio, e Manuela Osorio Mascarenhas.¹²⁴

Prudente de Moraes, a três dias de sua posse, também compareceu a inauguração da estátua do general Osorio. Todavia, Floriano Peixoto, a figura mais aguardada dentre as autoridades políticas convidadas, não compareceu à cerimônia de inauguração do monumento em homenagem ao general Osorio. O fato surpreendeu a todos. A participação do marechal era tida como certa até os instantes finais. No final do dia 11 de novembro, véspera da inauguração,

¹²⁴ AGC. Setor de manuscritos. “Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio”. Notação: 46.3.41. Ata de 15 de novembro de 1894.

quando a comissão em sessão fechou os detalhes do programa da festa, o nome do marechal estava confirmado: caberia a ele, inclusive, conduzir o momento alto da festa: baixar as cortinas que encobriam a estátua e inaugurar oficialmente o monumento.

Alegando novamente estar adoentado, Floriano Peixoto não compareceu à inauguração. Em seu lugar, enviou o general Bibiano Sérgio da Fontoura Costallat, então ministro da Guerra.¹²⁵ Também membro da comissão, o general Costallat era o encarregado de representar o marechal presidente da república na solenidade, e assim o fez, discursando em seu lugar:

(...) em nome da classe a que pertenco, constituída pela armada e exército nacionais, pois não há a distinguir dentre o marinheiro e o soldado brasileiro, entre os representantes dos heróis de Riachuelo e do 24 de Maio, entre Osorio e Barroso, venho dirigir-vos algumas palavras. Senhores eis-nos diante deste monumento formado de bronze e de granito, a desafiar o perpassar do tempo, erguido pelo povo para perpetuar a lembrança de um herói brasileiro cuja vida foi uma conquista constante de louros que engrinaldam a fonte da pátria. Abra-se o peito do Brasil e do seu coração emerge o vulto grandioso do legendário guerreirão! Osorio! Seu nome só compõe uma sublime epopéia de pátria Brasil (...). A essa comissão patriótica, que tão bem representa o sentimento de povo brasileiro, devemos o pagamento da dívida que contraímos contigo, Osorio!

O discurso do general Costallat ia muito além da simples exaltação do general Osorio. Em seu discurso, percebemos o intuito de demonstrar que as Forças Armadas brasileiras formavam um corpo único, numa tentativa de unir a Marinha e o Exército, que tinham se enfrentado na Revolta da Armada em 1893, quando parte da oficialidade da Marinha se levantou contra o governo do marechal Floriano. Para isso, o general Costallat citou a Batalha de Riachuelo, da qual o almirante Barroso havia saído como herói, e a Batalha de Tuiuti, da qual Osorio havia saído herói. Assim, o general Costallat trás à memória da opinião pública – afinal, está claro, tratava-se de uma batalha simbólica pela memória oficial dos fatos – episódios chave para o Exército e para a Marinha. Quem discursava ali, segundo Costallat, não era um representante do Exército, mas um representante da classe militar. Essa que não havia permanecido unida em 1889 e nem nos primeiros anos republicanos, mas que devia agora se confraternizar.

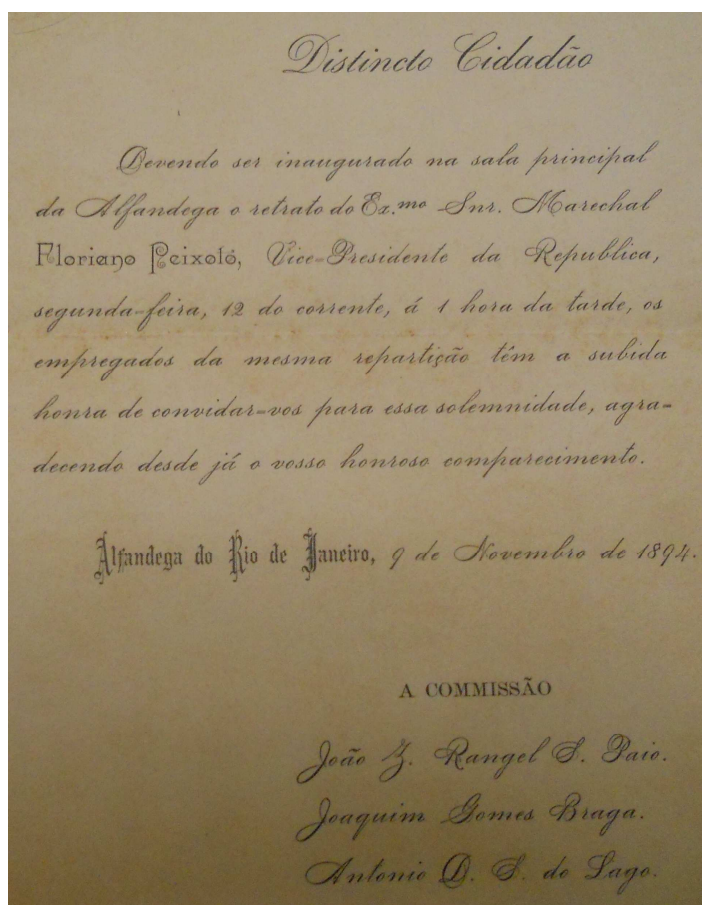
O discurso de Costallat explicitava outro ponto: todo aquele investimento simbólico na memória de Osorio era resultado do empreendimento daquela comissão patriótica, “representante do povo”, da qual ele era membro. Não era, portanto, um esforço do governo e, por isso, não devia ser a ele associado.

Essas foram as palavras proferidas pelo general Costallat, representando o presidente e marechal Floriano Peixoto. Embora não seja possível afirmar de onde partiu a escolha do general Costallat para representar Floriano Peixoto – se da comissão ou do próprio marechal –, é interessante pensarmos na razão pela qual o general Costallat foi escolhido para representá-lo. Naquele momento, Costallat era ministro da Guerra de Floriano e era também membro da comissão responsável pelo monumento. Sendo assim, ele reunia os três lados interessados na perpetuação daquela imagem sobre Osorio: a comissão, o Exército e o governo.

Em relação a Floriano Peixoto, não foi possível precisar a razão de sua ausência. Entretanto, acreditamos que suas relações com a comissão já estavam abaladas desde o fuzilamento – a mando do marechal – de um membro da comissão, o capitão Frederico de

¹²⁵ AGC. Setor de manuscritos. “Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio”. Notação: 46.3.41. Ata de 15 de novembro de 1894.

Lorena, que participou da Segunda Revolta da Armada contra o governo de Floriano Peixoto. É possível também especular que talvez tenha deixado de ir à festa de inauguração da estátua para comparecer a outra festividade. No mesmo dia e hora em que estava marcada a cerimônia na Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, outro ato solene acontecia, sendo que este era uma homenagem ao próprio marechal: a inauguração de um retrato dele na sala principal da Alfândega do Rio de Janeiro.



Convite para inauguração do retrato do marechal Floriano Peixoto na Alfândega do Rio de Janeiro no dia 12 de novembro de 1894. Setor de Obras raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (Figura 4).

Apesar de não ter encontrado uma fonte que confirme a presença de Floriano na inauguração de seu retrato na sala da Alfândega, acredito que ele tenha preferido prestigiar esse evento, ou que simplesmente tenha decidido se recolher, sem prestigiar qualquer das solenidades. Embora a comissão tenha cedido à pressão imposta pelo governo para que o monumento fosse inaugurado antes do término do mandato de Floriano Peixoto, agendam para a última semana, que marcava a passagem do governo militar para o civil, e a presença da comitiva estrangeira rememorando a Guerra do Paraguai, reduzia as possibilidades de o governo capitanear sua força simbólica em favor do marechal Floriano. Assim, acredito que o fato de o marechal Floriano não ter ido receber o novo presidente em sua chegada à capital, não comparecer a nenhuma festividade relacionada à Prudente de Moraes e não participar do ato de inauguração do monumento em homenagem a Osório foi uma forma do marechal demonstrar sua insatisfação

com os novos rumos políticos do país. Não quis prestigiar eventos que homenageavam o primeiro presidente civil do Brasil e nem um evento organizado por uma comissão que recusou selar uma aliança com ele, realizando a inauguração do monumento na semana de sua saída do governo, onde Prudente de Moraes, e principalmente Osorio, estavam no centro das atenções.

O presidente da comissão, Candido Gaffré, fez um discurso reafirmando que à comissão se deve a construção do monumento e que ela entregava a estátua ao governo nacional para perpetuar o nome de Osorio como exemplo e modelo de bravura, dever e patriotismo. Exaltando as qualidades do homenageado, como era de se esperar, Gaffrée enfatizou em sua fala a importância da Guerra do Paraguai, destacando a batalha de 24 de maio, que consagrou Osorio como o grande herói nacional, admirado, inclusive, pelas nações vizinhas que lutaram ao lado do Brasil e ali estavam, naquele momento, presentes para glorificar o general Osorio.¹²⁶ Tamanha era a admiração que a República da Argentina, por exemplo, nutria por Osorio que ele recebeu, após o término da Guerra do Paraguai, o título de cidadão argentino.¹²⁷

Terminados os discursos, o general Costallat acenou para que a filha de Osorio, Manuela Osorio Mascarenhas, retirasse as cortinas que encobriam a estátua:

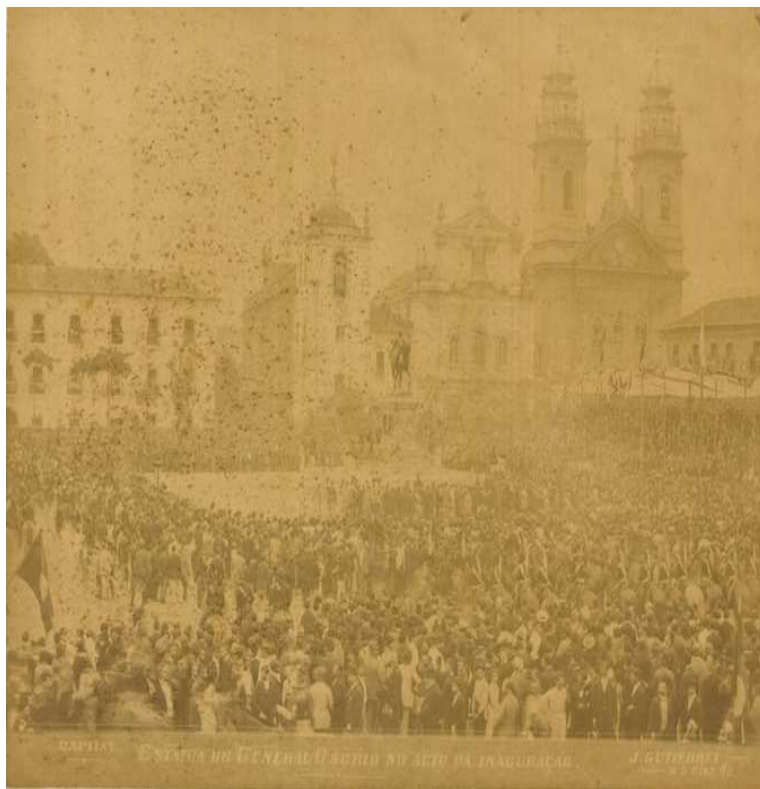
Imediatamente caíram as cortinas, que encobriam o vulto do valente soldado. Então *houve verdadeira ovação popular* e de todos os lados da praça ouviam-se aplausos e prolongadas salvas de palmas. Entoaram as músicas militares, o hino nacional, e salvou a artilharia de terra e mar. Apesar da chuva, que começou a cair as 3h da tarde, não arrefeceu *o entusiasmo popular*.¹²⁸

As palavras acima são de um cronista contemporâneo, Manuel Duarte Moreira de Azevedo. Ao que parece, o povo prestigiou o evento em homenagem ao general Osorio. Uma multidão acorreu para a Praça XV de Novembro, para prestar culto ao general.

¹²⁶ AGC. Setor de manuscritos. “Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio”. Notação: 46.3.41. Ata de 15 de novembro de 1894.

¹²⁷ Recortes de Jornais, *Jornal do Comércio*, Arquivo General Osorio, nº2, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Daqui por diante IHGB.

¹²⁸ AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. *A estátua do general Osorio*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. p.13. Grifos nossos.



Estátua do general Osorio no ato da inauguração, 12 de novembro de 1894. Setor de iconografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (Figura 5).

Depois da retirada das cortinas, já era possível contemplar o trabalho de Rodolfo Bernardelli, que eternizou em bronze a imagem de um dos generais mais admirados do Exército brasileiro no século XIX, cuja memória um grupo de gaúchos se empenhou durante quinze anos para glorificar. Finalmente, concluía-se aquele projeto iniciado em 10 de outubro de 1879, pela Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária.

Na Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, local de recepção dos estrangeiros que desembarcavam na capital republicana, e de grande circulação da população carioca, fixava-se a imagem de Osorio, que passaria a acompanhar o dia-a-dia dos cidadãos. Sobre um belo pedestal em granito, ergueu-se o guerreiro a cavalo, vestindo uniforme de campanha, bem simples: calça, blusa e boné. Na mão direita empunha a espada desembainhada – como se estivesse pronto para combater o inimigo –, na esquerda segura as rédeas do cavalo. Bernardelli esculpiu Osorio olhando para o lado, como observando o inimigo.

Vale ressaltar também que “apesar de os serviços prestados à monarquia também lhe terem rendido um título de nobreza – marquês de Herval –, esse dado da biografia de Osorio não é lembrado pelo bronze de Bernardelli”.¹²⁹ E o local escolhido para fixar o monumento, a Praça XV de Novembro, vinculava a lembrança de Osorio à República, que o exalta como modelo de soldado-cidadão.¹³⁰

¹²⁹ SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: O homem por trás do monumento*. Op.cit. p.29.

¹³⁰ CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Op.cit. p.14.



Estátua do general Osório, momento após a inauguração, em 12 de novembro de 1894. Setor de Obras raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (Figura 6)

É possível ainda estabelecer algumas observações sobre a modelagem do cavalo. Adriana Barreto conseguiu encontrar estudos feitos por Bernardelli sobre esculturas eqüestres. De acordo com a autora, Bernardelli deu uma atenção especial à modelagem do cavalo. O estudo de Adriana Barreto afirma que no arquivo do escultor, no Museu Nacional de Belas Artes, foi possível encontrar uma pasta só com fotografias de monumentos eqüestres, que destacavam os cavalos. Isso demonstra que se tratava de um estudo cuidadoso. As fotografias retratam monumentos de várias cidades dos Estados Unidos, França e Itália. E, em todas elas, os cavalos encontram-se em movimento. A partir desses modelos estudados, é que Bernardelli esculpiu o cavalo de Osório.¹³¹

O jornal *O Paiz* afirmava que a estátua do general Osório era uma das mais belas que a arte já havia produzido em todo o mundo. Segundo este periódico estava tudo perfeito: desde a movimentação do cavalo e a flexibilidade do corpo do general até as proporções exatas das partes

¹³¹ Essas pastas analisadas por Adriana Barreto de Souza não foram encontradas por mim no MNBA, quando solicitei acesso ao Arquivo do escultor. Em resposta a um ofício por mim enviado a Direção do Museu Nacional de Belas Artes para realização de minha pesquisa, foi dito que os únicos arquivos eram os que estavam disponibilizados. Depois, diante da minha insistência, me foi informado que o setor de arquivos estava sendo reorganizado e, por isso, os outros documentos solicitados não foram localizados. Sobre os modelos de estátua analisados por Bernardelli ver: SOUZA, Adriana Barreto de. *Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar*. Op.cit.

componentes do monumento.¹³² Outro detalhe importante, ressaltado por este periódico é que Osorio olha para o mar e o monumento tem, na face anterior do pedestal, um círculo formado por uma grinalda de bronze dourado, o dístico com os seguintes dizeres: A Osorio, o povo, 1894. E, na face oposta, em outro círculo fechado também por uma grinalda de bronze, a inscrição: nasceu a 10 de maio de 1808 na ex-província do Rio Grande do Sul.¹³³

No espaço fechado pelo gradil vê-se sobre uma laje de mármore a coroa de bronze oferecida pela república argentina e duas placas também de bronze.

Os festejos não terminaram com a inauguração do monumento. O programa do dia da inauguração, dia 12 de novembro, que fazia parte da semana de festejos nacionais, contava ainda com desfiles e paradas cívicas dos colégios municipais e da Escola Militar. O dia era de Osorio e tudo era voltado para homenageá-lo, engrandecendo o nome do Exército e do povo sul riograndense. Assim os festejos foram registrados por Moreira de Azevedo:

As três horas da tarde, começou a desfilar pela rua do Ouvidor a marcha cívica composta dos colégios municipais, das sociedades, de comissões de diversos estabelecimentos, de alunos da Escola Militar, diversos batalhões da guarda nacional, regimentos de cavalaria de lanceiros e carabineiros, batalhões do Exército, da brigada policial e diversos generais e oficiais do Exército e da guarda nacional.¹³⁴

Os jornais da época também noticiaram a celebração. *O Paiz*, na edição do dia 12 de novembro, dizia em matéria de capa: “O povo brasileiro paga hoje um novo tributo de gratidão à memória do ínclito soldado que tanto glorificou por feitos de admirável bravura as paginas da história nacional”.¹³⁵ A Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária assumia, nos periódicos, o lugar de representante do povo brasileiro. Nas narrativas era como se a estátua eqüestre de Osorio fosse resultado da vontade e da ação do povo (primeiro o gaúcho, depois o brasileiro como todo), e a Sociedade Riograndense tivesse sido, apenas, o instrumento dessa vontade. A adesão da população foi grande. Devemos ter em mente que um símbolo só tem legitimidade se for reconhecido como tal. Ou seja, por mais que a Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária se esforçasse por instituir Osorio como herói nacional, seu esforço de nada adiantaria se a população, de um modo geral, não o aceitassem como tal e, desse modo, não reconhecesse o símbolo.

O poder simbólico, segundo Pierre Bourdieu, permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força, seja ela física ou econômica, graças ao efeito de mobilização, e só se exerce se for reconhecido, ou seja, ignorado como arbitrário. O campo é, nas palavras de Bourdieu, “um microcosmo da luta simbólica: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção”.¹³⁶

Os interesses internos da Sociedade Riograndense, reafirmo, eram: exaltar a identidade do Rio Grande do Sul e do povo gaúcho mediante a exaltação da memória de Osorio. Os interesses exteriores, do povo e de parte da elite política, eram reconhecer publicamente sua gratidão àquele que havia representado a nação e lutado por ela nas maiores batalhas em que o Exército tomou

¹³² *O Paiz*, 13 de novembro de 1894.

¹³³ AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. Op.cit., p. 16.

¹³⁴ Idem, p.15.

¹³⁵ *O Paiz*, 12 de novembro de 1894. p.1.

¹³⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Op.cit., p. 12.

parte. Vale destacar que Osorio, ainda em vida, já era cultuado pelo povo, principalmente durante suas visitas ao Rio de Janeiro. Osorio era tido entre os soldados subalternos como um general extremamente popular. Ele era admirado pelos soldados e mantinha com eles uma relação amistosa, cuja idéia era, em suas palavras, de que: “somos todos brasileiros, em defesa da Pátria”.¹³⁷ Ponto este sempre valorizado por aqueles que se dedicaram a escrever sobre Osorio, como analisaremos mais adiante.

Demonstrando também o interesse e a vontade do povo em ver simbolizado o general Osorio, *O Paiz* publicou a seguinte poesia de Artur de Azevedo, jornalista e poeta maranhense, que usava o pseudônimo Gavroche:

Está tão contente o Zé Povo,
Que até não cabe na pele:
Osorio vive de novo
No bronze de Bernardelli.¹³⁸
(Gavroche)

A Praça XV de Novembro não pôde receber nem a vigésima parte das pessoas que afluíram ao centro da cidade para assistir as solenidades da inauguração do monumento equestre em homenagem a Osorio.¹³⁹ A festa entrava para a história como um grande acontecimento. A estátua, dali em diante, passou a concentrar manifestações cívicas que ocorriam todos os anos, no dia 10 de maio, data de nascimento de Osorio, e no dia 24 de maio, quando se comemorava a Batalha de Tuiuti.

2.3 Glória a Floriano Peixoto

O grupo jacobino também se pronunciou sobre a inauguração da estátua de Osorio, direcionando seu texto mais para críticas do que para celebrações. *O Jacobino* afirmava que:

A inauguração da estátua do herói-pátrio Osorio esteve solene tendo dado a neta, como em gíria diz o populacho – o Exército. A rapaziada, garbosa como sempre e de novo uniforme fez bonito e esteve na ponta! Viva a mocidade militar! Notamos também que no enfeite e ornamentação das ruas existia grande numero de bandeiras portuguesas. Porque? O que tem Portugal com a tríplice-aliança? E as relações estão reatadas? Oh essa! E não querem que haja jacobinos! Pois olhe, os há, e muitos. Cada vez a propaganda pega mais e vai mesmo!¹⁴⁰

¹³⁷ GANNS, Claudio. “Espírito militar e civil do general Osório”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1958. Daqui por diante **RIHGB**.

¹³⁸ *O Paiz*, 12 de novembro de 1894.

¹³⁹ *O Paiz*, 13 de novembro de 1894.

¹⁴⁰ *O Jacobino*, 14 de novembro de 1894.

Celso Castro afirma que uma parte da “mocidade militar” – a que a nota acima faz referência –, após a morte do marechal Floriano, em 1895, se liga ao jacobinismo.¹⁴¹ E, como podemos verificar com a expressão “Viva a mocidade militar!”, os jovens da Escola Militar já se aproximavam dos jacobinos em 1894.

Para os jacobinos, apenas uma coisa podia estar acima de sua lusofobia: a glorificação a Floriano. Na mesma data em que publicavam essa matéria sobre a inauguração do monumento a Osório, eles publicaram uma poesia em homenagem ao marechal, intitulada “Glória a Floriano Peixoto”:

Bendito sejas, bendito,
O salvador do Brasil,
Teu nome está escrito
Pra sempre, entre glórias mil,
Teu nome, o ídolo puro,
Que é uma epopéia também
Será de nós, no futuro,
O guia exemplo de bem!
Agora que o herói descansa
Das batalhas que venceu,
E que a República aliança,
Mais uma glória, um troféu,
Envolto na poesia
Neste momento, ufano,
Saúdo com alegria
O marechal Floriano!¹⁴²

Essa poesia – publicada no último dia do governo de Floriano Peixoto – buscava exaltar o marechal que havia sido duplamente derrotado: politicamente, pois sem apoio não permaneceu no cargo de Presidente da República, e derrotado simbolicamente, pois Floriano não conseguiu fazer-se associar a Osório, cujo nome foi o único a brilhar no ato cívico do dia 12 de novembro. Diante da dupla derrota, restava aos jacobinos reforçar o que já vinham fazendo: simbolizar Floriano Peixoto como o “consolidador da República”. E, para isso, era necessário desqualificar tudo que tentava roubar a cena naquela última semana do governo militar.

Novamente, quebrando o protocolo, e alegando estar indisposto, o marechal Floriano não compareceu à cerimônia pública que pôs fim a seu governo e deu início ao de Prudente de Moraes, no dia 15 de novembro de 1894. Cassiano do Nascimento, ministro do Exterior, representando o marechal Floriano Peixoto, transmitiu o cargo a Prudente de Moraes. A cerimônia de passagem do governo militar para o civil constituía o último ato daquela semana de comemorações.

No dia 15 de novembro, o jornal jacobino *A Bomba* publicou uma nota na qual reafirmava que o grande nome a ser glorificado naquela data era o de Floriano:

Está completa a glorificação desta data no dia de hoje, em que o vulto glorioso do Marechal Floriano Peixoto afirma a sua posição na História Pátria, pela entrega da Republica ao elemento popular. *Ele que a salvou da ruína da*

¹⁴¹ CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Op.cit. p. 199.

¹⁴² *O Jacobino*, 14 de novembro de 1894.

*anarquia, ele se conservara sempre ao lado do governo, fortalecendo-o com seu prestígio e velando pela sua glória.*¹⁴³

Outra nota, em tom mais claro e incisivo, afirmava:

*A consolidação da Republica deve-se não há duvida ao grande brasileiro e ao patriota eminente Floriano Peixoto. É este o meu modo de pensar e por isso julgo que todas as aclamações pelo dia de hoje devem ao mesmo cidadão ser dirigidas: Viva a Republica! Viva o marechal Floriano Peixoto!*¹⁴⁴

Assim, no dia 15 de novembro, quando estava sendo entregue a Presidência da República a Prudente de Moraes, uma comissão presidida pelo jacobino Joaquim de Miranda e Horta organizou uma cerimônia para a entrega de uma espada de honra ao marechal Floriano, toda feita de ouro. A cerimônia que foi realizada em frente à casa do marechal, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, as três horas da tarde, contou com a presença da banda do 6º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional e de várias associações corporativas. Compareceram também Raul Pompéia, o capitão Aníbal Mascarenhas, o tenente-coronel Aristides Villas Boas e vários jacobinos adeptos ao marechal. Foram todos recebidos pelo general Bibiano Costallat, que representou o homenageado, supostamente doente.¹⁴⁵

O tenente-coronel Aristides Villas Boas leu um discurso do marechal Floriano Peixoto no qual agradecia as homenagens recebidas:

*Agradeço-vos profundamente penhorado a manifestação de apreço que me fazeis. Desvanece-me a pureza de vossas intenções e sinto-me tanto mais obrigado quanto escolhestes, para trazer-me as vossas saudações, o dia de hoje, em que me exonero do honrado encargo que me confiou a presidência da República, que estou certo de haver defendido com todas as energias de minha alma e dedicação afetuosa do coração. Posso garantir: a ideia fixa e preocupação de meu governo foi firmar nos mais largos alicerces, fossem quais fossem os sacrifícios, a obra de 15 de novembro e salvar a República da ruína e do descrédito. Temo pelo futuro de nossa amada República.*¹⁴⁶

O marechal Floriano Peixoto, outra vez, demonstrava sua insatisfação com a transição do governo. Ao dizer que temia pelo futuro da República, que não seria mais dirigida pelo Exército, única instituição vista pelos jacobinos como capaz de organizar a nação, desacreditava a capacidade das elites civis dirigirem o país e manterem sua unidade.

Após a saída do marechal Floriano Peixoto da presidência da República, os jacobinos continuaram fazendo forte oposição ao governo de Prudente de Moraes. Tornou-se recorrente encontrar matérias nos jornais de ideologia jacobina, criticando o novo governo civil e exaltando o Exército. A citação abaixo é a melhor síntese do que era, e continuou a ser durante os anos seguintes, o movimento jacobino. Uma matéria extensa, cujo título era “Viva o Exército”,¹⁴⁷

¹⁴³ *A Bomba*, 15 de novembro de 1894. Grifos nossos.

¹⁴⁴ *Idem*. Grifos nossos.

¹⁴⁵ SIMAS, Luis Antonio. *O Evangelho Segundo os Jacobinos*, Op.cit., p. 66.

¹⁴⁶ *O Paiz*, 16 de novembro de 1894. Grifos nossos

¹⁴⁷ *O Jacobino*, 18 de novembro de 1894.

comentando a semana de comemorações e a chegada da comitiva estrangeira, dizia acerca da celebração do nome de Osorio e sobre o 15 de novembro:

Celebra-se o nome tradicional de Osorio, como a personificação do ímpeto vencido das nossas armas, sem cogitar da infeliz contingência histórica que levou o Brasil aos campos da batalha. Rememora-se a conquista inapreciável de 15 de novembro – o maior dia da nossa existência nacional – e que, despontando na propaganda dos tribunos populares, irradiou por fim no Zenith marcado pela espada do mais puro dos nossos Heróis. A alma do Povo Brasileiro vibra profundamente com as festas a que estamos assistindo.

Criticando a suposta desvalorização do Exército, com a transição de governo, e propagando a lusofobia habitual, os jacobinos diziam:

Os empenhados nas intrigas tortuosas da sórdida conveniência esqueceram o cumprimento do dever de sinceridade que nesse ardente protesto nós afirmamos. A perfídia estrangeira capricha em separar o Exército Brasileiro do Povo Brasileiro como se não fossem Soldados e o Povo a mesma Nação Brasileira. Nós, enfrentando os inimigos da Pátria, vimos afirmar exatamente a solidariedade do entusiasmo dos nossos soldados, nos dias em que a glória dos bravos se rememora. A guerra ao militarismo é uma das mais traiçoeiras invenções da política portuguesa no Brasil.

Os jacobinos se empenhavam em associar o Exército brasileiro ao povo brasileiro buscando criar no imaginário social a ideia de que Exército e povo eram um só, a ideologia do soldado-cidadão.

E, por fim, a matéria tenta estabelecer uma associação entre o Povo e o Exército brasileiros e exaltar a obra da consolidação da República:

O povo Brasileiro, porém afirma que o elemento militar é a Nação armada; e venera e ama os beneméritos e gloriosos depositários do pavilhão auri-verde, símbolo do seu patriotismo, emblema imortal dos mais santos ardores do seu coração! O povo Brasileiro, está com o soldado, sente com o soldado, reconhece-se idêntico em entusiasmo e aspiração ao soldado Brasileiro, a gente tradicional de todos os grandes movimentos patrióticos em prol da Liberdade, em benefício da honra e da grandeza do nome Brasileiro. Sejam estas vozes do Povo que representamos uma homenagem de reconhecimento aos beneméritos patriotas, que vão realizando através de todas as mágoas e injustiças a obra ingente de consolidação da nossa Nacionalidade. [referência a Floriano] Vivam os gloriosos representantes da Nação armada! Vivam os defensores gloriosos da República! Viva o Exército Brasileiro!

Os jacobinos colocavam o militar como representantes do povo para apresentarem um reconhecimento àqueles que eles julgavam terem sofrido injustiças, principalmente nos dias da semana de comemoração. Para eles, os únicos dignos de receber glórias, por serem verdadeiros representantes do povo, eram o marechal Floriano Peixoto, o Exército e, também, Osorio, já que pretendiam associar a imagem de Floriano a memória do general homenageado.

CAPÍTULO III

AS BIOGRAFIAS SOBRE O GENERAL OSORIO E AS COMEMORAÇÕES DA BATALHA DE TUIUTI

Esse capítulo tem como objetivo analisar outras representações dadas à memória do general Osorio após a Guerra do Paraguai, quando seu nome ganhou projeção nacional como um dos maiores heróis militares brasileiros. Para tanto, esse capítulo será dividido em três partes. Em um primeiro momento, analisamos as narrativas biográficas sobre o general Osorio (1877-1930), mapeando esse campo bibliográfico e explorando a imagem que esses textos constroem e divulgam do general Osorio. Em seguida, objetivamos compreender, através da análise de artigos publicados no jornal *O Paiz*, entre os anos de 1894 e 1930, de que maneira Osorio e a Batalha de Tuiuti (que o consagrou como herói nacional) foram retratados nesse período. A escolha desse periódico deve-se ao fato de ele ser um dos mais antigos e importantes jornais do Rio de Janeiro e por ele não apresentar lacunas no período estudado. Ao final, apontaremos que o culto a Osorio, que teve início durante sua vida, e se intensificou após seu falecimento em 1879, persistiu no pós 1930, mesmo quando outro grande militar do século XIX assumia o primeiro plano das cerimônias cívicas, se tornando a principal figura exaltada pelo Exército e pelo Estado: o duque de Caxias.

O general Osorio (1808-1879), em vida, já era exaltado e homenageado por seus serviços prestados à pátria como militar do Exército brasileiro. Ainda durante a Guerra do Paraguai, o pintor uruguaio Juan Manuel Blanes, por iniciativa própria, fixou em tela a imagem do general Osorio durante o conflito (ver Figura 7). E, em 1878, Pedro Américo (1843-1905), conhecido pintor brasileiro, projetou, também por conta própria, a realização de um quadro sobre a Batalha de Tuiuti, como homenagem a Osorio, que comandou as tropas no dia 24 de maio de 1866. Contudo, por falta de financiamento, o quadro de Américo nunca foi realizado.¹⁴⁸

Logo após o término da Guerra do Paraguai, com a vitória da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) sobre o governo de Solano Lopez (Paraguai), o então coronel Manuel Deodoro da Fonseca iniciou uma subscrição entre os oficiais que estiveram sob o comando de Osorio para a confecção de uma espada de ouro para ser entregue a Osorio, a qual fizemos referência no capítulo anterior.¹⁴⁹ Deodoro da Fonseca empregou o produto dessa contribuição, em moedas de libras esterlinas, na confecção de um Sabre de Honra – arma de lâmina ligeiramente curvada, de um fio só. Este Sabre (Figura 8) foi executado por um célebre artista da época: o ourives Manuel Joaquim Valentim, português radicado no Brasil há mais de 40 anos, com estabelecimento à rua dos Ourives 61, Rio de Janeiro. Para além do valor monetário, a peça tinha ainda um valor artístico: suas pinturas e as complementações (desenhos e acabamento) foram elaboradas pelos já então famosos pintores: Pedro Américo e Victor Meirelles (1832-1903).

¹⁴⁸ TORAL, André Amaral de. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas, 2001.

¹⁴⁹ Ver: www.decavalaria.com – O Sabre de Osorio (último acesso em: 23 de abril de 2012).



Figura 7. Blanes. Retrato do general Osorio (1870)



Figura 8. Sabre de Honra do general Osorio.

O custo total para execução do Sabre foi de quinze contos de réis, na época (1871) uma fortuna classificada como mediana, com a qual era possível comprar 15 kg de ouro. Atualmente, corresponderia a um patrimônio de 39 milhões de reais.¹⁵⁰ Feito de aço, o sabre foi revestido em ouro e platina, e adornado com brilhantes e rubis. O punho tem formato de cabeça de leão com olhos de rubi. De um lado do sabre, foi gravado as seguintes inscrições: “Passo da Pátria; Tuiuti; Humaitá; Avaí”, referências as batalhas da Guerra do Paraguai. Do outro lado, se lê em letras de ouro: “Campanha do Paraguai”.

No Sabre de Honra, foi fixado ainda, como se percebe na figura anterior, o Brasão de Armas de Osorio (ver Figura 9). A carta do brasão de Osorio foi concedida no dia 12 de outubro de 1870, por decreto do Imperador Dom Pedro II, como forma de remuneração aos serviços prestados na guerra pelo general Osorio. No ano anterior, Osorio havia recebido o título de marquês de Herval.



Figura 9: Brasão de Osorio

Para a entrega do Sabre de Honra, foi organizado, em Porto Alegre, pelos oficiais comandados por Osorio na Guerra do Paraguai, três dias de festejos (de 6 a 9 de agosto de 1871) em homenagem ao general Osorio. O então coronel de artilharia Deodoro da Fonseca entregou, no dia 6 de agosto, o sabre a Osorio em “nome do Povo Brasileiro e do próprio Exército”.¹⁵¹ Na solenidade, realizada em Porto Alegre, o coronel Deodoro, em discurso, disse que os oficiais que no Exército Imperial serviram sob as ordens do general Osorio contra o governo do Paraguai reuniram-se para dar a Osorio um duradouro sinal de amizade e admiração pelas suas ações.¹⁵²

Osorio recebeu o Sabre das mãos de Deodoro e proferiu as seguintes palavras:

Sr. coronel [Deodoro], entre as honras com que me têm distinguido o Governo do país, os Governos Aliados e os nossos compatriotas, pelos serviços que prestei a pátria, à Aliança e a liberdade, na América, nenhuma é mais sensível ao meu coração do que esta que hoje me confere por vosso intermédio, o valente Exército que tive a sorte de comandar (...).¹⁵³

¹⁵⁰Essas equivalências foram realizadas a partir do site <http://www.genealogiahistoria.com.br> (último acesso em: 16/08/12).

¹⁵¹ Ver: www.decavalaria.com – O Sabre de Osorio. (último acesso em: 23 de abril de 2012).

¹⁵² Revista Ilustrada Brasileira, Outubro de 1925, IHGB.

¹⁵³ Idem.

No discurso, o general Osorio reconhecia o quanto havia sido, e continuava a ser, homenageado em seu país e, também, pelos vizinhos ao se referir aos “Governos Aliados”. Neste caso, o reconhecimento provinha, sobretudo, dos argentinos que nutriam pelo general grande admiração. Prova disso é que, em 1868, Osorio recebeu o título de cidadão argentino. Menos de dez anos depois, no dia onze de janeiro de 1877, Osorio foi escolhido pela Princesa Isabel, a partir de uma lista tríplice, senador do Império pela Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, sua terra natal. Em julho do mesmo ano alcançou a maior patente do Exército brasileiro: a de marechal do exército.

3.1. As narrativas biográficas sobre Osorio (1877-1930)

A primeira narrativa biográfica sobre o general Osorio é do ano de 1877 e de autoria de Juvêncio Thomaz de Aquino, intitulada: “*Homenagem ao bravo dos bravos, ao invicto General Osório*”.¹⁵⁴ Não foi possível encontrar nos dicionários biobibliográficos pesquisados dados biográficos sobre o autor.¹⁵⁵ Entretanto, o texto nos permite afirmar que essa homenagem era, na verdade, parte de uma conferência realizada no Rio de Janeiro, por ocasião da posse do general Osorio no senado, para o qual foi eleito em onze de janeiro de 1877. Nesta oportunidade, o autor relatou de forma breve a trajetória profissional e pessoal de Osorio. E, sendo nosso interesse aqui compreender como uma memória sobre o general foi sendo construída, vamos nos limitar a mostrar como essas narrativas são “montadas”, destacando alguns fatos da vida do general e silenciando outros.

Logo no início do texto, o autor aponta Osorio como um dos nomes ilustres que o Brasil venera, destacando-o como um dos heroicos filhos da província do Rio Grande do Sul. Para Aquino, Osorio imortalizou a sua terra natal, de onde “era certamente que devia surgir esse gigante das armas, cujos mais belos dias da existência teria de consagrar a defesa da pátria, a manutenção ilesa dos direitos da soberania nacional”.¹⁵⁶

Nos textos biográficos, a memória que se constrói sobre o general Osorio põe em destaque uma vocação inata para a carreira militar. Em todas as narrativas, Manuel Luís Osorio não nutria vontade de entrar para o Exército e apenas assentou praça aos quinze anos de idade por grande insistência de seu pai, Manuel Luís da Silva Borges, que seguia a carreira militar. Esse desinteresse, no entanto, logo depois se dobraria a uma vocação que lhe era mais forte.

No texto de Thomaz de Aquino, a palavra que impera é patriotismo. Para ele, as ações de Osorio tinham como finalidade o bem maior da Pátria, e seu crescimento na carreira militar se

¹⁵⁴ AQUINO, Juvêncio Tomaz de. “Homenagem ao bravo dos bravos, ao invicto General Osório”. *Tip. Nacional*. Rio de Janeiro, 1877.

¹⁵⁵ No livro não há nenhuma informação pessoal sobre o autor. Pesquisei também em dicionários biobibliográficos de referência, como BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário biobibliográfico*. Vol.4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898; e no índice de bibliografia brasileira que conjuga todos os dicionários biobibliográficos, mas o nome de Juvêncio Tomaz de Aquino não estava em nenhum deles.

¹⁵⁶ AQUINO, Juvêncio Tomaz de. *Op.cit.*, p.3.

deu “em troca de atos de completa abnegação e patriotismo que constantemente praticava nas lutas em que expunha sua vida, para garantia da integridade da nação”.¹⁵⁷

A segunda narrativa biográfica sobre o general Osorio foi publicada no dia 24 de Outubro, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), apenas vinte dias após seu falecimento. Na sala de sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Luis Francisco da Veiga, então sócio do IHGB, leu para a comissão de estatutos do Instituto o seu “*Elogio Histórico do general Manuel Luis Osorio, marquês do Herval, determinado por uma resolução do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*”.¹⁵⁸ Francisco da Veiga (1834 -1899), que era bacharel formado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade do Recife, com esse texto, apresentava e defendia frente à referida comissão uma proposta para que o nome do general Osorio fosse aceito como membro do IHGB.¹⁵⁹

Para o autor da proposta, o general Osorio não foi um historiador de pena. Este tipo de historiador, o de ofício, registra fatos e feitos alheios. Osorio, porém, era de outro tipo: dos que fazem a verdadeira história. Isso porque “escreveu com sua espada e sua lança, invictas páginas admiráveis da história deste país”.¹⁶⁰ Homens como o marquês do Herval, autor das “páginas que serão documentos de ufania e títulos de nobreza de todas as gerações por vir neste portentoso Império americano”,¹⁶¹ – defendia Francisco da Veiga – mereceria então ser membro, por direito, de um instituto histórico.

O discurso de Francisco da Veiga sobre a diferença entre aqueles que faziam a verdadeira história e aqueles que apenas a escreviam (historiador de pena) nos permite pensar sobre sua concepção de história e sobre a figura do historiador no final do século XIX. A concepção de história que então imperava era a de que poderia se perceber história como factível sob dois pontos de vista: os que com suas ações faziam história e os que sobre essas ações escreviam. De acordo com os argumentos de Veiga, vemos para qual lado ele se inclina: para ele, a verdadeira história era feita por ações, como as que Osorio teria empreendido durante sua vida, mesmo que não fosse um historiador de pena. Dessa forma, Francisco da Veiga propõe que “o Instituto Histórico, por especial resolução sua, mande compreender o nome do ínclito brasileiro Manoel Luis Osorio entre os de seus membros falecidos no corrente ano.”¹⁶²

Em resposta à proposta de Francisco da Veiga, encontramos, na mesma revista, o “*parecer da comissão de estatutos e redação da revista acerca da inclusão do marquês do Herval, depois de falecido, entre os sócios do IHGB*”.¹⁶³ Este parecer, assinado pelo Dr. Moreira de Azevedo, 2º secretário suplente do Instituto, indeferia a proposta:

A comissão, tendo examinado a dita proposta, pensa que ela não pode ser aprovada, atenta as nossas regras sociais. Segundo os estatutos, que nos regem, há quatro classes de membros do Instituto, e são os sócios efetivos, os sócios correspondentes, os sócios honorários e os presidentes titulares.

¹⁵⁷ Idem, p.5.

¹⁵⁸ VEIGA, Luis Francisco da. “Elogio histórico do general Manoel Luis Osorio, marquês do Herval, determinado por uma resolução do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. **RIHGB**, Rio de Janeiro, T. 42, 1879.

¹⁵⁹ Francisco da Veiga também pertenceu ao Instituto Científico de São Paulo e escreveu no *Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio, Correio Mercantil*, dentre outros. Algumas de suas publicações trataram de obras públicas, estradas de ferro e telégrafos. VER: <http://www.brasiliana.usp.br> (último acesso em: 20 de junho de 2012).

¹⁶⁰ VEIGA, Luis Francisco da, op.cit., p. 264.

¹⁶¹ Idem, ibidem.

¹⁶² Idem, ibidem.

¹⁶³ AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. “Parecer da comissão de estatutos e redação da revista acerca da inclusão do marquês do Herval, depois de falecido, entre os sócios do IHGB”. **RIHGB**, Rio de Janeiro, T. 42, 1879.

*Para admissão de qualquer pessoa em alguma das referidas classes são exigidas certas condições individuais, e certas formalidades, que pressupõe vivo o candidato. Mas o general Manoel Luis Osorio é falecido, e para admiti-lo como sócio não só seria preciso dispensar essas condições e formalidades, como também criar uma nova classe de sócios, que deveriam denominar-se póstumos. (...) Ora, se o Instituto quer honrar a memória do ilustre general, celebrando os seus feitos, pode-o fazer, encarregando-se a um dos nossos consócios de escrever e apresentar nas nossas palestras literárias a biografia do distinto guerreiro. Assim melhormente o mesmo Instituto abrilhantará a fama desse varão, dando lugar a que mais desenvolvidamente se comemorem os seus atos gloriosos, e fiquem eles consagrados nos fastos do nosso Instituto, sendo essa biografia publicada na sobredita Revista. Os nossos estatutos não se opõem a esta homenagem.*¹⁶⁴

A comissão de estatuto do instituto, como mostra o trecho acima, não aceitou a proposta de que Osorio fizesse parte de alguma classe de membros do IHGB porque uma das condições para admissão de membros era a de que o candidato estivesse vivo. Essa proposta de Luis Francisco da Veiga para inclusão do nome do general no rol de membros do IHGB é a segunda tentativa, vinte dias pós seu falecimento, de não se deixar cair no esquecimento os seus feitos ou, nas palavras de Moreira de Azevedo, seus “atos gloriosos”, já reconhecidos em vida. Desse modo, os esforços para a construção de uma determinada memória sobre o general Osorio tiveram início no Império.

Ainda que a resposta da comissão de estatutos tenha sido negativa, ela propôs que fosse feita uma biografia para honrar a memória – usando a expressão de Moreira de Azevedo – do “ilustre general”. O resultado dessa proposta é, ao que tudo indica, o livro a “*História do General Osorio*”.¹⁶⁵ Escrita por Fernando Luís Osorio, filho do general, esta biografia foi publicada – como veremos mais adiante – cinco anos após o nascimento do novo regime, em 1894, no dia da inauguração do monumento equestre do general Osorio.

É necessário destacar que o IHGB era o *locus* privilegiado no século XIX da produção historiográfica e *lugar social* de onde escreveram alguns dos biógrafos que nos propomos analisar neste capítulo.¹⁶⁶ Em 7 de novembro de 1879, pouco mais de um mês após sua morte, Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, também sócio do IHGB, publicava na Revista do Instituto (RIHGB) suas “Notas históricas sobre o general Manuel Luís Osório, Marquês do Herval”.¹⁶⁷ Homem de Mello que era barão, advogado, historiador, político liberal e professor, nasceu em 1º de maio de 1837 em Pindamonhangaba, São Paulo, e faleceu em 4 de janeiro de 1918, no Rio de Janeiro. Como político presidiu a província de São Paulo (1864), a do Ceará (1865-1866), a do Rio Grande do Sul (1867-1868) e a da Bahia (1878). No Rio Grande do Sul,

¹⁶⁴ Idem, p. 275. Grifos meus.

¹⁶⁵ OSORIO, Fernando Luis. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1894. 714p.

¹⁶⁶ O IHGB foi criado, em 1838, no interior da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) e esta, criada em 1827, incentivava o progresso, o desenvolvimento e a integração das regiões do Império. Para isso, a SAIN e posteriormente o IHGB desenvolveram projetos que viabilizassem a existência de um todo, de uma nação. Sua Revista, a RIHGB, é criada em 1839 com o propósito de veicular tal projeto, assim como os debates ocorridos no Instituto. Ver Manoel Luiz Salgado Guimarães, *Nação e civilização nos trópicos. O IHGB e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, (1). 1988.

¹⁶⁷ MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. “Notas históricas sobre o general Manuel Luís Osório, Marquês do Herval”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, T. 64, v. 104, p. 87-89, 1901.

em apenas três meses, Homem de Mello conseguiu levantar, organizar e expedir o 3º Exército para Guerra no Paraguai, a mando do general Osorio.¹⁶⁸ Ao que tudo indica, foi nesse período que podemos marcar um vínculo entre Homem de Mello, o Rio Grande do Sul e Osorio.

Francisco Inácio Homem de Mello inicia seu texto dizendo que a nação inteira encontrava-se de luto pela morte do general Osorio e o apresenta como um veterano ilustre que dedicara à Pátria mais de meio século de sua existência. Destaca que Osorio foi um menino de vida humilde, educado como soldado e que havia percorrido “antes dos quatorze anos de idade centenas de léguas nas fadigas da campanha, seguindo seu velho pai, estava em germe a grandeza do futuro general, do glorioso vencedor do Paraguai”.¹⁶⁹ Homem de Mello, assim como os demais biógrafos do general, constrói uma memória sobre o general Osorio partindo da ideia de uma vocação inata: Osorio não nutria vontade de seguir a carreira militar, só o fez por insistência de seu pai, que era militar. Com esse impulso, descobre sua verdadeira vocação, e passa a se empenhar na construção de uma carreira.

Segundo Homem de Mello, ao percorrermos as fases da existência agitada de Osorio, podemos perceber como se formou o conjunto de suas raras qualidades militares. O autor aponta ainda que Osorio mediu sua existência no âmbito de todas as vicissitudes possíveis e que, agora, *a Pátria e a história têm o dever de registrar*.

Ao longo de todo o texto Homem de Mello enfatiza, assim como Fernando Osorio o fará e os demais biógrafos o farão também, que “a vida do general Osorio simboliza um grande exemplo de *patriotismo*. Nós, os que tivemos a fortuna de lhe assistir aos atos, de lhe ouvir as palavras, temos o dever de a transmitir ao futuro, como uma gloriosa herança da pátria”.¹⁷⁰

Instituída a República, a primeira narrativa biográfica em homenagem ao general foi a “*História do general Osorio*”, escrita por Fernando Luís Osorio.¹⁷¹ Fernando Osorio era gaúcho, assim como seu pai e todos os membros da comissão do monumento equestre que estava sendo erguido no Rio de Janeiro. Nasceu a 30 de maio de 1848, na cidade de Bagé, e faleceu em 26 de novembro de 1896, no Rio de Janeiro. Pelo Partido Liberal, foi Deputado da Assembléia Legislativa de sua província natal em diversas legislaturas e da Assembléia-Geral Legislativa. Em 1874 formou-se na Faculdade de Direito do Recife. No regime republicano, convidado pelo marechal Floriano Peixoto, aceitou o cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na República Argentina, sendo nomeado em decreto de 25 de abril de 1894, cargo que deixou por haver sido nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, em decreto de 15 de outubro de 1894, tendo tomado posse a 28 de novembro do mesmo ano.¹⁷²

A biografia escrita por Fernando Osorio foi publicada no dia 12 de novembro de 1894, mesmo dia da inauguração da estátua em homenagem a Osorio, na Praça XV de Novembro, e será a matriz discursiva para as outras narrativas biográficas, que estarão sempre recuperando as bases lançadas por Fernando Luís Osorio neste livro.

Na verdade, essa biografia sobre Osorio foi o trabalho historiográfico que permitiu a entrada do primogênito do general como sócio do IHGB, já que um dos requisitos para tornar-se sócio desse instituto era apresentar um trabalho historiográfico. A publicação dessa biografia

¹⁶⁸ Homem de Mello foi leito em 9 de dezembro de 1916 para a Cadeira n. 18 da Academia Brasileira de Letras, sucedendo a José Veríssimo, mas faleceu antes de ser recebido na Academia. Ver: www.academia.org.br. (último acesso em: 10 de agosto de 2012).

¹⁶⁹ MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de, op.cit., p. 87.

¹⁷⁰ Idem, p.89. Grifos meus.

¹⁷¹ OSORIO, Fernando Luis, op.cit.

¹⁷² Ver: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro> (último acesso em: 10 de agosto de 2012).

permitiu a Fernando Osorio, assim, instituir a um só tempo uma memória sobre o general e entrar para o rol dos sócios dessa tradicional instituição do saber.

Na biografia de Fernando Osorio, o general Osorio aparece como a figura ideal para a República para que se pudesse associar a imagem de um Exército que fundou um regime republicano sem a participação popular, à ideia de que o Exército era o povo em armas. Uma figura ideal porque permitiria promover a junção desses dois segmentos sociais. Nesta perspectiva, as narrativas biográficas sobre Osorio sempre o apresentarão como um soldado patriota, que dedicou sua vida à nação, um oficial que apesar de ter chegado a mais alta patente do Exército Brasileiro – marechal do Exército – nunca teria deixado suas raízes populares e, por isso, era amado e querido por seus subordinados e pelo povo brasileiro.

Na “*História do general Osorio*”, Fernando Luís Osorio narra a vida do general relatando sua trajetória militar e política no Brasil e seu desvelo incondicional à pátria, para quem é dedicada a biografia:

É a ti que eu consagro esta pálida e simples narração da vida de meu pai e dos sucessos em que ele teve alguma parte. Tu foste o seu maior afeto, a preocupação constante do seu pensamento, na paz e na guerra. *Ele viveu servindo-te, desde a juventude à velhice, dedicadamente. Por ti derramou seu sangue no campo de batalha. Amou-te mais que a própria vida. Sacrificando todas as suas comodidades pessoais, lutou sem cessar por teu engrandecimento e glória; amargurado muitas vezes; vencedor sempre. Quando descansou, foi para morrer. Mas, durante a sua longa existência, como depois da sua morte, não lhe faltaste, jamais, com o teu aplauso; não lhe regateaste provas de estima e gratidão. Em ovações contínuas, ergueste o seu nome; em bronze a estatua lhe perpetuaste a fama. Pátria adorada, e justa, e boa! – berço e túmulo – de seu saudoso Pai! Tu que assim proteges contra o olvido a memória dos teus leais servidores, recebe este modesto tributo de veneração, de um filho agradecido.*¹⁷³

Como político do Partido Liberal e como filho do general, Fernando Luis Osorio elaborou a biografia de seu pai objetivando a perpetuação de uma memória sobre o general. E mais que isso, a difusão de tal memória nos primeiros anos republicanos.

Em diversas passagens, o autor demonstra claramente qual é o seu intuito. Em uma delas, ele diz: “aqui, trata-se de um passado que não pode ser esquecido; de um vulto que teve uma história”.¹⁷⁴ Em outra passagem, evidencia que deseja com a obra que os historiadores se ocupem da construção de uma memória sobre seu pai:

Guardo a convicção de que esta obra necessita de ser muito aumentada para dar uma ideia perfeita da vida e serviços do Marechal Osorio, – [a maior das patentes na hierarquia do Exército e recebida por Osorio, porém ele normalmente será referido como general] até agora mais conhecido pela legenda do que tratado pelos historiadores. Sim; os historiadores, pouco se tem dele ocupado, indubitavelmente, por deficiência de pormenores.¹⁷⁵

¹⁷³ OSORIO, Fernando Luis, op.cit., p.7. Grifos meus.

¹⁷⁴ Idem, p. 20.

¹⁷⁵ Idem, p.15.

Fernando Osorio, logo nas primeiras páginas da biografia, arrola argumentos que para ele permitem validar seu texto, deixando claro que, apesar de ter sido escrita por ele – filho do general e, portanto, grande interessado em construir e difundir uma determinada memória sobre seu pai –, tal narrativa procurava se mostrar imparcial. Fernando Osorio tem a pretensão de apresentar sua biografia apenas como uma narrativa, que seria imparcial. O que ele nos apresenta é sua concepção, seu modo de pensar história e a forma de escrevê-la, ou seja, uma história factual que se dispunha cronologicamente na forma do relato. O autor, em suas palavras, estava apenas “expondo minuciosamente os fatos (...), mesmo porque, o filho criterioso que escreve a vida do pai deve restringir-se a *narrar* os acontecimentos”.¹⁷⁶ E segue dizendo que não lhe era permitido despir-se do pudor natural que o impedia de exibir os erros de seu pai também o proibia de elogiar seus acertos.

Ainda argumentando acerca da veracidade de tudo que havia relatado, diz:

Não faltei à verdade; é a minha crença. Nada ocultei, nem mesmo as acusações feitas a meu pai. Quer-se maior prova da minha imparcialidade? Para evitar a averbação de escritor suspeito, que me poderia ser irrogada, não só procedi daquele modo [narrando], como acompanhei o texto de documentos comprobatórios.¹⁷⁷

Os documentos comprobatórios a que Fernando Osorio faz referência são as cartas que ele trocou com militares, amigos e políticos contemporâneos a Osorio para adquirir relatos sobre a vida de seu pai, e o arquivo pessoal de Osorio. Em “*História do general Osorio*”, vemos o general em sua vida familiar, militar e também política. Em relação à figura política de Osorio, o autor assinala que:

Era o general Osorio dos que julgavam e dos que julgam que – *a farda não abafa o cidadão no peito do soldado*; - que a sua intervenção na política, é natural consequência do *dever patriótico* que obriga o indivíduo a interessar-se tanto pela *guerra* como pela *paz*, pelos destinos da sua pátria, e não conservar-se indiferente ao seu governo.¹⁷⁸ (grifos do autor)

Uma ideia que podemos ver explícita nessa escrita é o tema da intervenção militar na política. O tema é abordado por Fernando Osorio que, na seleção dos fatos que iria descrever sobre seu pai poderia ter optado por silenciar a esse respeito, mas decidiu escrever. Trata-se efetivamente da ideia de que o soldado, antes de qualquer coisa, é um cidadão que a farda não pode abafar. Sendo antes de tudo um cidadão, sua intervenção na política é resultado natural de seu dever patriótico que *obriga* o indivíduo a interessar-se pelo destino da sua Pátria, não podendo se manter alheio a seu governo. No contexto em que Fernando Osorio escreve, cinco anos após a Proclamação da República, que ocorreu via intervenção militar, podemos compreender porque o autor aborda o tema da intervenção e defende a mesma como justa.

A ideia de cidadão-soldado já estava presente na cena política desde 1831, com a criação da Guarda Nacional. Esta colocava nas mãos dos “cidadãos de posses” a tarefa de manter a ordem. O cidadão tornava-se um soldado na medida em que era armado para defender o país.

¹⁷⁶ Idem, p. 17. Grifos do autor.

¹⁷⁷ Idem, p. 20.

¹⁷⁸ Idem, p. 29.

Com a queda do Império, o problema do Exército era o oposto: “tratava-se de criar não o cidadão-soldado, mas o soldado-cidadão”, uma ideologia segundo a qual o Exército se identificava com o povo, como analisa Adriana Barreto de Souza.¹⁷⁹ O soldado como cidadão possuiria o direito de intervir na política, o que legitimava o nascimento do novo regime a partir de um golpe de Estado. O general Osorio, para a República, aparece como o maior exemplo do soldado-cidadão, unindo então as duas faces que deveriam coexistir no novo regime – Exército e povo – vinculando também a ideia de que aquele foi *obrigado* a intervir na política porque este se encontrava alheio ao governo. Além disso, Osorio é sempre destacado como um militar acessível ao povo, *popular*. E o que havia faltado no golpe de 1889, independente do motivo, era justamente o elemento *popular*.

Nas diversas correspondências trocadas entre Fernando Osorio e os amigos de seu pai é destacada essa popularidade de Osorio. Um exemplo é a carta enviada como resposta a Fernando Osorio por Bartolomé Mitre, presidente da Argentina (1862-1868) que, ao lado do Brasil e Uruguai, formou a Tríplice Aliança na Guerra contra o Paraguai (1864-1870), episódio no qual Osorio teria alcançado o ápice de sua popularidade. Em um trecho da carta escrita em Buenos Aires, no dia 27 de julho de 1885, Mitre relatava que “el general Osorio, fué un verdadero númen guerrero para los soldados brasileiros, cuya sola vista les infundia entusiasmo y confianza; y esta gloriosa aureola de *popularidad* militar”.¹⁸⁰

Tal como Adriana Barreto notara para as biografias do duque de Caxias, a obra de Fernando Osorio funciona como uma “matriz discursiva”, a partir da qual surgirão diversas outras narrativas biográficas que seguem em sua essência os assuntos relatados neste livro.¹⁸¹ Ao contrário do que se passara com Caxias, porém, no caso de Osorio, trata-se de construir uma memória popular. As biografias o exaltam como um militar que nascera em uma família humilde e que não tivera oportunidade de estudar – aprendendo apenas as primeiras letras – mas que com esforço e dedicação ascendeu na carreira militar. Ele aparece sempre devotado às necessidades da pátria e como exemplo de soldado, cidadão, militar e político. Muitas das biografias opõem alguns pontos da vida de Osorio à de Caxias, no intuito de justificar o porquê da exaltação do primeiro e o relativo esquecimento do segundo nas primeiras décadas republicanas, como também para compreensão da inversão que ocorrerá a partir da década de 1920, onde Caxias passa a ser exaltado e Osorio relativamente esquecido.¹⁸²

Como afirma Adriana Barreto, nos anos iniciais da República, Caxias era retratado como o estrategista, enquanto Osorio era, nos discursos, o símbolo do soldado-cidadão.¹⁸³

A quinta biografia sobre o general Osorio foi publicada no dia 10 de maio de 1908, centenário de seu nascimento. Nessa data, Leopoldo de Freitas, um literato da época, e ex-aluno da Escola Militar da Praia Vermelha, publicava, em uma conferência realizada no centro da Guarda Nacional de São Paulo, uma narrativa biográfica sobre o general, intitulada “*Centenário de Osório*”.¹⁸⁴

¹⁷⁹ Sobre a ideologia do soldado-cidadão ver: SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: O homem por trás do monumento*. Op.cit; CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. Op.cit.

¹⁸⁰ OSORIO, Fernando Luis, op.cit., p. 4.

¹⁸¹ SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: O homem por trás do monumento*. Op.cit., p.27 - 41.

¹⁸² Ver: CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Op.cit; CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército Brasileiro. Op.cit; SOUZA, Adriana Barreto de. Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar. Op.cit., p.231-251.

¹⁸³ SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: O homem por trás do monumento*. Op.cit., p.30.

¹⁸⁴ FREITAS, Leopoldo de. “Centenário de Osório”. *Casa Cardona*. São Paulo, 1908. 16p.

O autor inicia sua breve narrativa com os seguintes versos de Osório Duque Estrada sobre Osorio:

Herói de Tuiuti: tua memória
guarde o mundo pra sempre, ame-a, idolatre-a.
O bronze eterno que te leva a gloria, enche de orgulho o coração da
Pátria.¹⁸⁵

Osorio Duque Estrada, o autor dos versos citados por Leopoldo de Freitas, era afilhado do general Osorio. Possivelmente a proximidade que tinha com o general e admiração que nutria por ele, o levaram a escrever tais versos em homenagem a seu padrinho no contexto da inauguração do monumento equestre que se erguia em homenagem a Osorio. Duque Estrada, que era filho de militar, assim como Osorio, nasceu em 29 de abril de 1870, no Rio de Janeiro e faleceu em 5 de fevereiro de 1927, também no Rio de Janeiro. Foi professor e poeta, e chegou a iniciar o curso de direito em São Paulo, mas o abandonou a fim de se dedicar a carreira diplomática. Paralelamente, sempre colaborava na imprensa, em quase todos os diários do Rio de Janeiro. Em 25 de novembro de 1915 foi eleito para a Cadeira nº 17 da Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Sílvio Romero.¹⁸⁶

A Batalha de Tuiuti, a qual os versos de Duque Estrada fazem referência, travada em 24 de maio de 1866, foi uma das maiores batalhas da Guerra do Paraguai, da qual Osorio tomou parte e onde se destacou como o maior nome do Exército brasileiro. Esta batalha e esta guerra foram de extrema importância na vida de Osorio, pois em meio ao conflito ele foi promovido a tenente-general (1867) e elevado de barão a visconde do Herval (1868). Após o término do conflito, recebeu, por serviços prestados à pátria, o título de marquês do Herval (1870), e foi promovido por seus atos de bravura à marechal do Exército (1877).

Leopoldo de Freitas, relatando o retorno de Osorio da Guerra do Paraguai, diz que “a cidade do Rio de Janeiro recebeu festiva e triunfantemente o grande guerreiro e *patriota*; *manifestações populares e oficiais* em dias e dias sucessivos o distinguiram e exaltaram”.¹⁸⁷

Após a narrativa biográfica escrita por Freitas, o próximo a escrever sobre a vida do general Osorio foi Roberto Seidl, no mesmo ano, de 1908. Seidl nasceu em 1895, no Rio de Janeiro, e faleceu em 1948, também no Rio de Janeiro. Fez parte da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, ocupando a cadeira de professor de oceanografia. Como sócio do IHGB, Seidl escreveu na Revista do Instituto um pequeno artigo intitulado “*Osorio*”.¹⁸⁸ Neste, ele anunciava que tinha por objetivo participar também das homenagens que estavam sendo prestadas no mês de maio ao general Osorio pelo centenário de seu nascimento e que, por isso, iria recordar alguns aspectos de sua gloriosa personalidade. Seidl recorre diversas vezes à obra de Fernando Osorio e analisa, mesmo que brevemente, as fases da vida profissional de Osorio, apontando as diversas batalhas das quais ele participou. Destaca em especial – como todos seus biógrafos – as da Guerra do Paraguai, mas também chama atenção para sua participação na Farroupilha, entre 1835 e 1845. Afinal, foi nessa campanha que Osorio e Caxias tiveram a oportunidade de se conhecer, construindo uma parceria que resultaria em importantes ações na fronteira sul. Foi também a partir dessa campanha que eles passaram a nutrir um mutuo e elevado apreço, embora os

¹⁸⁵ Idem, p.1.

¹⁸⁶ Ver site da Academia Brasileira de Letras: www.academia.org.br (último acesso em: 29/07/12).

¹⁸⁷ FREITAS, Leopoldo de, op.cit., p.13. Grifos meus.

¹⁸⁸ SEIDL, Roberto. “Osório”. **RIHGB**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 51, p. 159 – 171, 1908.

“politiqueiros” – para usar um termo de Seidl – criassem intrigas para extremá-los, já que um pertencia ao partido liberal e o outro era chefe dos conservadores.

Seidl também traça, em 1908, um perfil comparativo entre eles, apontando que Caxias foi educado na corte e vivia de maneira afidalgada e Osorio, que foi criado entre gaúchos e soldados, só havia aprendido as primeiras letras com o mestre-sapateiro de sua vila natal.

Adriana Barreto também traçou um perfil comparativo entre Caxias e Osorio, afirmando que:

Apesar de contemporâneos, o duque de Caxias e o general Osório nasceram e viveram em espaços geográficos, sociais, políticos e institucionais totalmente distintos. Destacar isso – que pode parecer óbvio – significa afirmar que as redes de dependência nas quais cada um deles se achava inscrito e o campo de possibilidades a partir do qual negociaram suas práticas como militares e realizaram suas escolhas eram também muito diversos. Todavia, isso não os impediu de construir uma carreira de sucesso: ambos chegaram ao posto de marechal do Exército, o topo da hierarquia militar, e ascenderam na nobiliarquia.¹⁸⁹

Seidl também destaca Osorio como um general próximo dos soldados, como um general popular ao se referir ao lado poeta do general, lado este também sempre lembrado nas narrativas biográficas. Sobre essa questão, Seidl relata que, em 1851, passando Osorio uma noite pela barraca de dois oficiais, notou que eles lutavam para completar uma quadra de que já haviam conseguido dois versos. E como eles, além da falta de jeito para terminar a rima, lamentavam o estado gorduroso da pena, Osorio, depois de ouvir repetirem várias vezes os dois primeiros versos:

Neste triste acampamento
a que o fado me condena

Metendo a cabeça pela porta da barraca, colaborou acrescentando:

Quero escrever os meus males
Tem graxa o bico da pena.¹⁹⁰

Entre as narrativas biográficas publicadas até 1930 (anexo 2), destacamos também o segundo volume da “*História do general Osorio*”.¹⁹¹ Esse volume foi escrito pelos netos de Osorio: Joaquim Luis Osorio e Fernando Luis Osorio Filho – filhos de Fernando Luís Osorio, e também sócios do IHGB.

Joaquim Luis Osorio nasceu em Pelotas, Rio Grande do Sul, em 1881, e faleceu em 1949, no Rio de Janeiro. Formou-se bacharel em Direito pela *Faculdade Livre de Direito* no Rio de Janeiro, em 1902 e foi eleito deputado estadual em seu Estado e, desde então, se dedicou preferentemente à política. Seu irmão, Fernando Luís Osorio Filho, nasceu em Pelotas, no Rio Grande do Sul, em 03 de novembro de 1886 e faleceu em Cassino, também no Rio Grande do

¹⁸⁹ SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009. p. 91.

¹⁹⁰ SEIDL, Roberto, op.cit., p.166.

¹⁹¹ OSÓRIO, Joaquim Luís; FILHO, Fernando Luís Osório. *História do General Osorio*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos. Vol 2. 1915. 830p.

Sul, em 25 de fevereiro de 1939. Assim, como Joaquim Osorio, Fernando Osorio Filho formou-se bacharel em Direito pela *Faculdade Livre de Direito* no Rio de Janeiro, em 1910. Era romancista, historiador, poeta e biógrafo e membro da Academia RioGrandense de Letras, além de membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS).¹⁹²

A narrativa do segundo volume da “*História do general Osorio*”, escrita por Joaquim Luis Osorio e Fernando Luis Osorio Filho, parte do início da década de 1860 – dando continuidade ao anterior, escrito por Fernando Luis pai – e vai até 1879, com a morte do general. Compreende efetivamente as duas últimas batalhas em que tomou parte Osorio: a do Estado Oriental – conflito envolvendo Argentina, Uruguai e Brasil em função da instabilidade territorial na região do rio Prata – e a do Paraguai. A biografia relata as ovações populares que Osorio recebeu em varias cidades do Brasil, em 1877, apontando também seus últimos trabalhos políticos, como chefe do Partido Liberal no Rio Grande do Sul, como Senador do Império e Ministro do Estado.

Os netos Joaquim Luis Osorio e Fernando Luis Osorio Filho dão continuidade ao trabalho do pai, exaltando a figura do avô como liderança popular, e destacando sua atuação como cidadão, soldado e político desvelado ao serviço da nação. O volume é publicado no dia 24 de maio de 1915, dia da Batalha de Tuiuti, batalha esta que consagrou o nome de Osorio como herói nacional. A data foi celebrada com desfiles cívicos e comemorações em frente a estátua do general, na Praça XV de Novembro, como ocorria em todo 24 de maio – como veremos adiante.

Desde a primeira biografia sobre Osorio, escrita em 1877 – quando o general ainda estava vivo – até as publicadas na década de 1930, e que fazem parte de nosso recorte, Osorio é retratado como exemplo de soldado e de cidadão patriótico e, ao mesmo tempo, amado e exaltado pelo povo, por seu caráter popular. Ele conseguiria unir, assim, as duas faces do novo regime que no momento do golpe estavam extremados, mas que deveriam aparecer unidos. Além disso, exaltar Osorio era uma maneira do povo riograndense exaltar sua história e se fazer presente na história nacional.

Até a década de 1930, Osorio era a figura do Exército mais exaltada, não só pelas narrativas biográficas, mas através de liturgias cívicas, que não se restringiam à capital federal, e da inauguração do monumento equestre em sua homenagem na Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro. Este monumento passou a ser o local de comemoração anual de datas como a Batalha de Tuiuti e aniversários do general.

3.2. O 24 de maio: as homenagens a Osorio (1894-1930)

Ao longo das décadas, diversos periódicos registraram as comemorações em homenagem ao general Osorio, sendo *O Paiz* um deles. Fundado em 1884, e um dos mais vendidos no Rio de Janeiro,¹⁹³ *O Paiz* exercia grande influência na opinião pública. Era de propriedade de João José dos Reis Junior, o conselheiro conde de São Salvador de Matosinhos, e tinha como redator chefe Quintino Bocaiúva. Republicano convicto, Bocaiúva orientava a propaganda republicana através deste periódico. Na época da inauguração da estátua de Osorio (12 de novembro de 1894), *O Paiz* apresentou em suas páginas muitas matérias sobre a semana de festejos que marcaram a capital e sobre as comemorações organizadas para a inauguração do monumento. Em uma delas, o jornal

¹⁹² Sobre os dados biográficos de Joaquim Luis Osorio e Fernando Luis Osorio Filho Ver: MARTINS, Ari. *Dicionário Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1978.

¹⁹³ SODRÉ, Nelson Werneck, op.cit., p.266.

dizia: “O povo brasileiro paga hoje um novo tributo de gratidão à memória do ínclito soldado que tanto glorificou por feitos de admirável bravura as páginas da história nacional”.¹⁹⁴ *O Paiz* descreveu, na edição do dia 12 de novembro de 1894, toda a comemoração daquele dia em que era inaugurado o monumento equestre em homenagem a Osorio, e que havia sido projetado em 1879 pela Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária.

O monumento, nos anos seguintes, serviria justamente como local de encontro para celebrar o aniversário da Batalha de Tuiuti, que consagrou Osorio como o maior herói da Guerra do Paraguai e um dos maiores militares do século XIX.

Assim, após analisarmos todas as edições de *O Paiz* entre 1894 e 1930, podemos afirmar que este jornal, a partir de 12 de novembro de 1894, data da inauguração da estátua equestre do general Osorio, na Praça XV de Novembro, se ocupou de comemorar todo ano o dia 24 de maio (dia da Batalha de Tuiuti), lembrando em suas páginas, através de uma notícia grande ou de uma pequena nota, a batalha e a participação do general Osorio nela. Isso era necessário, segundo avaliação do próprio periódico, para que não caíssem no esquecimento nem o fato nem seu herói.

Em 1895, ano seguinte à inauguração do monumento de Osorio na Praça XV de Novembro, rememorando os vinte e três anos da Batalha de Tuiuti, o jornal *O Paiz* trouxe na sua edição de 24 de maio uma nota para exaltar os militares que lutaram nessa guerra que dizia: “acima de todos paira o vulto épico e legendário de Osorio: foi ele a alma da resistência; foi ele o organizador da ofensiva, o comandante de todos os corpos empenhados na ação”.¹⁹⁵

A Batalha de Tuiuti era, então, a comemoração oficial do Exército, que se reunia em frente a estátua do general Osorio para rememorar o episódio e exaltar a memória daquele que saiu como seu maior herói. O projeto da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária, que havia sido concretizado com a inauguração do monumento, mostrava sua eficácia: Osorio era o grande nome do Exército brasileiro naquele momento e, com ele, o Rio Grande do Sul também era lembrado. A vitória no dia 24 de maio de 1866 se devia ao herói riograndense, como se referia a seguinte poesia, escrita por Artur Azevedo, que assinava com o pseudônimo “Gavroche”:

Vamos a Praça 15 de Novembro,
Para saudar o herói riograndense.
Que no bronze ali vive! A todos lembre,
Que a glória desta data lhe pertence!
Gavroche.¹⁹⁶

Como dito, todos os anos havia uma publicação se referindo à Tuiuti, a Osorio e as comemorações que ocorreriam em homenagem a ambos. No 24 de maio de 1899, por exemplo, o assunto foi tratado em várias matérias pelo jornal que não se limitou a lembrar do ocorrido, mas descreveu todos os momentos da Batalha de Tuiuti e a atuação detalhada do general Osorio neste conflito. Podemos associar o empenho nesse ano na rememoração desta Batalha e da atuação de Osorio nela aos dez anos da proclamação da República. Para *O Paiz*, “na memória da Nação está viva a lembrança dos feitos extraordinários de valor e de heroísmo, praticados então de parte a parte”.¹⁹⁷

¹⁹⁴ *O Paiz*, 12 de novembro de 1894.

¹⁹⁵ *O Paiz*, 24 de maio de 1895.

¹⁹⁶ *O Paiz*, 24 de maio de 1896.

¹⁹⁷ *O Paiz*, 24 de maio de 1899.

O jornal informava que a comemoração do aniversário da batalha seria realizada junto à estátua do general Osorio, homenagem promovida pela Associação dos Veteranos da Guerra do Paraguai. Ao Presidente da República – Campos Sales – coube neste ano depositar uma coroa na base do monumento, diante do Exército, da Armada, da Guarda Nacional e da polícia e diversas bandas de música. Vale ressaltar que o Presidente da República esteve presente em praticamente todas as solenidades realizadas em comemoração ao 24 de maio entre 1894 e 1930. Quando ausente, o que foi raro, enviava um representante do governo em seu lugar.

O programa de festejos do ano de 1899 contou ainda com a realização, a noite, de uma sessão solene na Biblioteca do Exército, no Rio de Janeiro, sob a presidência do marechal José de Almeida Barreto que combateu ao lado de Osorio na Guerra do Paraguai.

Em homenagem ao aniversário da Batalha de Tuiuti, no ano de 1899, ainda foi escrito um poema, intitulado “24 de maio”, de autoria de Eutícinio Mata:

Salve, terra brasileira!
Berço de atletas e grandes,
Estrela que do infinito
Brilho no topo dos Andes.

A data que hoje passa
É de glórias um poema.
Brio, patriotismo, valor.
Constituem o teu emblema.

Nos campos de Tuiuti
Muito sangue ali jorrou;
Muito louro conquistado
Tua frente coroou.

Mallet, Argollo e Osorio,
Glorias que o país lamenta,
Astros iluminando a Pátria
Em dias de alta tormenta.

De Amazonas ao Prata
Corre a brisa embalsamada,
Perfumando esses laureis
Da Nação glorificada.
O futuro, que além vós,
Debaixo de um céu de anil
Fará nobre o majestoso
O grande nome Brasil.¹⁹⁸

No “24 de maio” de 1900 – comemoração dos trinta e quatro anos da Batalha de Tuiuti – *O Paiz* trouxe em matéria de capa aquele que foi colocado ainda durante a guerra como o personagem principal desta batalha: o general Osorio. Com matéria intitulada “general Osorio” e um retrato do oficial, o periódico se referiu à Batalha de Tuiuti como um dos feitos mais gloriosos do Exército brasileiro, sendo esta a maior batalha campal já travada na América do Sul.

¹⁹⁸ *O Paiz*, 24 de maio de 1899.

Segundo *O Paiz*, nessa guerra, destacou-se entre os bravos, o imenso vulto de Osorio, que é exaltado como “o exemplo vivo do patriotismo, que não mede sacrifícios nem audácias, é a legenda imortal da nossa coragem, doce amigo na paz e anjo terrível do extermínio na guerra”.¹⁹⁹

No ano seguinte, 1901, o jornal fez apenas uma pequena menção ao aniversário da Batalha de Tuiuti, em matéria intitulada, como de costume, “24 de maio”. Entretanto, continuava a se referir à data como “gloriosa”. No periódico não há nada que permita justificar a pouca celebração do aniversário da Batalha de Tuiuti nesse ano, mas é certo que a partir do ano seguinte, em todo 24 de maio, haveria grandes comemorações. Isso porque, em 15 de novembro de 1901, através do decreto n° 4238, “o governo Campos Sales criou a medalha do mérito militar e fixou a data de entrega no dia 24 de maio”, na tentativa do presidente civil se aproximar das forças militares, como afirma Adriana Barreto de Souza.²⁰⁰

Assim, em 1902, as comemorações, segundo *O Paiz*, foram pomposas e transcorreram durante todo o dia 24 de maio. Foram distribuídas medalhas comemorativas e regimentos de cavalaria foram incumbidos de dar salvas aos festejos, contando a festa com a presença do Presidente da República, Campos Sales. A banda de música do Corpo de Marinheiros Nacionais tocou alvorada em frente à estátua de Osorio, na Praça XV de Novembro, e a Associação dos Veteranos da Guerra do Paraguai ficou encarregada de depositar na estátua uma coroa de louros. A Associação também fez rezar às nove horas e trinta minutos, na Igreja da Cruz dos Militares, uma missa pela alma daqueles que sucumbiram durante a Batalha de Tuiuti.

No ano seguinte, 1903, o jornal dava destaque para o desfile que os batalhões de infantaria promoveram da Praça da República até a estátua do general Osorio, na Praça XV de Novembro. O desfile era uma homenagem a Osorio e ao aniversário da Batalha de Tuiuti. O desfile, assim como as outras homenagens, contou com a presença do Presidente Rodrigues Alves, dando continuidade a aproximação entre o presidente civil e as forças militares iniciada com o decreto estabelecido no governo anterior, de Campos Sales.

Anualmente, em todo 24 de maio, rememorou-se a Batalha de Tuiuti, que consagrou Osorio como um dos maiores militares do século XIX. Em cada data, *O Paiz* noticiou as homenagens rendidas a essa batalha e ao general Osorio. No aniversário de quarenta anos de Tuiuti, em 24 de maio de 1906, não foi diferente. A comemoração teve início com o toque de alvorada em torno da estátua do general Osorio e, sem seguida, ocorreu uma longa marcha militar pelas ruas adjacentes ao monumento até retornar à Praça XV de Novembro. Todas as bandas de música tocaram alvorada em seus quartéis e todos os corpos da guarnição enviaram um esquadrão para prestar continência à estatua de Osorio.

Em 1907 este periódico publicava as seguintes palavras sobre as homenagens do 24 de maio:

A comemoração que hoje faz o exército nacional em torno da estátua do legendário general Osorio é uma das mais justas e que maior desvanecimento devem levar à alma patriótica dos nossos bravos soldados.

Foi, realmente, a Batalha de Tuiuti uma das que mais serviram para destacar a bravura dos brasileiros, pondo em relevo a presteza de execução dos planos estratégicos reclamados pela situação arriscada e serenamente ordenados, bravura e serenidade que o tipo de Osorio encara genialmente (...).

¹⁹⁹ *O Paiz*, 24 de maio de 1900.

²⁰⁰ SOUZA, Adriana Barreto de. Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar. Op.cit., p. 240.

Comemorando a gloriosa data de hoje, bandas de músicas, clarins e cornetas tocarão alvorada junto à estátua do grande general Osorio.²⁰¹

Mesmo com o passar dos anos, a Batalha de Tuiuti e a participação do general Osorio nela eram sempre rememorados, fosse com grandes ou pequenos festejos.

No ano do 42º aniversário de Tuiuti, em 1908, comemorou-se também o centenário natalício do general Osorio – nascido a 10 de maio de 1808. *O Paiz* noticiou as comemorações do centenário de Osorio, anunciando entre os dias 8 e 10 de maio de 1908 o programa das comemorações que ocorreriam nos dias 10, 11, 23 e 24 de maio, encerrando na data de comemoração da Batalha de Tuiuti.

Fazia parte do programa no dia do centenário:

Uma alvorada pelas bandas de música, bandas de clarins do exército junto a estátua do general na Praça Quinze. Comissões militares depositarão coroas de louros e flores naturais no pedestal da estátua. O Sr presidente da República e demais autoridades civis e militares assistirão da Repartição Geral dos Telégrafos.²⁰²

No dia 10 de maio de 1908, em uma matéria de capa intitulada Centenário de Osorio, *O Paiz* trouxe três imagens do general Osorio em momentos distintos. Vejamos as imagens:

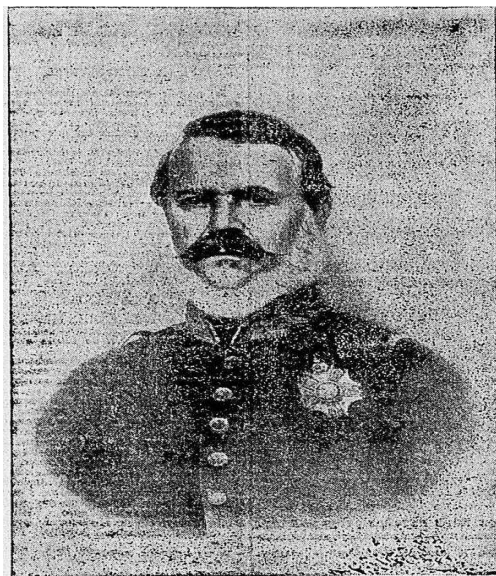


Figura 10. Osorio no tempo da Campanha do Paraguai.

²⁰¹ *O Paiz*, 24 de maio de 1907.

²⁰² *O Paiz*, 10 de maio de 1908.



Figura 11. O último retrato de Osório.

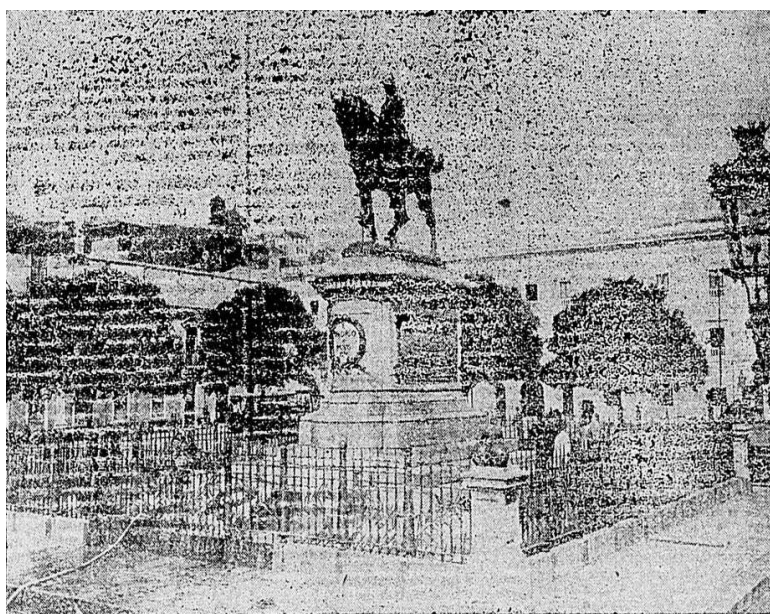


Figura 12. A estátua de Osório.²⁰³

Essas três imagens, a nosso ver, correspondem às etapas da construção da memória sobre o general Osório. Na primeira imagem (Figura 10), refere-se a Osório durante a Campanha do

²⁰³ Essa imagem e as duas anteriores foram retiradas de *O Paiz*, 10 de maio de 1908.

Paraguai; a segunda (Figura 11) representa Osorio já nos últimos momentos de sua vida; e a terceira imagem (Figura 12) representa Osorio eternizado no bronze de Bernardelli.

O jogo de imagens e palavras que esse periódico trouxe em 1908 nos mostra como, antes da Guerra do Paraguai, Osorio já era reconhecido como um militar de destaque; Mas foi após a guerra que ele passou a ser exaltado, cultuado. A expressão maior desse culto é o monumento erguido na Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro.

Sintetizando a atuação de Osorio nesta guerra, *O Paiz* afirma que:

Foi propriamente no decurso de pouco mais de um mês que a espada do herói [Osorio] traçou a sua epopéia sobre o solo paraguaio, desde a passagem do Paraná, a 16 de abril, até a batalha de 24 de maio de 1866 [Tuiuti].²⁰⁴

Para ocasião do centenário do general Osorio foi composto um Hino em sua homenagem. Com música de Francisco Braga (1868 -1945) – compositor e professor brasileiro, que já havia composto, cinco anos antes, o Hino à Bandeira –, e letra de Leôncio Correia (1865-1950), um escritor, jornalista e político brasileiro. Os autores do Hino a Osorio também compuseram, anos mais tarde, em 1938, um Hino à Deodoro da Fonseca.

O Hino em homenagem a Osorio foi cantado junto à sua estátua, na Praça XV de Novembro, pelo Instituto Profissional Feminino com a banda do Instituto Profissional Masculino, e publicado no *O Paiz*, de 10 de maio. Transcrevo abaixo um trecho deste Hino:

(...) Os teus feitos, recolhe-os a história,
Com carinho amor maternal,
Filho augusto e querido da glória,
Na saudade, da Pátria, imortal!
As crianças, no teu centenário,
Dão-te os hinos do amor juvenil,
Tipo austero de herói legendário,
Honra, orgulho do amado Brasil!²⁰⁵

As celebrações rendidas na semana do centenário de Osorio foram pomposas e marcadas por grande entusiasmo popular. Os festejos se repetiram no dia 24 de maio. Nessa data, *O Paiz* trouxe também, em matéria de capa, as notícias sobre os 42 anos da Batalha de Tuiuti. Com um grande retrato do general Osorio montado a cavalo (Figura 13), no centro da primeira página, o jornal narrou a mais importante batalha da Guerra do Paraguai, destacando a atuação de Osorio. Anunciava ainda que:

O aniversário da gloriosa batalha de Tuiuti (...) será comemorado hoje do seguinte modo: junto à estátua do heróico Osorio, na Praça Quinze de Novembro, tocarão alvorada a banda de clarins do 9º e uma de música de um dos corpos da 7º brigada.²⁰⁶

²⁰⁴ *O Paiz*, 10 de maio de 1908.

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ *O Paiz*, 24 de maio de 1908.

A Batalha de Tuiuti tornava-se, assim, a festa maior do Exército brasileiro, onde se comemorava e exaltava o nome de Osório.²⁰⁷ E, como observa Celso Castro, a comemoração desta batalha não se restringia à capital federal. O 24 de maio era comemorado também em unidades militares espalhadas por todo o país. Os jornais – como afirmou Celso Castro – “muitas vezes referiam-se à data como ‘O Dia do Exército’ ou ‘A Festa do Exército’. Osório era invariavelmente retratado como o maior herói de Tuiuti e o mais popular dos generais brasileiros”.²⁰⁸

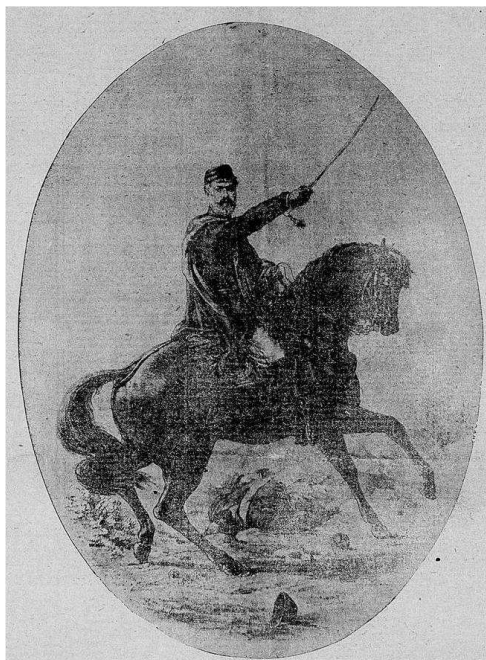


Figura 13. General Osório – Batalha de Tuiuti.²⁰⁹

O Paiz, ano após ano, rememorava cada “24 de maio” e a figura de Osório. O periódico dava destaque às comemorações a serem rendidas por ocasião dessa batalha, que sempre aconteciam diante da estátua do general Osório, desde a sua inauguração em 1894. Assim, em 1911, o jornal destacava que:

Foi o general Manoel Luiz Osório o primeiro comandante-chefe do nosso exército nas operações contra as tropas de Lopez. Tão inquebrantável era a sua energia e tamanha a sua habilidade, prática das coisas de guerra e conhecimento das qualidades fundamentais do nosso povo, que os voluntários que eram remetidos do Rio de Janeiro ele imediatamente os convertia em magníficos soldados.²¹⁰

O Exército solenizava a cada ano essa data com manifestações de entusiasmo diante da estatua do herói da Guerra do Paraguai. Osório havia se tornado, para o culto da defesa da Pátria,

²⁰⁷ Hoje a maior festa do Exército é o Dia do Soldado, comemorado no aniversário de Caxias. Ver: CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Op.cit.

²⁰⁸ CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército Brasileiro. Op.cit., p.2.

²⁰⁹ *O Paiz*, 24 de maio de 1910.

²¹⁰ *O Paiz*, 24 de maio de 1911.

na avaliação de *O Paiz*, “a figura paradigmática que é Tiradentes em relação às primeiras aspirações de liberdade brasileira”.²¹¹

Esse culto a Osorio levava à organização de solenidades em todo 24 de maio, que consistiam basicamente em marcha cívica pelas ruas adjacentes à estátua, bandas de música, alvorada e homenagens em frente à estatua de Osorio.

No dia 24 de maio de 1918, *O Paiz* afirmava que:

Ainda que o tempo percorrido faça esbater-se o sentimento primitivo de uma guerra que só recorda sem ódios, antes reconhecendo o valor do adversário, lembrar fatos como o da empenhada batalha travada em Tuiuti, a 24 de maio, é acender na alma brasileira o amor da nacionalidade, pois só glorificando os seus heróis conseguem as nações levantar o coração das gerações futuras.²¹²

O 60º aniversário da Batalha de Tuiuti, em 1926, foi brilhantemente comemorado na capital federal. Para *O Paiz*, tal acontecimento não poderia mesmo ficar esquecido, por ser essa “a data que relembra um dos maiores feitos militares da nossa história, e em que os soldados brasileiros defenderam com bravura a honra da nossa Pátria e a integridade do nosso território”.²¹³

A Batalha de Tuiuti era tratada por *O Paiz* como uma data do Exército e da nação, e Osorio era a principal figura a ser lembrada nessa data, tornando-se sem dúvida o elo de ligação entre os dois. Na edição de 24 de maio de 1930, esse jornal dizia que:

A Batalha do Tuiuti foi um dos episódios decisivos da longa e sangrenta campanha que fomos forçados a sustentar contra o governo de Solano Lopez. Nela cobriram-se de glórias imperecíveis os bravos soldados brasileiros, que o gênio militar e a bravura destemida de Osorio levaram ao triunfo, num momento difícil da campanha. Em Tuiuti tínhamos que vencer ou morrer. Vencemos. O que isso custou do heroísmo e de sangue das nossas tropas dizem-nos as crônicas da época, os fastos da nossa história militar.²¹⁴

O general Osorio e a Batalha de Tuiuti eram rememorados e homenageados também internacionalmente. O periódico argentino *De La Nacion* também expressava sua homenagem a Osorio:

El Brasil há tributado à la memoria del mariscal. D. Manuel Luis Osorio um homenaje digno de las altas cualidades y merecimientos del héroe. Hemos dicho, al recordar la figuración de esse guerrero en las campañas del ejército grande contra Rosas y de la triple alianza contra el despotismo paraguaio la íntima amistad que mantuvo com soldados ilustres de nuestro país, que en ele reconocían à um camarada afectuoso y a um protótipo de valor y lealtad.²¹⁵

²¹¹ *O Paiz*, 24 de maio de 1914.

²¹² *O Paiz*, 24 de maio de 1918.

²¹³ *O Paiz*, 24 de maio de 1926.

²¹⁴ *O Paiz*, 24 de maio de 1930.

²¹⁵ Una Carta del general Gelly y obes. Arquivo General Osorio, IHGB. 1927.

Segundo *De La Nacion*, o general Osorio era visto pelos soldados argentinos como um militar afetuoso e leal. Além dessas qualidades, seus biógrafos brasileiros buscavam destacá-lo como um general extremamente popular. O mesmo fazia os periódicos e revistas quando publicavam alguma matéria sobre Osorio. E, ao se exaltar as qualidades de Osorio, o Rio Grande do Sul e a história riograndense comumente eram exaltados também.

Para a Revista do Clube Militar,²¹⁶ “na Batalha de Tuiuti o heróico general rio-grandense elevou-se às vertiginosas alturas em que pairam os mais célebres condutores de homens em pugnas cruentas”.²¹⁷ Nas palavras do duque de Caxias, segundo publicação desta revista, “general completo, Osorio era a encarnação da bravura, da firmeza da alma, do ímpeto combativo. Perspicácia, prontidão e serenidade, revelava nas mais graves situações, valendo por si só exércitos”.²¹⁸

O *Correio da Manhã*, periódico brasileiro, publicado no Rio de Janeiro, de 15 de junho de 1901 até 8 de julho de 1974, e dirigido pelo jornalista Eduardo Bittencourt, homenageando o general Osorio pela sua atuação na batalha de Tuiuti, expôs em matéria de primeira página que:

Osorio tudo vê, tudo providencia. Não escapa a sua penetrante percepção de general em chefe, a menor modificação da batalha, cujas alterações vão impressionar a sua sensibilidade de verdadeiro cabo de guerra como as perturbações vulcânicas se registram num sismógrafo. Ele tem o sexto sentido, inato aos homens de guerra e pelo qual presente o perigo e advinha a vitória.²¹⁹

O periódico *O Radical*, fundado em julho de 1932 pelo tenente João Alberto Lins Barreto, por sua vez, utilizou, tal como o duque de Caxias, o adjetivo “bravura” para caracterizar Osorio em uma matéria sobre o 24 de maio: “a bravura de Osorio é um exemplo vivo para a nacionalidade”.²²⁰ Dentre as palavras de homenagem prestadas à Osorio, *O Radical* publicou nesta data um discurso pronunciado pelo general Mitre – militar argentino e comandante em chefe dos exércitos aliados –, em 1866, onde externava sua opinião sobre Osorio:

O general Osorio não é o que se diz com espírito vulgar – um valente: valente são muitos. Para mim, ele tem outra qualidade mais estimável: a prudência! O gênio militar do general e a sua estratégia fizeram-lhe pressentir a batalha de 24 de maio. Dizia-me ele dois dias antes: um reduto no centro do exército bem artilhado nos dará um importante ponto de apoio contra qualquer tentativa séria. Com efeito, a formidável bateria que com tão sábia precisão tinha lembrado e estabelecido o general Osorio no centro da nossa linha, ao mando do bravo general Mallet, salvou-nos da derrota.²²¹

O general Emílio Mallet, a quem o discurso de Mitre faz referência, foi um militar brasileiro nascido na França e que combateu, ao lado de Mitre e Osorio, na Guerra do Paraguai. Sobre Osorio e sua atuação nesta guerra, Mallet externou, após o falecimento de Osorio, que:

Osorio era um gênio militar. Não comandava somente, brigava também. Não conheci outro general que dispusesse de um golpe de vista mais admirável. Era

²¹⁶ Começou a ser publicada em outubro de 1926, tinha como diretor o marechal Dr. Joaquim Marques da Cunha.

²¹⁷ Revista do Clube Militar, outubro de 1927. Arquivo General Osorio. IHGB.

²¹⁸ Idem, Ibidem.

²¹⁹ *Correio da manhã*, 23 de maio de 1937. Arquivo General Osorio. IHGB.

²²⁰ *O Radical*, 24 de maio de 1939. Arquivo General Osorio. IHGB.

²²¹ Idem.

um chefe em todo rigor da palavra. De um relance apoderava-se logo da situação e do inimigo. Possuía a grande habilidade de saber ligar as operações ao terreno, de modo a tirar deste todas as vantagens.²²²

Em todas as festas de “24 de maio”, desde a inauguração da estátua do general Osorio na Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, forma-se um destacamento de Armas do Exército e da Armada que desfilam em continência ao monumento, sempre com a participação da população carioca.²²³

Desse modo, até a década de 1930, Osorio era a figura do Exército mais exaltada, não só pelas narrativas biográficas, mas através de liturgias cívicas, que não se restringiam à capital federal, e da inauguração do monumento equestre em sua homenagem na Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro.

A memória que se erguia sobre Osorio vai perdurar no pós 1930, mesmo diante da exaltação oficial de outro grande militar do século XIX: o duque de Caxias.

3.3. A inversão da década de 1930

A partir da década de 1920, início da década de 1930, se verifica uma inversão: Caxias, antes esquecido, passa a ser alvo das comemorações oficiais e Osorio, que durante as três primeiras décadas republicanas, era o personagem histórico mais comemorado, entra em relativo esquecimento.²²⁴ É um esquecimento relativo, primeiramente porque embora os festejos oficiais estivessem sendo direcionados ao culto a Caxias, textos biográficos comemorativos ou não e outros tipos de lembranças sobre o general Osorio continuaram a ser cunhados no pós-1930. E, em segundo lugar, como afirma Celso Castro, o que ocorre efetivamente é um rebaixamento, já que Osorio vai ser patrono de uma das Armas do Exército, a cavalaria, enquanto Caxias é feito patrono do Exército. A maior festa do Exército passou a ser o dia do nascimento de Caxias, 25 de agosto, e nesta data comemora-se também, a partir de 1925, o Dia do Soldado. Essa inversão teve início a partir de uma proposta surgida no IHGB que contou com rápida adesão de Setembrino de Carvalho, então ministro do Exército.²²⁵

O culto a Caxias – na avaliação de Celso Castro – é fruto de uma mudança no cenário político nacional quando, na década de 1920, ocorriam as revoltas tenentistas que agitavam e desestruturavam a organização do Exército brasileiro. Com o progressivo fechamento político que levaria à ditadura do Estado Novo (1937), Caxias aparecia como símbolo da união entre os militares e, acima de tudo, da própria nação, pois era representado como o militar que mais havia lutado pela integridade nacional. Ele aparecia como a expressão nacional conservadora da República. Como observou Castro, “essa imagem conservadora de Caxias existia desde o Império, mas agora era *reapropriada* com novos sentidos e em um novo contexto”.²²⁶ Osorio era a expressão de uma República democrática ou que se propunha assim (1889-1930), Caxias passa a ser a expressão de um regime conservador.

²²² Idem.

²²³ Idem.

²²⁴ Sobre a exaltação de Caxias e o relativo esquecimento de Osorio, Ver: CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Op.cit.; CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército Brasileiro. Op.cit.

²²⁵ CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército Brasileiro. Op.cit., p.4.

²²⁶ CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Op.cit., p.22. Grifos nossos.

Mas, como disse anteriormente, a memória sobre Osorio não caiu no total esquecimento com a ascensão do culto a Caxias. Vemos uma continuidade no pós-1930 das narrativas escritas sobre Osorio e das homenagens a ele rendidas. Essas narrativas seguem basicamente a mesma organização da biografia feita por Fernando Osorio, sendo que são menores em sua extensão. Apresentam Osorio e sua origem humilde, as batalhas que participou, o destacam em meio a família e apontam, também, seu lado poeta e bonachão. Além de ser recorrente nesses textos a demonstração de sua popularidade com seus subordinados e também com o povo.

Grande parte dos que escrevem sobre Osorio neste período era de oficiais do Exército Brasileiro. O coronel João Batista de Magalhães, por exemplo, aparece como o maior biógrafo do general após Fernando Osorio e seus filhos, sendo suas obras constantemente referidas nas ocasiões de homenagem ao general Osorio.

Em 1924, por exemplo, um orfanato que havia sido criado no Rio de Janeiro pelo decreto 14.856 de 1º de junho de 1921, recebe o nome de Fundação Osorio, destinado exclusivamente a órfãos de militares.

Após 1930, Osorio continua sendo rememorado através de biografias. Em 1946, o coronel João Batista de Magalhães escreve a biografia “*Osório: símbolo de um povo, síntese de uma época*”,²²⁷ que será aludida em várias ocasiões de homenagem a Osorio. Magalhães, que nasceu no Rio de Janeiro em 1887 e faleceu em 1966, também no Rio de Janeiro, era membro da academia de história militar terrestre do Brasil, historiador e pensador militar. Para ele, Osorio é símbolo de um povo porque nasceu plebeu e fez-se se inscrever na nobreza do Império; por ser um guerreiro ilustre; por ter sacrificado seus interesses a serviço da Pátria; porque soube ser soldado e político ao mesmo tempo, sem confusão de deveres, agindo sempre em favor do bem nacional e não por interesses particulares.²²⁸ E ele seria síntese de uma época porque seu nome surge sempre quando se estuda os fenômenos marcantes da vida social e política do país durante o século XIX.

Em seu texto, “*Osório, soldado e poeta*”,²²⁹ Magalhães traça um perfil comparativo entre Caxias e Osorio buscando verificar porque estava se promovendo a ascensão do primeiro e se esquecendo o segundo. Para ele, ambos tiveram a mesma importância ao longo do século XIX e de modo algum Osorio pode ser considerado em segundo plano. Segundo Magalhães, “nenhuma razão valiosa há, portanto, para se preferir o Duque ao Marquês como típico herói militar, o bom modelo a seguir, tanto mais que Osorio se mostrava, de fato, tão amigo da ordem quanto Lima e Silva”.²³⁰ Segundo o autor, ao duque talvez se preferisse Osorio se as tendências da década de 1930 fossem de culto a liberdade e não de reação contra ela, fazendo assim menção a ditadura do Estado Novo.

Quatro anos após a publicação de João Batista Magalhães, o major Jaime Prestes Pacheco que pertencia a arma de cavalaria do Exército Brasileiro, assim como Osorio, apresenta, em 1950, na Fundação Osorio, por ocasião da comemoração do 142º aniversário natalício de seu patrono – o general Osorio – a conferência “*O poder Carismático de Osorio*”.²³¹ Nessa conferência, Pacheco relata que todos os anos, naquela data, a fundação comemora o aniversário de seu patrono. O autor destaca que Osorio sempre teve em mente a questão da educação dos órfãos de

²²⁷ MAGALHAES, João Batista de. *Osório: símbolo de um povo, síntese de uma época*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1946.

²²⁸ Idem.

²²⁹ MAGALHAES, João Batista de. “Osório, soldado e poeta”. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, v.5, n.15, 0, p.78-92, dez.1947.

²³⁰ Idem, p.80.

²³¹ PACHECO, Jaime Prestes. *O poder carismático de Osório*. Rio de Janeiro, 1950.

militares, mesmo antes de alcançar o Senado e o Ministério da Guerra. Isso pode ser verificado, segundo Pacheco, nas palavras que Osorio escreve a Caxias:

Aproveito a ocasião para mandar a relação de quatro viúvas que se acham nesta cidade e que ficaram na miséria, porque esta é a sorte das mulheres e filhos de militares. V. Exa. tomará estas infelizes sob sua proteção, como tem feito a outras e fará sem dúvida as que constarem da relação que mais tarde enviarei.²³²

Pacheco aponta ainda que diversos aspectos da personalidade de Osorio têm sido destacados nesta fundação, tal como os seus feitos gloriosos de general são estudados por notáveis figuras da história, da escultura e da pintura. O autor chama atenção para alguns fatos que nós já apontamos anteriormente, como: Osorio ter recebido os títulos de cidadão argentino e cidadão uruguaio – por ter se destacado na Guerra do Paraguai; E Deodoro da Fonseca, numa cerimônia em Porto Alegre, ter oferecido a Osorio uma espada de ouro.²³³

Em 1967, já em plena ditadura militar, o coronel Francisco Ruas Santos (1914-2008), natural de Belo Horizonte, então comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro, escreveu o texto “*Osório: contribuição às comemorações do 1º centenário da Batalha de Tuiuti*”, publicado pela Biblioteca do Exército (BIBLIEX).²³⁴ Analisando a atuação de Osorio nesta batalha, Francisco Ruas aponta que o general se destacou por suas ações estratégicas. O autor cita as palavras de Bartolomé Mitre que sintetizaria a atuação de Osorio e, mais que isso, demonstraria a importância de Osorio para os soldados:

Na batalha de 24 de maio o seu comportamento como general e como soldado foi brilhante, patenteando dotes de mando no momento da ação, com verdadeiras inspirações, reparando com admirável presença de espírito os contrastes sofridos pela primeira linha e completando com um golpe decisivo, no qual se expôs pessoalmente, infundindo nos soldados o seu ardor, que logo o transformou em ídolos deles. Desde esse dia o general Osório foi um verdadeiro nome guerreiro para os soldados brasileiros, a sua presença bastava para lhes infundir entusiasmo e confiança.²³⁵

Ao longo das décadas foram escritos outros textos biográficos sobre Osorio, o exaltando como herói nacional. Todas as obras de cunho biográfico escritas sobre o general se baseiam na “*História do general Osorio*”, escrita por Fernando Luís Osorio (primeiro volume), e Joaquim Luís Osorio e Fernando Luís Osorio Filho (segundo volume), seguindo basicamente a mesma linha argumentativa. Citei aqui, no pós-1930, alguns deles, visto que não se constitui em objetivo deste capítulo sua análise efetiva. Entretanto, se faz necessário mencioná-los para verificarmos que o culto a Osorio por meio das narrativas biográficas teve prosseguimento, mesmo com a inversão que promoveu Caxias ao foco das grandes comemorações nacionais.

²³² Apud, Idem, p. 12.

²³³ Idem, p. 8.

²³⁴ As informações biográficas sobre o autor foram retiradas do *site* da Força Expedicionária Brasileira (FEB): http://www.anvfeb.com.br/francisco_ruas_santos. (último acesso em: 10 de agosto de 2012).

²³⁵ SANTOS, Francisco Ruas. “Osório: contribuição às comemorações do 1º centenário da Batalha de Tuiuti”. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1967. p.147.

Mas não só pelas narrativas biográficas, Osorio continuou a ser cultuado. Em 1958 pela ocasião de seu sesquicentenário foram lançados selos e medalhas comemorativas em sua homenagem. Além da Fundação que acolhia as órfãs de militares, foi criada, em 1970, a Fundação Parque Histórico Marechal Manuel Luis Osorio que teve sua origem na ideia de restauração da casa onde nasceu o Osorio, no Rio Grande do Sul. Tal ideia ocorreu em 09 de maio de 1969, por inspiração do então Comandante do III Exército, General Emilio Garrastazu Médici.

Em 10 de maio de 1970 – aniversário natalício de Osorio – juntamente com a inauguração de sua casa restaurada foi inaugurada o Parque Histórico. A solenidade contou com a presença do Presidente da Republica, General Emilio Garrastazu Médici, autoridades militares e civis e familiares descendentes de Osorio.²³⁶

Cada década, até hoje, continua assim a prestar suas homenagens a Manuel Luís Osorio ou ao general Osorio, como é reconhecido. Por ocasião do bicentenário de seu nascimento, em 2008, diversas foram as homenagens prestadas a ele tanto no Parque Histórico, na Fundação, como nos regimentos de cavalaria do qual é o patrono. Ainda em 2008, pela Lei Nº 11.680, de 27 de Maio de 2008, publicada em 28 de maio do mesmo ano no Diário Oficial da União (DOU) o então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva decreta e sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Será inscrito no Livro de Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília, o nome de Manuel Luís Osorio – o Marechal Osorio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.²³⁷

As mudanças que têm início na década de 1920 não são expressão, portanto, de um esquecimento ou abandono, como já destacou Celso Castro. Como se pode ver, até hoje a memória do general continua a ser cultuada. Vale destacar que o Panteão da Liberdade e da Democracia erguido no subsolo da Praça dos Três Poderes, em Brasília, entre 1985 e 1986 homenageia os heróis nacionais da redemocratização.²³⁸ O general Osorio que, após o golpe de Estado de 1889, teve seu nome associado ao projeto de república que se propunha democrático, não poderia deixar de receber essa homenagem. Assim, seu nome foi inscrito no Livro de Heróis da Pátria, no mês de comemoração de duzentos anos de seu nascimento.

²³⁶ Ver site da Fundação: www.osorio.org.br (último acesso em 22 de maio de 2012).

²³⁷ Essa lei encontra-se publicada também no Boletim do Exército, Nº 23/2008.

²³⁸ <http://www.cultura.gov.br> (último acesso em: 19 de agosto de 2012).

CONCLUSÃO

As homenagens ao general Osorio tiveram início ainda durante sua vida. Durante a Guerra do Paraguai, o pintor uruguaio Juan Manuel Blanes, por iniciativa própria, fixou em tela a imagem do general Osorio em combate. Além desse quadro, Osorio recebeu, poucos anos depois, uma espada de ouro e brilhantes com a qual seus subordinados na Guerra do Paraguai o homenagearam. Essas homenagens se intensificaram após sua morte, no ano de 1879, por meio de um projeto da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária, que se empenhou em erguer na capital um monumento eqüestre em homenagem ao general Osorio. Entre os anos de 1879 e 1894 – como vimos – esse projeto permanece essencialmente gaúcho.

O monumento eqüestre foi esculpido por um dos mais celebrados escultores da época, Rodolfo Bernardelli, que seguiu as orientações da comissão responsável por viabilizar o projeto da Sociedade, retratando Osorio como um general popular – daí representá-lo em bronze com o uniforme simples de campanha.

A primeira etapa em direção à realização desse projeto foi a inauguração das obras de fundição, em 21 de julho de 1892. Nesse período era possível perceber a aproximação existente entre o presidente marechal Floriano Peixoto e a comissão do monumento, onde o marechal foi quem escolheu a data e a maneira como seria realizada a transladação do corpo do general Osorio para o pedestal do monumento.

No ano da inauguração do monumento, 1894, a relação entre Floriano Peixoto e a comissão ficou abalada, muito provavelmente devido ao fato de um membro da comissão, o capitão Frederico de Lorena, ter sido fuzilado a mando do marechal por participar da Segunda Revolta da Armada contra o governo. Em contrapartida, nesse contexto, percebemos os jacobinos – grupo de apoio do marechal Floriano Peixoto – tentando, com consentimento ou não do marechal, não sabemos, se apropriar da memória que se erguia sobre Osorio – um general representado como popular – para associá-la ao marechal que, aquela altura, recebia duras críticas por manter o poder através da repressão. O fato é que essa tentativa não foi bem sucedida. Isso porque o monumento foi inaugurado na última semana do governo Floriano, onde estava em foco, além da posse do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, a chegada à capital de uma comitiva uruguaia encarregada de trazer as medalhas comemorativas da Guerra do Paraguai – evento que consagrou Osorio. Nesse contexto, não havia espaço para celebração de outro nome que não fosse o do general gaúcho. Assim, Floriano Peixoto ficou em segundo plano. Diante disso, ele não compareceu à cerimônia de inauguração do monumento eqüestre, mesmo tendo seu nome no convite e sendo a figura política mais aguardada da festa. Caberia a ele, inclusive, conduzir o momento alto da comemoração: inaugurar oficialmente o monumento.

Com a inauguração do monumento eqüestre em 12 de novembro de 1894, na Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, o objetivo da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária de homenagear a Osorio – e somente a ele – e, com isso, exaltar o Rio Grande do Sul foi definitivamente concretizado, servindo ainda de associação entre a memória de Osorio e o novo regime, republicano. A partir dessa data, 12 de novembro de 1894, a memória de Osorio deixa de ser somente gaúcha e torna-se nacional. Nessa segunda fase, nacional, o novo regime consagrou o general Osorio como seu herói. Essa fase perdurou até a década de 1920 quando a memória de

Osorio é confrontada com um novo culto, a outro grande militar do Exército: o duque de Caxias. Consideramos esse período, pós 1920, uma terceira fase dessa construção memorialista – quando Osorio é consagrado patrono da cavalaria, enquanto Caxias é instituído patrono do Exército brasileiro. Porém, esse declínio de modo algum é sinônimo de esquecimento.

Encerramos esse trabalho reafirmando nossa hipótese central: o projeto de construção da memória do general Osorio partiu da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária, composta por gaúchos residentes no Rio de Janeiro, que tinham o objetivo de exaltar a memória de Manuel Luis Osorio e, através dessa exaltação, engrandecer o Rio Grande do Sul, sua história e tradição. A construção da memória do general Osorio não foi, portanto, um projeto republicano. Mas o novo regime legitimou e se apropriou dessa memória, consagrando Osorio como seu herói, pelo menos até a década 1920.

Assim, o culto a Osorio iniciado no Império tornou-se uma comemoração republicana, atualizada através de celebrações em frente a seu monumento e da redação de biografias que retratam suas faces – como militar, político, cidadão. O caráter bonachão que, segundo seus biógrafos, ele possuía e que auxiliava o novo regime a promover uma associação entre Exército e o povo. Mas o culto não se restringiu a esse período. Mais de duzentos anos depois, o nome de Manuel Luís Osorio continua a ser lembrado. Uma prova disso é a já citada Lei Nº 11.680, de 27 de Maio de 2008, que inscreveu o nome do general Osorio no “Livro de Heróis da Pátria”, localizado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

1. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

1.1 Setor de manuscritos:

- Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio. Notação: 46.3.41.
- Ofícios trocados entre a comissão do monumento eqüestre ao general Osorio e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Notação: 4.3.34.
- Planta de sistematização da Praça XV de Novembro, feita pelo escultor Rodolfo Bernardelli. Notação: 43.1.68.

2. Museu Nacional de Belas Artes

- Arquivo Rodolfo Bernardelli.

3. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

3.1. Arquivo General Osorio.

3.2. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

- AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. “Parecer da comissão de estatutos e redação da revista acerca da inclusão do marquês do Herval, depois de falecido, entre os sócios do IHGB”. **RIHGB**, Rio de Janeiro, T. 42, 1879.
- GANNS, Claudio. “Espírito militar e civil do general Osório”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1958.
- MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. “Notas históricas sobre o general Manuel Luís Osório, Marquês do Herval”. **RIHGB**, Rio de Janeiro, T. 64, v. 104, p. 87-89, 1901.
- SEIDL, Roberto. “Osório”. **RIHGB**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 51, p. 159 – 171, 1908.

- VEIGA, Luis Francisco da. “Elogio histórico do general Manoel Luis Osorio, marquês do Herval, determinado por uma resolução do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. **RIHGB**, Rio de Janeiro, T. 42, 1879.

4. Biblioteca Nacional

4.1. Divisão de Periódicos:

- *A Bomba* (1º de setembro de 1894 a janeiro de 1895)
- *Diário Popular* (18 de novembro de 1889)
- *O Jacobino* (13 de setembro de 1894 a 29 de junho de 1897)
- *O Paiz* (1887; 1889; 1894-1930)

4.2. Divisão de Iconografia:

- Estátua do general Osorio, antes da inauguração, 12 de novembro de 1894.
- Estátua do general Osorio, no ato da inauguração, 12 de novembro de 1894
- Estátua do general Osorio, momento após a inauguração, em 12 de novembro de 1894.

4.3. Divisão de Obras Raras:

- Convite para inauguração do retrato do marechal Floriano Peixoto na Alfândega do Rio de Janeiro no dia 12 de novembro de 1894.

4.5. Divisão de Referência e Obras Gerais:

- AQUINO, Juvêncio Tomaz de. “Homenagem ao bravo dos bravos, ao invicto General Osório”. *Tip. Nacional*. Rio de Janeiro, 1877.
- AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. *A estátua do general Osorio*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário biobibliográfico*. Vol.4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898
- FREITAS, Leopoldo de. “Centenário de Osório”. *Casa Cardona*. São Paulo, 1908.
- PACHECO, Jaime Prestes. *O poder carismático de Osório*. Rio de Janeiro, 1950.
- OSÓRIO, Fernando Luis. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1894. 714p.
- OSÓRIO, Joaquim Luís; FILHO, Fernando Luís Osório. *História do General Osorio*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos. Vol 2. 1915. 830p.

5. Arquivo Nacional

5.1 Obras Gerais:

- MAGALHAES, João Batista de. *Osório: símbolo de um povo, síntese de uma época*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1946. 528p.
- MAGALHAES, João Batista de. “Osório, soldado e poeta”. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, v.5, n.15, 0, p.78-92, dez.1947.

6. Biblioteca do Exército (BIBLIEX)

- SANTOS, Francisco Ruas. “Osório: contribuição às comemorações do 1º centenário da Batalha de Tuiuti”. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1967. p.147.

7. Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária

- Livro de Atas da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária (SRBH)

8. Sites

http://bib.cervantesvirtual.com/portal/fbn/biografias/artur_azevedo (último acesso em: 01/08/12).

<http://www.sociedadesulriograndense.org.br>. (último acesso em: 03/03/12).

<http://www.exercito.gov.br>. (último acesso em 02/03/12).

<http://www.senac.br>. (último acesso em: 01/03/12).

<http://www.docas.com.br>. (último acesso em: 01/03/12).

www.freemasons.com.br (último acesso em: 02/03/12)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm (último acesso em 28/05/2012).

www.decavalaria.com (último acesso em: 23 de abril de 2012).

<http://www.genealogiahistoria.com.br> (último acesso em: 16/08/12)

<http://www.brasiliana.usp.br> (último acesso em: 20 de junho de 2012).

www.academia.org.br (último acesso em: 10 de agosto de 2012).

<http://www.stf.jus.br/portal/ministro> (último acesso em: 10 de agosto de 2012).

http://www.anvfeb.com.br/francisco_ruas_santos. (último acesso em: 10 de agosto de 2012).

www.osorio.org.br (último acesso em 22 de maio de 2012).

<http://www.cultura.gov.br> (último acesso em: 19 de agosto de 2012).

BIBLIOGRAFIA:

ARENDDT, Hannah. *O que é a política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BARROS, José D' Assunção. *O campo da história*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UnB, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. "Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador". In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército Brasileiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº25, 2000/1.

_____. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. *O espírito militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero. *Antropologia dos Militares*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COELHO, Edmundo Campos. *A Instituição Militar no Brasil: um ensaio bibliográfico*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. V.19, 1985.
- COLCHETE FILHO, Antonio. *Praça XV: projetos do espaço público*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2008.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 6ª ed. São Paulo: UNESP, 1999.
- DORATIOTO, Francisco. *General Osorio: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese de doutorado defendida na Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2004.
- LE GOFF, Jacques. “A política será ainda a ossatura da História?” In: *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Ed. 70, 1985, p.221-242.
- LEMOES, Renato. “Benjamin Constant e o positivismo na periferia do Capitalismo”. In: *Ciência, história e historiografia*. Rio de Janeiro: MAST, 2008.
- MACCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MARTINS, Ari. *Dicionário Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1978.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- MERGULHÃO, Cláudia Bezerra. *Centro de Tradições Gaúchas Desgarrados do Pago: reinvenção de memórias, identidades e tradições no Rio de Janeiro (1977-2004)*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado defendida na UNIRIO, 2005.

MUZZI, Amanda. *Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil – 1893-1897*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado em História defendida na Pontifícia Universidade Católica, Departamento de História. 2006.

NETTO, João Natale. *Floriano, o marechal implacável*. São Paulo: Novo Século, 2008.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo, nº10, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Editora brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. *As armas e as letras: a guerra do Paraguai na memória oficial do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado defendida no PPGHIS/UFRJ, 2011.

PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados...o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad X : Faperj, 2011.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. Brasília: Ed. Brasiliense, 1986.

RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ/ Ed. Da FGV, 1996.

_____. O retorno do Político. In: CHAVENAU, A. e Tétard, Ph. (org.) *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 51-60.

ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 15 (39): 9-22, 1995.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SARTORI, Giovanni. *A Política*. Brasília. Editora UnB, 1981.

SCHULZ, John. *O Exército na política*. São Paulo: USP, 1994.

SIMAS, Luís Antônio. *O Evangelho Segundo os Jacobinos – Floriano Peixoto e o Mito do Salvador da República*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado defendida no IFCS/UFRJ, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

_____. Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar. *Varia História*. Belo Horizonte, nº 25, jul/01, p.231-251.

_____. *Duque de Caxias: O homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009.

TORAL, André Amaral de. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas, 2001.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WEISZ, Suely de Godoy. Rodolpho Bernardelli, um perfil do homem e do artista segundo a visão de seus contemporâneos. **Dezenovevinte**, Rio de Janeiro, v. II, n. 4, out. 2007.

ANEXO I

Quadro Hierárquico do Exército Brasileiro (a partir de 1831)

Oficiais	
Oficiais Gerais	Marechal-do-exército Tenente-general Marechal-de-campo Brigadeiro
Oficiais Superiores	Coronel Tenente-coronel Major
Oficiais Subalternos	Capitão Primeiro-tenente Segundo-tenente
Oficiais Inferiores	Primeiro-sargento Segundo-sargento Furriel
Baionetas	
Cabo	
Anspeçada	
Soldado	

Fonte: Coleção de Leis do Brasil, mapa apresentado no decreto de 4 de maio de 1831.

ANEXO II

Narrativas biográficas sobre Osorio (1877-1930)

AQUINO, Juvêncio Tomaz de. “Homenagem ao bravo dos bravos, ao invicto General Osório”. *Tip. Nacional*. Rio de Janeiro, 1877.

VEIGA, Luis Francisco da. “Elogio histórico do general Manoel Luis Osorio, marquês do Herval, determinado por uma resolução do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. **RIHGB**, Rio de Janeiro, T. 42, 1879.

OSÓRIO, Fernando Luis. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1894. 714p.

MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. “Notas históricas sobre o general Manuel Luís Osório, Marquês do Herval”. **RIHGB**, Rio de Janeiro, T. 64, v. 104, p. 87-89, 1901.

SEIDL, Roberto. “Osório”. **RIHGB**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 51, p. 159 – 171, 1908.

FREITAS, Leopoldo de. “Centenário de Osório”. *Casa Cardona*. São Paulo, 1908.

OSÓRIO, Joaquim Luís; FILHO, Fernando Luís Osório. *História do General Osorio*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos. Vol 2. 1915. 830p.